

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO –
FECAP**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FABIOLA D´AGOSTINI PELEIAS

**MECANISMOS LINGUÍSTICOS (DES)FAVORÁVEIS PARA A
READABILITY DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:
UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NO MERCADO
DE CAPITAIS BRASILEIRO**

São Paulo

2017

FABÍOLA D AGOSTINI PELEIAS

**MECANISMOS LINGUÍSTICOS (DES)FAVORÁVEIS PARA A
READABILITY DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UMA
ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NO MERCADO DE CAPITAIS
BRASILEIRO**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de
Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em Ciências
Contábeis.

**Orientadora: Profa. Dra. Elionor Farah Jreige
Weffort**

São Paulo

2017

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

Reitor: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Graduação: Prof. Dr. Ronaldo Frois de Carvalho

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Edison Simoni da Silva

Diretor da Pós-Graduação Lato Sensu: Prof. Alexandre Garcia

Coordenador de Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Cláudio Parisi

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração: Prof. Dr. Heber Pessoa da Silveira

FICHA CATALOGRÁFICA

P381m	<p>Peleias, Fabíola D'Agostini</p> <p>Mecanismos linguísticos (des)favoráveis para a readability das demonstrações financeiras: uma análise das empresas listadas no mercado de capitais brasileiro / Fabíola D'Agostini Peleias. - - São Paulo, 2017.</p> <p>107 f.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elionor Farah Jreige Weffort.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.</p> <p>1. Readability. 2. Mercado de capitais. 3. Balanço (Contabilidade).</p> <p>CDD 657.3</p>
-------	--

FABÍOLA D'AGOSTINI PELEIAS

**MECANISMOS LINGUÍSTICOS (DES)FAVORÁVEIS PARA A READABILITY DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS
NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Bruno Salotti
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Ary Rocco Júnior
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Prof^a. Dr^a. Elionor Farah Jreige Weffort
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 31 de janeiro de 2017.

Agradecimentos

A Deus, meu mentor maior, pela graça da vida e oportunidade de poder trilhar este caminho.

À professora Elionor, por ter me auxiliado e orientado no decorrer do caminho, que começou na Graduação, quando a sondei a respeito do Mestrado.

Aos professores da banca, Bruno Salotti e Ary Rocco, pelas contribuições da qualificação e dúvidas tiradas.

A todos os colegas do Mestrado, amigos pessoais, familiares e funcionários da FECAP que, mesmo indiretamente, compartilharam comigo essa jornada.

Aos meus pais, pela compreensão e apoio, sempre.

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Cristina e Ivam, e ao meu irmão, Rodrigo, que, desde sempre, me apoiaram e são a minha base

*A definição de insanidade é querer fazer sempre as
mesmas coisas e esperar resultados diferentes.*

Albert Einstein

Resumo

O profissional contábil que atua na preparação das demonstrações financeiras, que devem ser claras, precisa considerar o grau de compreensão do usuário que utiliza a informação contábil. Por isso, deve buscar melhorar a qualidade da linguagem que utiliza na preparação dessas demonstrações. Nesse cenário, tem havido um aumento de estudos da *readability* e da necessidade de melhora na linguagem escrita das informações contábeis. O objetivo deste trabalho foi verificar os mecanismos linguísticos (des)favoráveis nas demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro, no idioma português brasileiro. Para isso, optou-se pela Linguística Textual como teoria de base, pois ela permite estudar as características gramaticais, semânticas e pragmáticas da língua. Ao considerar o objetivo proposto, foi construído um instrumento, que é um *checklist* de mecanismos (des)favoráveis apontados na literatura para as demonstrações financeiras. Para isso, dois constructos foram considerados: coesão e coerência. No instrumento, os mecanismos linguísticos favoráveis categorizados foram: pausa, elipse, estruturas simples, sentenças de até duas linhas, uso de conectores e a substituição. E os desfavoráveis foram: repetição de palavras, frases longas, estruturas complexas, quebra de paralelismo, falta de pausa, confusão no texto, polissílabas e jargão. Foram pesquisadas as demonstrações financeiras do exercício de 2015 das empresas do IBRX50 (BOVESPA) e para cada uma, foi aplicada a métrica de Flesch. Observou-se pouca variabilidade na nota de Flesch nas empresas. Foram então selecionadas três com maior Flesch e três com menor para análise no software Atlas TI, por meio dos códigos. Para cada um, foi elencado um mecanismo (des)favorável. Esses mecanismos foram observados nas seis demonstrações financeiras selecionadas. Todos os mecanismos favoráveis e desfavoráveis do instrumento foram observados nas demonstrações financeiras, em maior ou menor grau. Contudo, ao comparar esses resultados com as notas de Flesch, não se verificou relação entre eles. Esperava-se que empresas com maior Flesch para *readability* apresentariam mais mecanismos favoráveis, e empresas com menor Flesch, mais desfavoráveis. Entretanto, isso não ocorreu na amostra pesquisada. Assim, entende-se que a métrica de Flesch, sozinha, é insuficiente para a *readability* das Demonstrações, sendo necessário observar outros atributos qualitativos.

Palavras-chave: *Readability*; Demonstrações financeiras; Mecanismos linguísticos; Contabilidade; Mercado de Capitais.

Abstract

The accounting professional who prepares financial statements, which must be clear and accurate, needs to consider the comprehension degree of the user of financial information. Therefore, they have to enhance the language quality necessary to prepare these statements. In this context, there has been an increase in readability studies and a need to increase the written language of financial information. The aim of this research was to verify the (un) favorable linguistic features in financial statements of companies listed in Brazilian capital market, in Brazilian Portuguese. In this regard, the Textual Linguistics was chosen as a basis theory, because it allows the study of grammatical, semantic and pragmatic features of the Language. Based on the proposed aim, a tool was designed – a checklist of (un) favorable linguistic features pointed in financial information literature. Two constructs were considered for this end: cohesion and coherence. The favorable linguistic features categorized in the tool are: pause, ellipsis, simple sentences, sentences up to two lines, connectors and substitution. And the unfavorable are: repetition of words, long sentences, complex sentences, lack of parallelism, lack of pause, confused text, words of more than three syllables and jargon. The financial statements of IBRX50 BOVESPA 2015 social year were researched, and, for each one, the Flesch test was applied. It was observed very little variability in Flesch results. Therefore, three companies with the highest Flesch results and three with the smallest were chosen and analyzed in Atlas TI Software, through the codes. For each code, a(n) (un) favorable feature was categorized and observed in the six selected financial statements. All (un) favorable features were detected in the financial statements, in higher or smaller quantity. However, when comparing these results with the Flesch ones, there was no relationship between them. It was expected that companies with higher Flesch for readability would present more favorable features, and companies with smaller Flesch, more unfavorable. Nonetheless, this was not found in the researched sample. In this sense, it could be said that the Flesch test alone is insufficient for Financial Statements readability. It is necessary to consider other qualitative features.

Key-words: Readability; Financial Statements; Linguistic features; Accountancy; Capital Market.

Lista de Ilustrações

Figura 1	Hierarquia das qualidades da informação contábil	27
Figura 2	Modelo de comunicação de Jakobson	32
Figura 3	Esquema da pesquisa	65
Figura 4	Seis empresas analisadas segundo a readability	68
Figura 5	Códigos do Software Atlas TI	72
Figura 6	Mecanismos linguísticos desfavoráveis por empresa analisada	78
Figura 7	Mecanismos linguísticos favoráveis por empresa analisada	78

Lista de Tabelas

Tabela 1	Conceitos de <i>readability</i>	23
Tabela 2	Características para facilitar a <i>readability</i> dos cidadãos americanos	24
Tabela 3	Fórmulas de <i>readability</i> utilizadas em estudos contábeis	30
Tabela 4	Funções da linguagem de Jakobson	32
Tabela 5	A coesão do texto: relações, procedimentos e recursos	48
Tabela 6	Relações de coesão do texto	57
Tabela 7	As meta-regras de coerência	61
Tabela 8	Empresas do IBRX 50 e Métrica de Flesch	67
Tabela 9	Instrumento de pesquisa	69
Tabela 10	Itens avaliados do instrumento – valor inteiro	77
Tabela 11	Itens avaliados do instrumento – ponderado	77
Tabela 12	Exemplos de sentenças Ambev	79
Tabela 13	Mecanismos linguísticos nas sentenças da Ambev	80
Tabela 14	Exemplos de sentenças CCR	80
Tabela 15	Mecanismos linguísticos nas sentenças da CCR	81
Tabela 16	Exemplos de sentenças Smiles	81
Tabela 17	Mecanismos linguísticos nas sentenças da Smiles	82
Tabela 18	Exemplos de sentenças Cetip	83
Tabela 19	Mecanismos linguísticos nas sentenças da Cetip	84
Tabela 20	Exemplos de sentenças Qualicorp	84
Tabela 21	Mecanismos linguísticos nas sentenças da Qualicorp	85
Tabela 22	Exemplos de sentenças Vale	85
Tabela 23	Mecanismos linguísticos nas sentenças da Vale	86

Sumário

1	Introdução	11
2	Referencial teórico	17
2.1	A Contabilidade como linguagem	17
2.2	A divulgação da informação contábil	18
2.3	Readability das demonstrações financeiras	21
2.3.1	Orientações para melhor divulgação das informações contábeis	23
2.3.1.1	<i>The Plain Language Action and Information Network (PLAIN) e Guidelines SEC</i>	23
2.3.1.2	<i>Manual de Redação da Presidência da República Brasileira</i>	25
2.3.1.3	<i>Financial Accounting Standards Board (FASB) e IASB</i>	26
2.3.2	Métricas de readability – fórmulas	30
2.3.3	O processo de comunicação humana	31
2.3.4	Pesquisas anteriores sobre readability das demonstrações financeiras	33
2.4	A Linguística	42
2.4.1	Linguística textual na contabilidade	44
2.5	A coesão e a coerência: linhas gerais	46
2.5.1	A coesão do texto	47
2.5.2	Coerência textual	60
3	Metodologia	64
3.1	Tipologia da pesquisa	64
3.2	Planejamento e desenvolvimento da pesquisa	65
3.3	Seleção das empresas para análise	65
3.4	Coleta de dados – o desenvolvimento do instrumento	68
3.5	Métodos e técnicas para análise e interpretação dos dados	70
3.6	Limitações da pesquisa	70
4	Análise e interpretação dos resultados	72
4.1	Análise do software Atlas TI	72
4.2.1	Análise das demonstrações com maior readability (maior Flesch)	78
4.2.2	Análise das demonstrações com menor readability (menor Flesch)	82
4.3	Resultados X métrica de Flesch das empresas analisadas	86
4.4	Síntese do capítulo	87
5	Conclusões	89
	Referências	92

1 Introdução

A comunicação é uma habilidade relevante para o profissional contábil, que precisa apresentar e defender seus pontos de vista. Uma forma é a comunicação escrita, usada para fornecer informações a vários usuários. Quando há pouca habilidade nessa modalidade de comunicação, isso dificulta a prática contábil, cujo papel tem sido mais subjetivo no desafio de fornecer informações adequadas a diferentes usuários (American Accounting Association [AAA], 1986).

O papel do contador sofreu mudanças com os avanços tecnológicos, ocasionando mais preocupação na interpretação das informações do que na preparação das demonstrações financeiras (International Federation of Accountants [IFAC], 1998). Escrever é uma competência necessária ao profissional contábil. Ele atua na preparação das demonstrações financeiras; assim, é de se esperar que essas sejam claras, para que o usuário possa entender a informação que lhe é transmitida.

A informação contábil deve ser evidenciada para atender às necessidades de cada usuário. Contudo, além de os usuários terem necessidades diferentes e particulares, deve-se considerar seu grau de compreensão da informação. Assim, relata que essa informação deve ser escrita em uma linguagem acessível, clara, objetiva e concisa, como se fosse um resumo, para que esse usuário não seja prejudicado e consiga entender aquilo que está sendo transmitido.

Riahi-Belkaoui (1995) relatou que a contabilidade é a *linguagem dos negócios* [grifo nosso]. Bloomfield (2008, p. 433, tradução nossa) explica o motivo por detrás dessa metáfora:

As pessoas se comunicam por meio da linguagem natural escrita, ao selecionar palavras de um vocabulário padrão, e as combinam de maneiras adequadas, conforme suas rígidas regras gramaticais, e então, organizam tais palavras em sentenças, segundo as regras relativamente flexíveis da sintaxe e do estilo, resultando em diversos graus de ênfase. As pessoas se comunicam por meio dos relatórios contábeis ao selecionar contas de um determinado vocabulário, e as combinam de maneiras adequadas, conforme suas rígidas regras de partidas dobradas, e então, organizam tais palavras em relatórios financeiros, segundo as regras relativamente flexíveis da apresentação. Essa metáfora é perfeita. As línguas naturais são ferramentas de propósitos genéricos, objetivando a comunicar variados tópicos, enquanto a contabilidade é uma ferramenta de propósitos especiais, objetivando a comunicar desempenho e estado financeiro¹.

¹ *People communicate through written natural languages by selecting words from a standard vocabulary, combining them in meaningful ways according to relatively rigid rules of grammar, and then organizing those words into sentences according to relatively flexible rules of syntax and style that allow shades of emphasis and color. People communicate through accounting reports by selecting accounts from a standard vocabulary, combining them in meaningful ways according to relatively rigid rules of double-entry bookkeeping, and then organizing those words into financial reports according to relatively flexible rules of presentation. This*

Por ter sido considerada linguagem dos negócios, e por ser uma ferramenta de propósitos especiais, que comunica desempenho e estado financeiro, pode-se dizer que a contabilidade deve saber informar tudo isso aos seus usuários, por meio de linguagem acessível; ou seja, deve-se considerar a compreensão desse usuário na transmissão dessa informação.

A orientação do CPC n. 07 (OCPC 07) (Orientação Técnica CPC n. 07, 2014) aponta que o grande volume das notas tem sido um motivo de questionamento pelos agentes do mercado financeiro, quanto à relevância das informações apresentadas. Ressalta que há muitas informações irrelevantes sendo divulgadas, as quais, em vez de auxiliar seus usuários, podem acabar por atrapalhar na sua tomada de decisões. Informa ainda que essa situação não ocorre apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo. E que há diversos movimentos globais, com vistas a trazer aos relatórios apenas aquelas informações realmente relevantes para os usuários. Sobre isso, afirma que:

Está havendo forte movimento mundial no sentido de se chegar a caminhos que tragam para as demonstrações contábeis apenas as informações que realmente interessam aos usuários no sentido de orientar as suas decisões sobre uma entidade. Tanto que discussões e documentos recentes têm surgido a respeito.

[...] este Comitê deliberou considerar a emissão desta Orientação a fim de esclarecer e reforçar que, nas demonstrações contábeis e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas informações relevantes (e apenas elas) que de fato auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes [...]. (Orientação Técnica CPC n. 07, 2014, p.3)

Adicionalmente, o Pronunciamento de Orientação nº 19, de 9 de março de 2016, do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado ([CODIM], Pronunciamento de Orientação CODIM n. 19, 2016) aponta que:

Observou-se, em muitas Companhias, um maior volume de informações em Notas Explicativas [...] informações repetitivas [...] sem trazer [...] melhoria significativa na qualidade da informação [...] notas escritas em linguagem muito técnica e prolixa mesclaram informações relevantes com outras não relevantes, aumentando o risco de divulgar informação desnecessária [...] afetando a adequada tomada de decisão. [...] esses problemas na divulgação de informações não são exclusividade brasileira. Verifica-se forte movimento mundial no sentido de se chegar a meios que tragam para as demonstrações contábeis apenas as informações [...] relevantes para o adequado entendimento dos usuários [...] (p.2)

Um desses movimentos é o *Plain English* (Linguagem Clara e objetiva), que tem ocorrido em diversos países de língua inglesa e outras, com vistas a uma linguagem escrita mais clara e à melhor compreensão do leitor em várias esferas, como a jurídica e o setor público. (Plainlanguage, 2015).

Por exemplo, no exterior, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) preparou um guia de orientações destinado à comunicação em linguagem clara. Sua proposta é baseada em diretrizes, informando que a linguagem dos relatórios está diretamente ligada à *readability* do usuário. Esse guia, que pode ser localizado no sítio eletrônico da SEC, engloba diversos mecanismos linguísticos que podem ser utilizados para facilitar a *readability* desses relatórios. (SEC, 2010).

Segundo o dicionário Michaelis, *readability* significa “legibilidade”, “leitura agradável” (Michaelis, 2016). Contudo, neste trabalho, adotou-se a palavra em sua forma original, *readability*, que, segundo a literatura pesquisada, é a qualidade da escrita, ligada à qualidade da informação contábil, cujo objetivo é facilitar a leitura e a compreensão das demonstrações financeiras, resultando em uma comunicação mais fácil e rápida das informações contábeis para seus usuários (Chall, apud Jones & Shoemaker; Cunha & Silva, 2009; DuBay, 2004; 1990; 1978; Fakhfakh, 2013; Fernandes & Silva, 2009; Gibson & Schroeder, Klare, 1963; McLaughlin, 1969).

No Brasil, o CPC aprovou, recentemente, a OCPC 07 (Orientação Técnica CPC nº 07, 2014), já mencionada, cujo foco é a relevância nas notas explicativas e sua consequente redução. O CODIM tem aprovado Pronunciamentos com orientações acerca da melhora na linguagem de documentos, por exemplo, o Relatório Anual.

O CODIM (Pronunciamento de Orientação CODIM n. 13, 2012) relata que o público-alvo das informações não é beneficiado com qualquer coisa divulgada. Orienta para que as informações sejam divulgadas de maneira suficiente, sem excessos, para facilitar a decisão do investidor. Defende que informação em excesso pode alterar a sua percepção e confundi-lo, em vez de auxiliá-lo.

Sobre as notas explicativas, aponta que suas informações, tanto qualitativa quanto quantitativamente, devem ser apresentadas de modo ordenado e claro, para que todos os aspectos relevantes do conteúdo sejam comunicados corretamente. Deve-se evitar linguagem rebuscada e ter cuidado com as repetições de notas em demonstrações anteriores. E ainda sugere que as empresas que publicam o Relatório Anual deveriam disponibilizar uma versão mais simplificada em seu site, caso seu conteúdo seja muito extenso, com vistas a dar maior respaldo aos investidores usuários da informação.

Por fim, o Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade da FGV (GEDEC, 2015) publicou um documento acerca das notas explicativas, reiterando o que já havia sido publicado na OCPC 07 (Orientação Técnica CPC n. 07, 2014), ou seja, o excesso de informações nas notas explicativas pode, de alguma maneira, ser irrelevante para seus usuários, e acabar, assim, afetando sua compreensibilidade.

Há pesquisas internacionais quanto à *readability* das demonstrações financeiras (e.g.: Gibson & Schroeder, 1990; Jones & Shoemaker, 1994; Smith & Tafler, 1992); e nacionais, relacionadas a áreas de estudo da linguagem e da sua comunicação em Contabilidade, como a Teoria da Comunicação. De modo geral, são pesquisas teóricas, que fazem uma revisão crítica dos trabalhos anteriores sobre *readability*. (e.g: Dias, 2000, 2001; Gouveia, 2010).

Dias (2001), Ijiri (1975) e Riahi-Belkaoui (1995), como já relatado, afirmam que a Contabilidade é a linguagem de negócios, e que, por isso, precisa observar regras sintáticas, pragmáticas e semânticas para ser significativa e influenciar o comportamento dos usuários na sua tomada de decisões. Neste trabalho, escolheu-se a ciência Linguística como teoria de base, por meio da qual é possível tratar de questões sintáticas, pragmáticas e semânticas da linguagem.

Há diversas vertentes dentro da Linguística, dentre elas, a Linguística Textual. Segundo Antunes (2005) e Marcuschi (2006), não se escreve se não for para um destinatário. As demonstrações financeiras são textos, veiculadores de informações aos seus usuários. A Linguística Textual, por sua vez, toma como objeto de estudo o texto como um todo. Desse modo, a sua aplicação pode ser útil na proposição e análise do modelo a ser construído.

Diante do exposto, a questão de pesquisa deste trabalho é:

Quais são os mecanismos linguísticos (des)favoráveis para a *readability* das demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro, no idioma português brasileiro?

Ao considerar o cenário anteriormente exposto, o objetivo deste trabalho é:

Verificar quais são os mecanismos linguísticos (des)favoráveis para a *readability* das demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro, no idioma português brasileiro.

Como já há estudos em Teoria da Comunicação, optou-se por escolher uma teoria de base linguística para este trabalho, pois ela permite estudar com detalhes as características gramaticais, semânticas e pragmáticas da língua.

Ao considerar o objetivo proposto, foi construído um instrumento, que é um *checklist* de mecanismos (des)favoráveis apontados na literatura para as demonstrações financeiras.

Para sua construção, dois constructos foram considerados: coesão e coerência. Os mecanismos linguísticos foram categorizados, tendo sido descartada somente a Paráfrase, a qual não foi possível observar.

Foram pesquisadas as empresas do IBRX50, pois têm maior negociação na Bolsa. Para cada uma, foi aplicada a métrica de Flesch. Observou-se muito pouca variabilidade na nota de Flesch nas empresas. Foram então selecionadas seis para análise pelo software Atlas TI. Os mecanismos foram observados nessas seis demonstrações, e os resultados estão no capítulo 4.

Com base no exposto, a justificativa para este trabalho se baseia nos seguintes cenários:

- a) acadêmico: conforme mencionado na Introdução, há pesquisas sobre *readability* no exterior. Há uma gama que se utilizou das métricas mais comuns (e.g. Jones & Shoemaker, 1994; Smith & Tafler, 1992); há trabalhos não acadêmicos (e.g. Plainlanguage, 2008; SEC, 2010), mas não são pesquisas no idioma Português Brasileiro, e nacionais (e.g. Cotrim, 2012; Dias, 2000, 2001; Gouveia, 2010). Essas pesquisas, em grande parte, utilizaram métricas como Flesch, Lix e outras. Contudo, até o momento, não foi encontrada nenhuma fundada no embasamento teórico escolhido. Assim, este trabalho poderá ser útil para contribuir com a literatura acerca de *readability* das demonstrações financeiras, mas sob outra ótica, a da Linguística Textual;
- b) da prática profissional: há órgãos reguladores nacionais e internacionais e outras entidades de apoio que se preocupam com a *readability* das demonstrações financeiras, porque isso afeta a qualidade, relevância e manutenção da confiabilidade (e.g. CODIM, 2016; Financial Accounting Standards Board [FASB], 1988; International Accounting Standards Board [IASB], 2010; International Financial Reporting Standards [IFRS], 2011; SEC, 2010). Consequentemente, impactam o funcionamento do mercado. Nesse sentido, este trabalho poderá ser útil para analistas, investidores e profissionais contábeis que se utilizam das demonstrações financeiras para sua tomada de decisão, visando a melhorar a qualidade da linguagem das demonstrações financeiras; consequentemente, da qualidade da informação contábil. Isso porque preenche uma lacuna, ao trazer um arcabouço conceitual não utilizado anteriormente, a Linguística Textual, para as Demonstrações Financeiras no idioma português brasileiro.

Ante o exposto, este trabalho está estruturado como se segue:

- a) Introdução: apresenta a contextualização do trabalho, objetivo, questão de pesquisa, justificativa e estrutura do trabalho;
- b) Referencial teórico: apresenta a plataforma teórica em contabilidade e em linguística, além de pesquisas na área do assunto pesquisado neste trabalho;
- c) Metodologia: apresenta a metodologia escolhida para nortear a pesquisa e o caminho traçado para a construção e aplicação do instrumento desenvolvido;
- d) Análise e interpretação dos resultados: apresenta os resultados da análise proposta no capítulo da metodologia;
- e) Por fim, considerações finais e referências.

2 Referencial Teórico

2.1 A contabilidade como linguagem

Conforme Ijiri (1975), a Contabilidade é a linguagem dos negócios, e como tal, ela deve seguir algumas normas e se adaptar às mudanças no ambiente em que estiver inserida, pois, se isso não ocorrer, pode ser que não seja bem interpretada por seus usuários. Sobre isso, salientou que:

Como linguagem dos negócios, a contabilidade tem muitos aspectos em comum com várias outras línguas. [...] Para expressar um evento na contabilidade ou na língua inglesa, precisamos seguir certas regras. Se isso não for feito, corre-se o risco de ser mal interpretado, além de sofrer sanções por má interpretação, mentira ou perjúrio. [...] Ao mesmo tempo, a linguagem precisa ser suficientemente flexível para se adaptar ao ambiente em mudança. (p. 14, tradução nossa)²

Dias (2001), também sobre a Contabilidade ser considerada linguagem de negócios, reiterou, assim como Ijiri (1975), que ela precisa observar regras sintáticas, pragmáticas e semânticas para ser significativa e influenciar o comportamento dos usuários na sua tomada de decisões.

Riahi-Belkaoui (1995) informa que a Contabilidade também é um meio de comunicar informações sobre esses negócios. Ademais, que é considerada uma linguagem por ser composta por símbolos e regras gramaticais. Desse modo, depreende-se que ela precisa saber informar aos seus usuários e ser acessível; ou seja, deve-se avaliar a compreensão do usuário no processo de transmissão da informação contábil.

No mesmo sentido, Hendriksen e Van Breda (1999) relatam que usuários da contabilidade, como seres humanos, têm capacidade limitada de atenção e compreensão. Assim, é relevante que a divulgação das informações contábeis das quais fazem uso seja resumida e signifique aquilo que necessitam; ou seja, que lhes sejam úteis, pois o uso de termos muito técnicos e ambíguos, por exemplo, poderia lhes causar confusão.

Diante do exposto, percebe-se a questão de possíveis problemas na forma de divulgação das informações contábeis, o que será mais bem detalhado adiante.

² *As the language of business, accounting has many things in common with other languages. [...] To express an event in accounting or in English, we must follow certain rules. Without following such rules diligently, not only does one run the risk of being misunderstood, but also risks a penalty for misinterpretation, lying or perjury. [...] At the same time, language has to be flexible enough to adapt to a changing environment.*

2.2 A divulgação da informação contábil

Most (1977) informa que os objetivos da Contabilidade mudam conforme o perfil de seu usuário: se esse usuário for desconhecido e tiver muitas necessidades, as demonstrações financeiras precisam ter dados em vez de informações. Contudo, se for conhecido e tiver uma necessidade específica, então, as demonstrações financeiras precisam ter informações importantes para seus modelos de decisão.

A divulgação da informação contábil ocorre de diversas formas, por meio de relatórios financeiros quantitativos ou qualitativos, de caráter obrigatório ou voluntário. A importância da transparência de informações de interesse de seus *stakeholders* vai além da obrigatoriedade de divulgá-las por determinações legais.

Sobre a divulgação da informação contábil, Leuz e Verrechia (2000, p.91, tradução nossa) ressaltam que “a teoria econômica sugere que se a empresa se comprometer a melhorar seus níveis de evidenciação, isso diminuiria a assimetria da informação que compõe seu custo de capital³”.

A confiança do usuário da informação é resultado da adequada transparência, não se limitando apenas às informações financeiras, mas, também, ao fato de que é mister divulgar informações não financeiras para a tomada de decisão e criação de valor. (Cruz & Lima, 2010).

O CPC (Estrutura Conceitual CPC n. 00, 2011) relata que toda informação relevante deve ser divulgada, de modo que as demonstrações contábeis sejam claras e compreensíveis, já que não é viável aos usuários fazer julgamentos confiáveis sem essas informações. Destarte, propõe que não apenas seja englobada a informação mínima necessária para satisfazer às formalidades locais e reguladoras, mas, também, toda a informação necessária.

Santos, Ponte e Mapurunga (2014) identificaram um aumento da divulgação de informações contábeis requeridas em notas explicativas. Relatam que tais informações apresentam pouca conformidade com a divulgação demandada pelo IFRS, sugerindo que a política dos órgãos reguladores de aumento do número de requisitos de divulgação não era eficaz. Isso levou os autores a uma percepção de que as notas explicativas se tornaram muito extensas.

Dias (2000) afirma que as notas explicativas, as quais foram, inicialmente, concebidas para melhorar a evidenciação das demonstrações contábeis, muitas vezes, fazem uso de

³ *Economic theory suggests that a commitment by a firm to increased levels of disclosure should lower the information asymmetry component of the firm's cost of capital.*

jargões e linguagem pouco esclarecedora acerca dos eventos demonstrados. Informa que seu nível de complexidade é muito alto, o que poderia criar obstáculos para a adequada interpretação das informações pelos seus usuários.

O autor discute que há pelo menos três questões fundamentais ligadas à evidenciação: os destinatários da informação, o conteúdo adequado e as formas de evidenciá-la. Os métodos de evidenciação mais comuns são: forma e apresentação das demonstrações contábeis; notas explicativas; quadros e demonstrações suplementares; parecer de auditoria; e o relatório da administração.

Hendriksen e Van Breda (1999) já haviam mencionado que o aumento da complexidade das empresas poderia causar uso inadequado de notas explicativas, o que acarretaria prejuízo na compreensão de seus usuários.

Diante do exposto, percebe-se que a questão da relevância das informações contábeis e do seu volume tem sido bastante estudada. Além disso, que a linguagem com que essas informações são apresentadas poderia ter alguma influência nesse sentido.

A informação contábil deve ser evidenciada para atender às necessidades de cada usuário. Contudo, além de eles terem necessidades diferentes e particulares, deve-se considerar seu grau de compreensão da informação. Desse modo, aponta que essa informação deve ser escrita em uma linguagem acessível, clara, objetiva e concisa, como se fosse um resumo, para que esse usuário não seja prejudicado e consiga entender aquilo que está sendo transmitido.

A evidenciação da informação contábil, como já ressaltado, é relevante para o usuário das demonstrações financeiras, que delas se utiliza para tomada de decisões. Sua linguagem precisa ser clara e compreensível a esse usuário. A seguir, passa-se a tratar a questão da *readability* da linguagem das informações contábeis.

Esse assunto tem sido estudado atualmente e há algumas décadas, haja vista a quantidade de pesquisas que têm sido feitas, não apenas sobre as notas explicativas, mas também sobre outros demonstrativos contábeis em geral (e.g: Cotrim, 2012; Dias, 2001; Gibson & Schroeder, 1990; Gouveia, 2010; Jones & Shoemaker, 1994; Riahi-Belkaoui, 1995; Smith & Tafler; 1992; Souza, 2014).

Por ser considerada linguagem dos negócios (Dias, 2001; Ijiri, 1975; Riahi-Belkaoui, 1995), depreende-se que a Contabilidade deve saber informar aos seus usuários, por meio de linguagem acessível; ou seja, deve-se considerar a compreensão do usuário quando da evidenciação da informação contábil. A informação deve proporcionar o aumento da capacidade de interpretação e análise do usuário acerca dos eventos contábeis ocorridos em

uma organização em determinado período, e para que tal finalidade seja alcançada, a relevância da informação prestada é fundamental.

A OCPC 07 (Orientação Técnica do CPC n. 07, 2014) enfoca a questão da divulgação de informações relevantes aos seus usuários. Ressalta que, além do fato de que há muitas informações irrelevantes sendo divulgadas, há diversas outras questões elencadas, como o aumento dos custos de divulgação, a visão dos preparadores e o impacto que isso tem trazido para os usuários, que podem ou não ter sua compreensão prejudicada, em razão do aumento de volume dessas notas explicativas.

Afirma ainda que há diversos movimentos globais, com vistas a trazer aos relatórios apenas aquelas informações realmente relevantes aos usuários. Sobre isso, relata a OCPC 07 (Orientação Técnica do CPC n. 07, 2014, p.3) que:

Está havendo forte movimento mundial no sentido de se chegar a caminhos que tragam para as demonstrações contábeis apenas as informações que realmente interessam aos usuários no sentido de orientar as suas decisões sobre uma entidade. Tanto que discussões e documentos recentes têm surgido a respeito.

No Brasil, há uma entidade de autorregulação e de propósitos voluntários, o CODIM, que emite Pareceres de Orientação para práticas mais transparentes e maneiras de evidenciar a informação aos agentes do mercado. O CODIM (Parecer de Orientação CODIM n. 05, 2008, p.5) relata que um dos seus objetivos é “[...] contribuir para a melhor e mais eficiente divulgação das informações aos participantes do mercado de valores mobiliários nacional”.

Diversos são os temas tratados pelo CODIM, e um deles é o impacto da linguagem na compreensibilidade da informação contábil. Nesse mesmo Parecer, o CODIM (Parecer de Orientação CODIM n. 05, 2008, p. 5) trata da questão da linguagem, ao afirmar que “a divulgação deve ser feita em linguagem clara e objetiva, de modo que seu entendimento seja plenamente acessível a todos os seus destinatários”.

Novamente, o CODIM (Parecer de Orientação CODIM n. 08, 2011) aborda a questão da linguagem, ao relatar que:

A qualidade das informações na divulgação é ponto primordial, e neste sentido a comunicação revela-se ferramenta fundamental para uma prática mais transparente e responsável [...] a companhia deve se preocupar com a qualidade, divulgando informações verdadeiras, completas, consistentes, em linguagem simples, clara e concisa (p. 2).

Na mesma esteira que a OCPC 07 (Orientação Técnica do CPC n. 07, 2014), o CODIM (Pronunciamento de Orientação CODIM n. 13, 2012) aponta que o público-alvo das informações não é beneficiado com qualquer coisa divulgada. Orienta para que as

informações sejam divulgadas de maneira suficiente, sem excessos, para facilitar a decisão do investidor. Defende, assim como a OCPC 07 (Orientação Técnica do CPC n. 07, 2014), que a informação em excesso pode alterar e confundir a percepção desse investidor, em vez de auxiliá-lo.

Sobre as notas explicativas, aponta que suas informações, tanto qualitativa quanto quantitativamente, devem ser apresentadas de modo ordenado e claro, para que todos os aspectos relevantes do conteúdo sejam comunicados corretamente. Deve-se evitar linguagem rebuscada e ter cuidado com as repetições de notas em demonstrações anteriores. E ainda sugere que as empresas que publicam o Relatório Anual deveriam disponibilizar uma versão mais simplificada em seu site, caso seu conteúdo seja muito extenso, com vistas a dar maior respaldo aos investidores usuários da informação (Pronunciamento de Orientação CODIM n. 13, 2012).

Conforme Dias (2000), é notório o problema da compreensibilidade das informações contábeis. O autor aponta que há muitas características da linguagem sendo consideradas um desafio para o usuário entender o conteúdo dessas informações.

Ele relata que, no geral, compreender essas informações é um processo muito difícil ou quase inacessível, para boa parte dos usuários. Reitera que a Contabilidade, ao utilizar um estilo próprio de linguagem técnica e com muitos jargões e palavras ambíguas, dificulta mais ainda a compreensão do usuário quanto à relevância das informações comunicadas, justamente pela forma como são apresentadas.

2.3 Readability das demonstrações financeiras

A seguir, algumas definições do que é a *readability* das demonstrações financeiras:

Klare (1963) definiu *readability* como a facilidade de entendimento ou compreensão do usuário conforme o estilo do texto escrito. Essa definição se foca apenas no estilo de escrita do texto e se diferencia de outras variáveis, como conteúdo, coerência e organização.

Conforme McLaughlin (1969), *readability* se relaciona com a dificuldade que algumas pessoas têm ao ler e compreender passagens de um texto e o texto na íntegra. Nesse caso, trata-se da interação do leitor com o texto e suas características pessoais, como habilidade de leitura, conhecimento prévio e motivação para ler.

Gibson e Schroeder (1990) relataram que a *readability* é a qualidade da escrita que resulta na comunicação fácil e rápida.

Smith e Tafler (1992) conceituaram *readability* como a propriedade da complexidade da narrativa contábil, considerando apenas a linguagem em si. Os autores diferenciaram a *readability*, uma propriedade da linguagem, da *understandability*, que seria o entendimento a nível do usuário.

Chall (1978, apud Jones & Shoemaker, 1994) definiu *readability* como:

[...] a soma total, inclusive as interações, de todos aqueles elementos dentro de um material escrito que influenciam no nível de sucesso que um leitor terá ao ler esse material. O sucesso se refere ao nível de entendimento de cada usuário, à velocidade de leitura e ao interesse que cada um irá manifestar. [...] Os três principais elementos para a *readability* são: interesse, legibilidade e facilidade de entendimento (tradução nossa)⁴.

Como relata DuBay (2004, p.3), *readability* é⁵ “o que faz alguns textos serem mais fáceis de ler do que outros. Geralmente se confunde com a legibilidade, que é algo que envolve leiaute e características tipográficas” (tradução nossa).

Fernandes e Silva (2009), assim como Smith e Tafler (1992), também consideram que *readability* e *understandability* são diferentes. Os primeiros definem a legibilidade como a facilidade de leitura de um texto, englobando as seguintes variáveis: comprimento de frases, quantidade média de palavras, sílabas e letras.

Cunha e Silva (2009, p.3) definiram que:

[...] o termo *legibilidade* pode ser descrito como a qualidade que determina a facilidade de leitura de um texto, tanto em termos tipográficos, ou seja, o nível de qualidade dos tipos (impressos ou manuscritos), quanto da facilidade de leitura de certo indivíduo em função do estilo literário [grifo dos autores].

Mais recentemente, Fakhfakh (2013) definiu *readability* como uma característica relevante para as técnicas de escrita e teorias de comunicação. Ela tem a ver com a facilidade com que um texto pode ser lido e entendido, e engloba uma série de fatores que interagem entre si, com vistas a facilitar o entendimento de textos.

A seguir, um quadro-resumo do que foi exposto:

⁴ [...] the total sum (including the interactions) of all those elements within a given piece of printed material that affect the success which a group of readers have with it. The success is the extent to which they understand it, read it at optimum speed and find it interesting [...] the three elements of readability to be interest, legibility and ease of understanding.

⁵ [...] readability is what makes some texts easier to read than others. It is often confused with legibility which concerns typeface and layout.

Tabela 1
Conceitos de *readability*

Autor(es)	Definição
Klare (1963)	Facilidade de entendimento ou compreensão do usuário conforme o estilo do texto escrito
McLaughlin (1969)	Relacionada à dificuldade que algumas pessoas têm ao ler e compreender passagens de um texto e o texto na íntegra
Gibson e Schroeder (1990)	Qualidade da escrita que resulta na comunicação fácil e rápida
Chall (1978, apud Jones & Shoemaker, 1994)	Soma total, inclusive as interações, de todos aqueles elementos dentro de um material escrito que influenciam no nível de sucesso de um leitor ao ler
DuBay (2004)	O que faz alguns textos serem mais fáceis de ler do que outros
Fernandes e Silva (2009)	Não têm uma definição de <i>readability</i> , mas de <i>understandability</i>
Cunha e Silva (2009)	Qualidade da escrita que determina a facilidade de leitura de um texto
Fakhfakh (2013)	Característica relevante para as técnicas de escrita e teorias de comunicação. Tem a ver com a facilidade com que um texto pode ser lido e entendido

Nota: Adaptado de “*The Measurement of readability*”, de G. R. Klare, 1963; “*Accounting narratives: A review of empirical studies of content and readability*”, de M. J. Jones, & P. A. Shoemaker, 1994, *Journal of accounting literature*, 13, 142-184; “*A new readability formula*”, de G. H., McLaughlin, 1969, *Journal of Reading*, 22, 639-646; “*The Principles of Readability*”, de W. H. DuBay, 2004; “Análise da legibilidade dos textos narrativos dos fatos relevantes divulgados pelas empresas brasileiras de capital aberto nos anos de 2002 a 2006”, de J. L. T. Fernandes, & C. A. T. Silva, 2009, *RAC-Eletrônica*, 3(1), 142-158; “*The readability of standardized reports by the International Federation of Accountants*”, de M. FakhFakh, 2013, *Journal of Commerce & Accounting Research*, 2(1), 10-28; “Análise da facilidade de leitura das demonstrações contábeis das empresas brasileiras: Uma investigação do Gerenciamento de impressões nas narrativas contábeis”, de R. K. C. Cunha, & C. A. T. Silva, 2009, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade São Paulo.

Para fins deste estudo, como já informado anteriormente, a definição de *readability* é: a qualidade da escrita, ligada à qualidade da informação contábil, cujo objetivo é facilitar a leitura e a compreensão das demonstrações financeiras, resultando em uma comunicação mais fácil e rápida das informações contábeis para seus usuários.

2.3.1 Orientações para melhor divulgação das informações contábeis

Adiante, serão elencadas algumas orientações específicas quanto à linguagem das informações contábeis, internacional e nacionalmente, de órgãos de classe e normativos.

2.3.1.1 The Plain Language Action and Information Network (PLAIN) e Guidelines da SEC

O PLAIN é uma comunidade de servidores federais norte-americanos que se dedica a apoiar o fato de que seus cidadãos têm o direito de entender corretamente todos os comunicados e documentos do Governo. Assim, foi criado o *Plain Language* – Linguagem Clara e objetiva.

Há, em diversos outros países, o movimento *Plain Language*, com vistas a uma linguagem escrita mais clara e à melhor compreensão do leitor em várias esferas, como a

jurídica e o setor público. Essa discussão ocorre não apenas em grupos, mas também em órgãos reguladores (Plainlanguage, 2015; SEC, 2010).

Esse movimento, nos Estados Unidos, por exemplo, teve início por volta dos anos 1990, e foi criado para promover o uso de comunicação clara em documentos do governo. Sua principal meta é promover o uso da linguagem clara em todos os comunicados do governo, com vistas a economizar tempo e dinheiro para os seus preparadores, além de auxiliar no entendimento do público-alvo norteamericano (Plainlanguage, 2015).

Em outubro de 2010, esse movimento ganhou caráter de lei, pois, nessa data, o Presidente Barack Obama assinou o *Plain Writing Act of 2010* [grifo nosso], uma lei que instituiu que as agências federais daquele País passassem a utilizar a linguagem clara para a comunicação do governo norteamericano com o público (Plainlanguage, 2015).

Dentre os diversos tópicos tratados pelo PLAIN, está a comunicação de informações financeiras, especificamente aquelas reguladas pela SEC (SEC, 2010), visando a auxiliar o entendimento dos investidores do mercado. Esse órgão preparou um guia de orientações destinado à comunicação em linguagem clara, baseado em diretrizes, informando que a linguagem dos relatórios está diretamente ligada à compreensibilidade do usuário.

Esse guia, que pode ser localizado no sítio eletrônico da SEC e do PLAIN, engloba diversos mecanismos linguísticos que podem ser utilizados para facilitar a compreensibilidade desses relatórios em língua inglesa, como o uso da estrutura sujeito - verbo - objeto, uso da voz ativa em detrimento da passiva, uso reduzido de jargão técnico, uso reduzido de abreviações e outros (Plainlanguage, 2015; SEC, 2010).

De modo resumido, as características essenciais para uma adequada divulgação das informações contábeis, segundo a SEC (2010), foram divididas em cinco tópicos predominantes: público-alvo, organização do texto, mecanismos linguísticos para uma boa comunicação escrita em língua inglesa, escrita de documentos para usuários da internet e alguns testes. Seguem os três primeiros, em razão do tema estudado:

Tabela 2

Características para facilitar a *readability* dos cidadãos americanos

Caraterística	Descrição
1. Pense no seu público-alvo	- Utilize linguagem acessível ao público, para que todos possam ler e se sentir confortáveis; - saiba quem é seu público-alvo. Por exemplo, se é de jovens, escreva para jovens. Se é de investidores, escreva para investidores.
2. Organize	- estabeleça o objetivo no início. Descarte informações desnecessárias; - organize seu relatório pensando em quem vai ler – seu público busca respostas; - organize cronologicamente; - coloque, em primeiro lugar, informações gerais. Deixe detalhes para depois; - utilize poucos subtítulos; - converse com seu leitor individualmente, não como se fosse um grupo;

	<ul style="list-style-type: none"> - utilize tópicos informativos e de tamanho adequado; - escreva parágrafos curtos.
3. Escreva o relatório	<ul style="list-style-type: none"> - escolha bem as palavras; seja claro e conciso; - utilize as formas mais simples de verbos: o tempo presente; - evite verbos ocultos; - use a voz ativa, pois ela elimina ambiguidades; - use voz passiva somente quando o sujeito for uma lei; - use contrações, pois elas melhoram a <i>readability</i> do usuário, por serem comuns na língua inglesa. Por exemplo: <i>Don't</i> (não...) é uma contração. <i>Do not</i> é a forma completa; - use substantivos e pronomes; - utilize verbos, não sua forma substantivada – evite grupos de substantivos. Em língua inglesa, é comum a ocorrência de uma cadeia de três ou mais substantivos justapostos, os quais podem ser substituídos por um único verbo, para facilitar o entendimento; - use pronomes de tratamento direto, como se estivesse falando com o público; - minimize as abreviações quando possível, especialmente se de uso comum; - evite definir palavras as quais não vai utilizar; - use palavras com poucas sílabas e simples; - evite jargões; - se usar um termo para definir algo, mantenha-o no relatório todo; - evite o uso do travessão e de e/ou; - escreva sentenças curtas; - mantenha a seguinte estrutura: sujeito, verbo, objeto, sempre próximos; - evite escrever sentenças com duas negativas e exceção da exceção; - posicione a ideia principal antes dos pormenores e de exceções; - atente-se para a ordem das palavras; - parágrafos: trate um tópico por vez e escreva parágrafos curtos; - utilize conectores para unir ideias e parágrafos; - enfatize os tópicos mais relevantes; - outros meios de facilitar a <i>readability</i>: ilustrações, tabelas, listas, exemplos; - evite citar referências cruzadas dentro do texto.

Nota. Adaptado de “*Federal Plain Language Guidelines*”, de SEC, 2010.

2.3.1.2 Manual de redação da presidência da república brasileira

Em uma esteira semelhante ao PLAIN e ao guia da SEC para promover o uso da linguagem clara em todos os comunicados do governo norteamericano, no Brasil, um documento que mais se aproximaria de tal objetivo é o Manual de Redação da Presidência da República. Esse documento foi primeiramente publicado em 1992, revisado e atualizado em 2002, sendo mantido até hoje.

Está dividido em diversas seções, dentre as quais há um capítulo inteiramente dedicado à redação dos documentos, quanto à gramática em geral. Na Introdução, Mendes e Foster (2002, p. 2) informam que todo documento do governo deve ser inteiramente inteligível para os cidadãos, e por isso, devem ser escritos de modo claro e conciso:

Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão.

Nesse aspecto da inteligibilidade e clareza ao usuário é que o Manual mais se aproximaria dos propósitos do guia da SEC. Apesar de se tratar de um documento do Governo Brasileiro, diferentemente do da SEC, ele não se estende para a comunicação de informações financeiras, com vistas a auxiliar o entendimento dos investidores do mercado.

O referido manual foi elaborado considerando os princípios da Constituição Brasileira. Portanto, toda a parte gramatical é baseada na língua portuguesa e, nesse aspecto, diferencia-se do guia da SEC, preparado para leis governamentais e demonstrações financeiras norte-americanas, escritas em língua inglesa.

O Manual da Presidência da República está pautado somente em aspectos gramaticais. Antunes (2005), pesquisadora da área da Linguística Textual, defende que há mais em um texto do que se pode ver em sua superfície gramatical. Ela afirma que um texto precisa ter outros parâmetros que não apenas a superfície gramatical. Precisa englobar também a semântica⁶ e a pragmática⁷. Esses mecanismos podem ser conseguidos por meio de, por exemplo, alguns recursos, dentre eles, recursos linguísticos, denominados coesão e coerência, os quais serão tratados posteriormente neste trabalho.

2.3.1.3 *Financial Accounting Standards Board (FASB) e IASB*

O FASB (*Statement of financial Accounting concepts FASB 2*, 1980) tratou da hierarquia das qualidades da informação contábil, as quais afirma que fazem com que ela seja desejável, que tenham utilidade para a tomada de decisões dos seus usuários. Sem utilidade, não haveria benefícios da informação que justificassem seu custo.

Essa hierarquia, à época, separava as qualidades da informação específicas do usuário, por exemplo, a compreensibilidade, daquelas da informação em si. Segundo o mesmo documento, a informação não pode ser útil para a tomada de decisão dos usuários se eles não puderem compreendê-la, mesmo que ela seja relevante e confiável. Relata que a

⁶ Semântica: relaciona-se àquilo que pertence ou tem a ver com a significação de palavras. Estudo do significado de signos linguísticos e suas combinações. Associa-se ao significado, sentido e à interpretação de palavras, símbolos ou expressões (Saussure, 2006).

⁷ Pragmática: área da Linguística; tem a ver com a interação entre a língua e seus usuários dentro de sua sociedade, na cultura (Saussure, 2006).

compreensibilidade da informação se relaciona tanto às características de tomada de decisão quanto às da informação em si. De tal modo, informa que ela não pode ser avaliada genericamente, mas conforme cada tipo de usuário que dela se utiliza.

Segue a hierarquia na Figura 1, adiante:

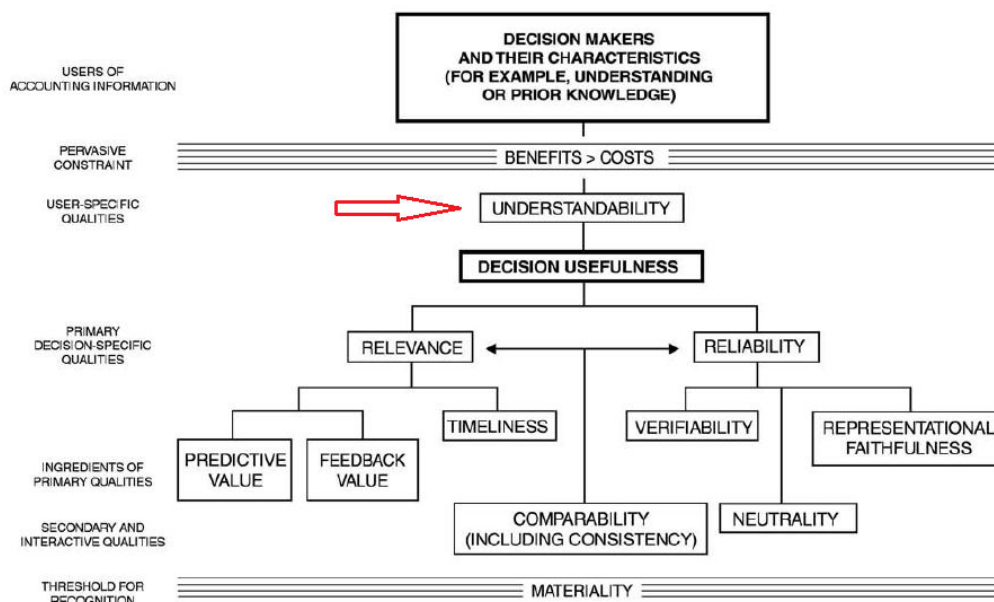


Figura 1. Hierarquia das qualidades da informação contábil

Nota. Adaptado de “*Statement of financial Accounting concepts FASB 2*”, do FASB, 1980.

Da figura anterior, nota-se que a compreensibilidade estava no topo da cadeia de hierarquias, o que revelava sua importância já naquela época, mesmo essa figura não estando mais na estrutura conceitual atual.

O FASB (*Statement of financial Accounting concepts FASB 2*, 1980) pontuava que a informação não poderia ser útil a alguém que não pudesse entendê-la, e por entendimento da informação considera-se o entendimento do texto pelo usuário. Entretanto, apontava que a informação deveria ser relevante em situações em que se encontrava, mesmo que não pudesse ser entendida pela pessoa que estivesse vivenciando determinada situação.

Ademais, a informação poderia não ser útil para determinado usuário, mesmo que o fosse na situação que estivesse vivenciando. Informação não compreendida, assim como aquela não disponível, poderia ser relevante, mas sua relevância seria afetada, pois sua capacidade de fazer diferença seria minimizada, não justificando sua importância ao usuário.

O FASB (*Statement of financial Accounting concepts FASB 1*, 1978) afirmou que a informação dos relatórios financeiros deveria ser compreendida por aqueles com conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e que tivessem a intenção de estudar a informação em detalhes. E desde 1978, já dizia que a melhora na informação

poderia torná-la mais compreensível e, dessa maneira, mais útil a uma ampla variedade de usuários.

No mesmo documento, relatou que a compreensibilidade da informação é gerida por uma combinação de características inerentes ao usuário e outras à própria informação. É por essa razão que a compreensibilidade e outras características específicas do usuário ocupavam uma posição alta na hierarquia das qualidades da informação contábil, por se tratar de uma ponte entre as características do usuário (tomadores de decisão) e aquelas da informação em si.

A compreensibilidade e outras qualidades da informação, como a novidade, eram intimamente ligadas às características particulares dos tomadores de decisão, assim como aos tipos de tomadores de decisão. Contudo, lá em 1978, esse órgão se preocupava com as qualidades da informação relacionadas às classes mais amplas de tomadores de decisão, em vez daquelas referentes a cada usuário.

A compreensibilidade era, assim, classificada como concernente aos tomadores em particular, (*e.g.*, o entendimento do usuário sobre determinada língua) ou aos tipos de tomadores (*e.g.*, o fato de a evidenciação ser inteligível ao público alvo a que se referia).

Em 2010, IASB e FASB fizeram um projeto em conjunto, para convergir suas estruturas conceituais (EC). O projeto foi dividido em fases. Na 1ª, foi elaborado novo pronunciamento, nova EC, abrangendo, entre outros aspectos, as qualidades da informação. Conforme FASB e IASB forem completando as novas fases de seu projeto em conjunto, novos capítulos serão adicionados à EC vigente, e outros *Statement of financial Accounting concepts* do FASB serão substituídos. A seguir, trata-se dessas características da EC em conjunto (IASB e FASB).

A Estrutura Conceitual do IASB (*The Conceptual Framework for Financial Reporting, 2010*), em seu capítulo 3 – Características qualitativas da informação financeira útil, descreve que essas características identificam os tipos de informação passíveis de ser muito úteis a investidores potenciais e existentes, para a tomada de decisão acerca da entidade repostada, com base na informação financeira.

Relata que, se o objetivo da informação financeira é ser útil, ela deve ser relevante e fielmente representar aquilo que intenciona representar. Desse modo, a utilidade da informação financeira, segundo o IASB (*The Conceptual Framework for Financial Reporting, 2010*), é melhorada se for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. Para que a informação seja compreensível, ela deve ser clara e concisamente classificada, caracterizada e apresentada.

Entretanto, afirma que algumas informações são naturalmente complexas e podem não ser fáceis de ser entendidas. Aponta que excluir esse tipo de informação complexa das demonstrações financeiras pode tornar o relatório mais fácil de ser compreendido, mas pode também fazer com que fique incompleto ou seja erroneamente entendido. Em alguns momentos, aponta que mesmo usuários mais bem informados precisam de uma ajuda especializada para entender esse tipo de informação mais complexa.

No *Basis for conclusions* do capítulo 3 do *Framework* - Características qualitativas da informação financeira útil (*Basis for conclusions on conceptual framework for financial reporting, 2015*), alguns respondentes do *Discussion Paper* sugeriram que a compreensibilidade deveria ser elevada a uma característica qualitativa fundamental, ou mesmo se tornar um objetivo do relatório financeiro. Entretanto, o IASB propõe que isso não ocorra, pois acredita que poderia resultar na eliminação de informação complexa, mas, ainda assim, útil aos seus usuários.

Quanto a isso, alguns respondentes do *Discussion Paper* sugeriram que o *Framework* deveria abordar as fontes da complexidade no relatório financeiro, e que seria relevante evitar complexidade desnecessária ao explicitar os *Standards*. Contudo, o IASB acredita que isso não é necessário (*Basis for conclusions on conceptual framework for financial reporting, 2015*).

Ainda nesse mesmo documento, esclarecem que a informação financeira é útil para a tomada de decisão somente se for capaz de fazer diferença na decisão do usuário. Nesse sentido, mencionam que uma das características qualitativas que pode influenciar nisso é a compreensibilidade do usuário acerca dessas informações. Dessa forma, classificam-na como uma característica qualitativa de melhoria, que faz com que a informação financeira seja mais útil.

Tanto a Estrutura conceitual do IASB (*The Conceptual Framework for Financial Reporting, 2010*) quanto o *Concepts Statement 2* do FASB (*Statement of financial Accounting concepts FASB 2, 1980*) incluíram a compreensibilidade como uma característica qualitativa específica do usuário em sua tomada de decisão, pois ela trata do seu entendimento acerca da informação contábil-financeira. Ambas as estruturas conceituais descreveram, de modo semelhante, que para a informação financeira ser compreensível, os usuários precisam ter um grau razoável de conhecimento financeiro e interesse para estudar a informação diligentemente.

Nessa esteira, se a compreensibilidade é uma característica fundamental, seria apropriado evitar reportar informação muito complexa, mesmo se fosse relevante e fielmente

representada. Classificar a compreensibilidade como uma característica qualitativa de melhoria objetiva a indicar que aquela informação difícil de entender deveria ser apresentada e explicada o mais claramente possível (*Basis for conclusions on conceptual framework for financial reporting, 2015*).

2.3.2 Métricas de *readability* – fórmulas

Uma das maneiras de medir a *readability* dos textos é por meio das fórmulas de *readability*. Na década de 1920, pesquisadores encontraram uma maneira de prever o nível de dificuldade de um texto, de vocabulário e tamanho de sentenças. Desse modo, surgiram as fórmulas (testes) de *readability*. Alguns dos principais pesquisadores responsáveis por essas fórmulas são Rudolf Flesch, George Klare, Edgar Dale e Jeanne Chall (DuBay, 2004).

Elas têm sido utilizadas em diversas áreas, dentre elas, no jornalismo, na saúde, no direito, em seguros e na indústria. Até mesmo a força militar americana desenvolveu suas próprias fórmulas para treinamentos técnicos específicos. Atualmente, há aproximadamente 200 delas. A seguir, um quadro resumo do que engloba cada fórmula:

Tabela 3

Fórmulas de *readability* utilizadas em estudos contábeis.

Fórmula/ teste	Descrição
<i>Flesh e Flesh kincaid tests</i>	Ambos utilizam uma combinação de tamanho de sentença e contador de sílabas. O teste de <i>Flesh</i> é representado por uma fórmula cujo resultado vai de 0 a 100. Quanto menor o resultado, mais difícil é de ler o texto.
<i>Smog index</i>	Fornecer uma estimativa do tempo de escola que uma pessoa precisa ter para entender um texto. Baseia-se em uma única variável, o número de polissílabas em 30 sentenças. Por exemplo, um resultado de 7.4 significa que um aluno do 7º ano consegue ler o texto.
<i>Fog index</i>	Baseado em um percentual de palavras polissílabas, inicialmente formulada para fornecer uma escala de níveis de dificuldade de textos para universitários.
<i>Lix/Rix test</i>	Engloba tamanho de palavra e de sentença. A primeira envolve um percentual de palavras de mais de seis letras, e a segunda, o número médio de palavras por sentença. Por exemplo, 20 seria muito fácil de ler, e 60 seria muito difícil.
<i>Fry graph</i>	Baseado em um número médio de sílabas a cada 100 palavras, e um número médio de sentenças a cada 100 palavras.
<i>Cloze test</i>	Baseado na seleção de um texto de cerca de 200 palavras. Nesse texto, o 5º vocábulo é omitido, e os sujeitos pesquisados precisam preencher o espaço com as palavras que acreditam ser as mais adequadas para a reconstrução do original, de forma clara e compreensiva. Obtêm-se os resultados pela soma do número de lacunas corretamente preenchidas.

Nota. Adaptado de “*Accounting narratives: A review of empirical studies of content and readability*”, de M. J. Jones, & P. A. Shoemaker, 1994, *Journal of accounting literature*, 13, 142-184; “Compreensibilidade dos relatórios contábeis e financeiros de companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA: Uma análise das percepções dos usuários investidores”, de C. H. P. Cotrim, 2012.

Na contabilidade, alguns estudos utilizaram algumas dessas fórmulas, como a de *Flesh* em estudos nacionais (Cunha & Silva, 2009; Fernandes & Silva, 2009), *Flesh kincaid*, *Smog index*, *Fog index*, *Lix/Rix test*, *Fry graph*, e o *Cloze test* em pesquisas nacionais e internacionais (e.g.: Cotrim, 2012; DuBay, 2004; Jones & Shoemaker, 1994).

2.3.3 O processo de comunicação humana

Neste momento, cabe uma reflexão sobre o processo de comunicação, por já ter sido mencionado por autores que também estudaram a *readability*, especialmente nacionais (Dias, 2000; 2001; Dias & Nakagawa, 2001). Adicionalmente, a linguagem, principal objeto da Linguística, faz parte do processo de comunicação humana.

A palavra *Comunicação*, originária do Latim *Communicatio*, que significa *a ação de tornar alguma coisa comum a muitos*, ocorre quando uma mensagem é transmitida, por meio de um código ou linguagem, de um emissor a um receptor, com o objetivo de ser por esse último compreendida (Teixeira, 2012) [grifos nossos].

A comunicação é considerada um processo social, visto que as mensagens trocadas apresentam efeitos cognitivos, pois a elas são atribuídos significados. Esses são dependentes do contexto e da cultura em que se insere seu interlocutor (Sousa, 2006).

O fato de ser considerada um processo social é porque isso tem a ver com a sua evolução no decorrer dos tempos. Ela se desenvolve em um espaço de tempo que continua e interage de forma permanente. É um elemento crucial para a manutenção da estrutura das sociedades, pois é por meio dela que seus indivíduos irão se integrar, reproduzir-se e recriá-la (Sousa, 2006).

Sousa (2006) defende que o processo da comunicação não tem começo e nem fim bem delimitados, já que o conjunto de causas e consequências de um ato comunicativo são, de alguma maneira, infinitos, variando entre culturas e indivíduos. A informação que circula dentro de um processo de comunicação reflete a cultura e o conhecimento daqueles que a compartilham.

O autor complementa que o processo de comunicação pode sofrer influência de alguns fatores, como os ruídos (barreiras), que atrapalham a mensagem. Há, por exemplo, barreiras as quais podem atrapalhar a comunicação, como físicas e culturais.

O autor relata que o processo da comunicação não se dissocia do universo em que se insere, e que cada ato de comunicação se liga ao seu todo. Informa que, visando a tornar a

realidade compreensível, ou seja, fazer com que os atos comunicativos sejam compreensíveis, vários modelos de processos de comunicação foram criados. Dentre eles, para este estudo, destaca-se o de Roman Jakobson (2007), por ser direcionado para o estudo da comunicação, sob o prisma da Linguística. Segue a estrutura desse modelo, resumidamente:

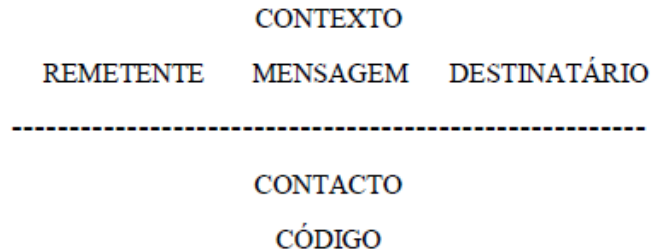


Figura 2. Modelo de Comunicação de Jakobson.

Nota. Adaptado de “Linguística e comunicação”, de R. Jakobson, 2007.

Nesse modelo, que se insere dentro de um Contexto específico, o Remetente envia uma Mensagem para seu Destinatário, por meio de um Código, dentro de um Canal físico, envolvendo uma conexão psicológica entre o Remetente e o Destinatário. A Mensagem tem que ser decodificada pelo Destinatário. Nesse processo, os dois sujeitos devem estar em comunicação.

Segundo Teixeira (2012), cada uma das estruturas do modelo de Jakobson está relacionada a uma função da linguagem, a qual está organizada hierarquicamente. Em um ato comunicativo, uma função sempre será a dominante. No mesmo sentido, Jakobson (2007, pp. 81-82) afirma que “toda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um dos quais é caracterizado por uma função diferente [...] a linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções”. Tais funções estão a seguir resumidas:

Tabela 4

Funções da linguagem de Jakobson

Função da Linguagem	Descrição
Emotiva ou expressiva	Tem a ver com a relação entre destinatário e mensagem, à percepção daquele. Por exemplo, é a dominante em uma carta de amor em um discurso político acalorado.
Conativa	Tem a ver com efeito da mensagem no destinatário. Dominante em discurso publicitário, por exemplo.
Referencial	Tem a ver com o contexto. Costuma ser a dominante em atos comunicativos. Concernente à orientação da mensagem com a realidade. Por exemplo, domina no discurso jornalístico, em textos analíticos e científicos, etc. Pode-se dizer que é a função que permeia este estudo.
Fática	Tem a ver com o contato entre Remetente e Destinatário.
Poética	Tem a ver com relação da mensagem com ela própria. Dominante em comunicação estética, literatura e em slogans publicitários

Metalinguística	Tem a ver com o código. Realizada quando a linguagem é usada para falar dela própria. Por exemplo, dominante quando um professor de gramática explica seus mecanismos aos seus alunos.
-----------------	--

Nota. Adaptado de “Linguística e comunicação”, de R. Jakobson, 2007; “Da comunicação humana à comunicação em rede: Uma pluralidade de convergências”, de M. M. Teixeira, 2012, *Revista Temática*, 8, 1-29.

Após esse breve relato do processo de comunicação humana, parte-se para pesquisas anteriores sobre *readability* das demonstrações financeiras.

2.3.4 Pesquisas anteriores sobre *readability* das demonstrações financeiras

Como já relatado na Introdução, têm sido feitas pesquisas acerca da compreensibilidade e melhoria na linguagem das informações contábeis. Gibson e Schroeder (1990) relataram que *readability* é a qualidade da escrita que resulta em comunicação fácil e rápida. A escrita de fácil entendimento comunica precisamente, e com uma única leitura. Eles apontam que muitos estudos têm demonstrado o baixo entendimento dos usuários acerca de notas explicativas.

Em seu trabalho, trataram a questão da *readability* das notas explicativas e das *Management's Discussion and Analysis* (MD&A), um relatório exigido pela SEC à época, que tratava de tendências de liquidez, recursos de capital, geração de resultados operacionais e assuntos relacionados, especialmente quanto à comunicação dessas informações ao público-alvo. Conforme os autores, a SEC preza que a informação seja de fácil entendimento ao seu usuário. Percebe-se que a preocupação desse órgão com a *readability* é de longa data.

Os autores compararam a *readability* das MD&A de 40 empresas (por exemplo, bancos, empresas comerciais, seguradoras e outras) com a de outro relatório administrativo e a das Notas Explicativas anexas às demonstrações contábeis das instituições de sua amostra. Relataram que o estilo de linguagem do relatório é mais flexível do que o das Notas, quanto à estruturação e aos itens para evidenciação. Em geral, apontaram que a complexidade da linguagem contábil e a queda da *readability* dos relatórios pelos seus usuários poderiam influenciar, de maneira negativa, o processo de sua tomada de decisão, pois as informações comunicadas não auxiliariam a reduzir suas incertezas.

Eles avaliaram três aspectos os quais a SEC apontava como relevantes na *readability*: uso da voz passiva, escolha de palavras e construção da sentença. Como principais achados, encontraram as seguintes questões, todas tratadas por Dubay (2004), Lesikar (1986, apud Gibson & Schroeder, 1990), Rentz e Lentz (2013) e pela SEC (2010):

- a) uso da voz passiva: a voz ativa, em detrimento da passiva, é mais confortável para os usuários, pois o entendimento do enfoque da sentença é mais ressaltado. Os autores demonstraram que as MD&A e o outro relatório apresentado usam menos a voz passiva do que as Notas Explicativas, no geral;
- b) escolha de palavras: não encontraram diferenças entre a escolha de palavras para as MD&A e as Notas Explicativas, mas sim para o outro relatório e as MD&A: no primeiro, as palavras, no geral, eram mais extensas, o que poderia dificultar o entendimento do usuário, que se beneficiaria caso as palavras fossem mais curtas (com menos sílabas);
- c) estrutura da sentença: praticamente a mesma para os três demonstrativos, e o entendimento dos usuários variou de pouco para médio.

Por fim, Gibson e Schroeder (1990) concluíram que, na amostra selecionada, as demonstrações contábeis não ofereciam contribuições para uma melhora dos resultados das empresas selecionadas, mas, sim, dificultavam a *readability* de seus usuários, justamente devido à linguagem com que foram divulgadas.

Smith e Taffler (1992) estudaram o modo como a mensagem é transmitida na contabilidade e quais são as dificuldades e diferenças na sua interpretação para seus diversos usuários. Segundo esses autores, a mensagem somente terá sucesso se o destinatário conseguir lê-la e entendê-la.

Em seu trabalho, abordaram duas temáticas: a da *readability* e a da *understandability*, fazendo uma diferença entre as duas. Para os autores, a primeira trata da complexidade da narrativa (a nível do texto), enquanto a segunda, do entendimento do usuário (a nível do usuário). Eles acreditam que muitas medidas de *readability* se diferem das de *understandability*. Apesar de defenderem esse ponto de vista, reconhecem que muitas pesquisas sobre essas temáticas tratam as duas como sendo a mesma coisa.

Os autores utilizaram os testes de *Fog*, *Lix* e *Flesch* para medir a *readability* e o de *Cloze* para medir a *understandability* de algumas narrativas contábeis, juntamente com um programa de computador que seleciona palavras pelo seu comprimento e o tamanho de sílabas, objetivando a demonstrar a diferença entre elas.

O teste de *Cloze* (*understandability*) foi aplicado em 146 alunos do último ano de contabilidade, em uma universidade no Reino Unido. Para esse procedimento, foram extraídas algumas palavras das narrativas contábeis selecionadas, totalizando uma média de 30-80 deletadas. Os alunos deveriam, então, preencher os espaços em branco com as palavras corretas, com base no seu nível de conhecimento do assunto, por meio dos testes de *Fog*, *Lix* e

Flesch (readability), em uma amostra de respondentes de 66 empresas pré-selecionadas, segundo alguns critérios demarcados pelos autores.

Os resultados dos testes dos dois grupos (*readability e understandability*) foram comparados: os testes de *Flesch e Lix* mostraram alta correlação entre si, por se tratarem de procedimentos que medem a mesma coisa, ou seja, a *readability*, segundo entendimento dos autores. Ao correlacionarem esses dois com os de *Cloze*, que mede a *understandability* em sua visão, encontraram baixa correlação, afirmando que esse aspecto poderia indicar, para a amostra de seu trabalho, que *readability e understandability* se diferem quanto àquilo que analisam.

Por fim, apontaram que os resultados para *readability* mostraram que a narrativa é difícil em seu nível de complexidade, para a amostra selecionada. E para os resultados de *understandability*, que essa se relaciona tanto com a complexidade do contexto quanto com o nível de educação e experiência do usuário e, por isso, seria diferente da *readability*.

Jones e Shoemaker (1994) fizeram um estudo teórico em narrativas contábeis sobre análise de conteúdo e *readability*. Relataram que, pela análise de conteúdo, seria possível determinar algumas influências de vários fenômenos da comunicação, dentre eles, o da *readability*. Eles analisaram dois aspectos da análise de conteúdo: estudos temáticos e sintáticos. Quanto aos sintáticos, relevantes para este trabalho, os autores se focaram predominantemente na *readability* do texto, por meio de características sintáticas, como extensão da sentença e número de sílabas.

Selecionaram 32 estudos sobre *readability*, de 1948 a 1990, e assim os classificaram:

- a) Qual é o nível de dificuldade da leitura de relatórios anuais?;
- b) Algumas partes de relatórios anuais são mais difíceis de ler do que outras?;
- c) Alguns tipos de relatórios anuais são mais difíceis de ler do que outros?;
- d) Os relatórios anuais ficaram mais difíceis de ler?; e
- e) Há uma relação entre *readability* e outras variáveis?

Seus principais achados, considerando as cinco categorias, foram:

- a) os relatórios anuais são difíceis ou muito difíceis de ler;
- b) a *readability* se iguala à *understandability* (ainda inconcluso). Smith e Tafler (1992), já mencionados, defendem que as duas temáticas são diferentes;

Dias (2000) fez um estudo teórico, com vistas a discutir a relação entre o tipo de linguagem utilizada na evidenciação das informações contábeis e o nível de percepção de seus

usuários acerca da realidade que ela busca transmitir; e a identificar os possíveis *ruidos* que afetam a transmissão da informação contábil, visando a demonstrar que esse processo pode ser melhorado com a Teoria da Comunicação [grifo nosso]. O autor pesquisou diversos trabalhos, cada qual com um foco no que se refere à *readability*. Seus principais achados foram:

- a) existe correlação entre o tipo de linguagem utilizada na elaboração das demonstrações contábeis e a forma como seus usuários percebem o seu conteúdo;
- b) o usuário médio da contabilidade não consegue compreender as informações veiculadas nesses demonstrativos, por desconhecer o significado de muitos termos utilizados na evidenciação dos eventos econômicos;
- c) por fim, sugeriu que a Teoria da Comunicação pode contribuir para maximizar a função da contabilidade.

Dias (2001), em outro estudo teórico, tratou do problema da *readability* da linguagem à luz das teorias da Comunicação e da Semiótica⁸. O principal objetivo foi demonstrar que atributos dessas duas teorias poderiam subsidiar o desenvolvimento de metodologias adequadas à identificação e correção de problemas de compreensibilidade, especificamente quanto à dificuldade de diversos usuários para compreender o significado de termos empregados na evidenciação contábil.

O autor afirma que esse problema da *readability* pode fazer com que o usuário despreze ou dê pouca importância à informação sendo transmitida, o que poderia afetar seu processo decisório. Ele defende que a terminologia de algumas narrativas contábeis é demasiado complexa ou tem sentido ambíguo.

Em seu trabalho, apresentou um quadro de referência conceitual para ser utilizado na condução de pesquisas destinadas a aprimorar a *readability* das informações contábeis. Ele informa que não apenas as terminologias são importantes na evidenciação, mas também o nível de entendimento do usuário (emissor e receptor da mensagem), o contexto social em que cada um está inserido, o modo pelo qual a mensagem foi transmitida, o conteúdo de cada mensagem, entre outros. Dessa maneira, defende que a Teoria da Comunicação, a qual estabelece parâmetros para analisar a comunicação de maneira mais adequada, pode ser um facilitador no processo de transmissão e entendimento da mensagem.

⁸ Semiótica: dedica-se ao estudo das linguagens, envolvendo dimensões sintática, semântica e pragmática, assim como a Linguística.

Dias (2001) sugeriu o uso da Teoria Semiótica. Sua contribuição é que ela poderia auxiliar na compreensão da forma como a interpretação dos objetos e eventos econômicos ocorre. Ademais, pontua que ela poderia oferecer parâmetros para definir normas sintáticas, semânticas e pragmáticas que devem ser observadas na comunicação contábil.

Ainda, demonstrou a necessidade de novas pesquisas destinadas a verificar se os diversos grupos de usuários das informações contábeis conseguem interpretá-las adequadamente, e se eventuais dificuldades nessa área estão relacionadas à terminologia utilizada pela Contabilidade. Por fim, contribuiu para mostrar que devem ser empreendidos esforços para ajustar a comunicação contábil às características e necessidades de seus destinatários.

Dias e Nakagawa (2001) buscaram avaliar até que ponto a Contabilidade tem conseguido estabelecer uma comunicação eficiente entre a empresa e os diversos agentes que com ela interagem. Objetivaram a demonstrar que a Teoria da Comunicação pode contribuir para desenvolver metodologias visando a identificar e corrigir problemas semânticos que afetam as demonstrações contábeis.

Com base em sua pesquisa, afirmaram que o usuário médio das informações contábeis não consegue assimilar adequadamente o seu conteúdo, por desconhecer muitos termos empregados na evidenciação, ou por lhes atribuir significados diferentes daqueles que o contador normalmente pretende transmitir. Ademais, entendem que tais informações não sejam bem aproveitadas como instrumento de apoio ao processo decisório. Como principais achados, observaram que:

- a) a comunicação pode fornecer subsídios no aprimoramento das informações contábeis;
- b) os produtores da informação precisam reconhecer as reais necessidades dos usuário e avaliar sua habilidade de interpretar a informação adequadamente;
- c) os limites para a evidenciação devem ser instituídos com base nos usuários, conforme a relevância e materialidade, para uma compreensão adequada dos elementos contábeis, que influenciarão, por ventura, suas decisões;
- d) o importante é fornecer a informação necessária, de forma compreensível;
- e) defendem os autores que, pela Comunicação, “os significados não são propriedades das palavras, mas dos indivíduos” (p.55).

Silva, Costa e Rodrigues (2005), na mesma esteira de Smith e Tafler (1992), analisaram o grau de *readability* e *understandability* de relatórios de administração (RAs) de companhias brasileiras de capital aberto no setor de energia elétrica, através do teste de *Cloze* (para medir a *understandability*) e de fórmulas de *readability*. Para a análise da

understandability (teste *Cloze*), fizeram uma pesquisa com 480 estudantes de um curso de Ciências Contábeis, os quais deveriam preencher lacunas de um trecho do RA do exercício de 2003, das 30 companhias selecionadas.

O texto tinha aproximadamente 250 vocábulos, e foi omitida a quinta palavra, totalizando 50 lacunas. O teste foi aplicado em 15 classes de 30 alunos. Os dados coletados foram corrigidos e tabulados. As respostas foram consideradas corretas somente quando eles acertavam a palavra a ser preenchida. Para cada acerto, um ponto; a soma desses pontos foi o parâmetro para mensurar a *understandability* do RA: quanto maior o número de pontos, maior o nível de *understandability* do RA. Os resultados, em geral, sugerem que:

- a) somente uma das empresas estudadas apresentava grau satisfatório de *understandability*,
- b) 40% delas tinham baixo grau;
- c) 57% delas tinham grau considerado suficiente, mas com necessidade de auxílio externo.

Quanto à *readability*, 33% das empresas obtiveram escore *Flesch* que caracterizou seu texto como fácil de ler. Todavia, dessas, para 33%, a *readability* de seus RA, em 2003, foi considerada difícil. As estatísticas de *readability* foram feitas pelo Microsoft Word 2002, com uma média de 45% respostas corretas, e desvio padrão de 54,03. Isso mostra que, em termos gerais, o nível de *readability* é suficiente; mas, assim como no teste de *Cloze*, é necessário suporte adicional para isso.

Silva, Costa e Rodrigues (2005), assim como Smith e Tafler (1992), encontraram baixa correlação entre os resultados dos testes de *understandability* e *readability*. Isso, em sua visão, demonstraria que as duas são diferentes.

Li (2008) examinou a relação entre a *readability* do relatório anual, o desempenho da empresa e a persistência dos resultados. Sua hipótese é que seria mais fácil de controlar a evidenciação da informação de empresas com bom desempenho. Testou essa hipótese ao examinar se os relatórios anuais de algumas empresas com desempenho ruim eram mais difíceis e complicados de entender, se os resultados positivos de empresas com relatórios mais complexos eram menos persistentes, e se os resultados negativos de firmas com relatórios anuais mais complexos eram mais persistentes nos anos imediatamente seguintes.

Li (2008) mediu a *readability* dos relatórios anuais de uma amostra de 55.719 empresas, pelo índice de Fog, e da extensão do documento. Isso porque presumia que documentos mais extensos são mais dissuasivos e apresentam custos maiores de processamento da informação.

Como resultados, encontrou que:

- a) os relatórios anuais de empresas com resultados menores são mais difíceis de ler e mais extensos; e
- b) empresas com relatórios anuais mais fáceis de ler têm mais persistência de resultados positivos, e que um aumento (ou decréscimo) nos resultados do ano anterior também faz com que os relatórios fiquem mais fáceis (ou mais difíceis) de ler, se comparados com os dos anos anteriores.

Por fim, concluiu que a *readability* do relatório anual, por meio da amostra de seu estudo, estaria relacionada com a persistência dos resultados, pois encontrou evidências de que haveria uma correlação clara entre características linguísticas do relatório anual e o desempenho da empresa.

Fernandes e Silva (2009) estudaram a *understandability* de 4533 fatos relevantes, de 2002 a 2006, por companhias brasileiras de capital aberto, com vistas a analisar sua complexidade sintática: quanto maior, mais difícil de ler os textos. Para essa análise, foi aplicado o teste de *Flesch*. Os autores se basearam em Jones e Shoemaker (1994) para formular suas questões-problema: “1) Quão difícil é ler um fato relevante? 2) Existem alguns tipos de fatos relevantes mais difíceis de serem lidos do que outros? 3) Os fatos relevantes estão se tornando mais difíceis de serem lidos?” (p. 3). Esses fatos foram lidos e classificados segundo categorias de assunto, conforme a CVM (Instrução CVM n. 358, 2002).

O cálculo da *understandability* foi feito pelo Microsoft Word 2003. Os dados foram submetidos ao programa SPSS, para cada um dos cinco anos e cada tipo de assunto. No intervalo estudado, os autores verificaram que a *understandability* variou de zero, considerada muito difícil, a 90, muito fácil. Houve queda em 2002 a 2005 e aumento dos fatos relevantes. Constatou-se aumento também no tamanho das frases, e que os fatos têm apresentado textos mais longos e de difícil leitura. No geral, apenas 10% dos textos foram considerados de fácil leitura.

Cunha e Silva (2009) analisaram as Notas Explicativas e os Relatórios da Administração de empresas brasileiras listadas na BOVESPA, para verificar evidências de gerenciamento de impressões, pela escrita da narrativa contábil das empresas selecionadas.

Acreditam que, quando um leitor tem muito conhecimento acerca de um assunto, ele pode identificar possíveis falhas em outros textos sobre tal assunto, mesmo se esse texto tiver um nível de leitura fácil. Contudo, defendem que, se esse leitor não domina o assunto, poderá preferir textos mais fáceis de ler, ou optar por não lê-los, caso tenha que se esforçar em demasia. Por isso, defendem que, quando um autor escreve um texto, deve ter em mente quem

é sua audiência, e que o texto deve estar de acordo com o nível de facilidade de leitura, compreensão e clareza de cada leitor.

Em seu estudo, utilizaram a fórmula de Flesch do Microsoft Office Word 2003 para verificar a *readability* das demonstrações de 450 empresas selecionadas, quanto à redação das narrativas, além de testes estatísticos para análise dos resultados obtidos.

Encontraram que, em sua maioria, os Relatórios de Administração e as Notas Explicativas analisados são de difícil leitura. As últimas apresentaram uma pontuação menor do que a dos relatórios, ou seja, foram classificadas como mais difíceis ainda de ler, por serem mais técnicas e explicativas.

Gouveia (2010), na mesma esteira de Dias (2001), traçou um panorama de pesquisas brasileiras em Contabilidade com fundamento em teorias semióticas e de comunicação. Gouveia (2010) buscou expor o desenvolvimento desse tipo de pesquisa no Brasil, os problemas de pesquisa abordados à época, as metodologias empregadas para estudar os problemas propostos e suas soluções. Selecionou 22 trabalhos nacionais sobre o assunto e assim os categorizou: teóricos e empíricos, que trataram da *readability* de termos técnicos, de relatórios, evolução de significados, fidelidade de apresentação e da influência no preço das ações.

Assim como em Dias (2001), os principais achados de Gouveia (2010) indicam que, os trabalhos teóricos, em sua grande maioria, sugerem que sejam utilizadas as teorias semiótica e da comunicação para auxiliar a contabilidade a atingir seus objetivos, inclusive comunicar as informações de modo compreensível. E, quanto aos empíricos, mostraram que, em sua maioria, os usuários não compreendem muitos termos técnicos das demonstrações contábeis, e que a *readability*, em geral, é afetada em razão de linguagem (Gouveia, 2010).

Cotrim (2012) mencionou a existência de preocupação com a linguagem da informação contábil desde há muito tempo. Em seu estudo, analisou a *readability* dos relatórios contábeis e financeiros em companhias de capital aberto listadas na BM&F BOVESPA, quanto à sua percepção por pessoas físicas, principalmente em comparação com a percepção de outros grupos de usuários (analistas financeiros, relações com investidores, investidores institucionais, auditores independentes e reguladores).

Afirma a existência de movimentos em diversos países para uma linguagem mais clara e objetiva (*Plain*), não somente em contabilidade, mas em diversas outras áreas, como medicina e direito. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e de levantamento (*survey*), construiu um instrumento de pesquisa, um questionário e aplicou o teste *Cloze*. Por meio do questionário, comparou as percepções dos investidores pessoas físicas com os demais.

O teste *Cloze* foi dividido em dois blocos: os que responderam ao teste e os que não (a maioria formada por investidores individuais). Os maiores acertos foram daqueles respondentes formados na área contábil. Os diversos segmentos pesquisados declararam diversos níveis de dificuldade na *readability* dos instrumentos. Uma possível explicação para a ocorrência de não respondentes, conforme o autor, pode se dever ao seu baixo nível de literacia, à sua baixa educação financeira e pelo fato de a linguagem dos relatórios ser muito técnica.

Como principais achados, demonstra que todos os segmentos consideraram a *readability* dos relatórios de alta importância no processo decisório de investimentos em ações; que as Notas Explicativas precisam de melhorias; que a comunicação escrita precisa ser de fácil entendimento, com linguagem clara e acessível; que deve haver melhora na estrutura da linguagem, para permitir ao usuário encontrar facilmente o que precisa, e redução no uso de jargões e termos técnicos.

Aponta ainda que os relatórios, na amostra pesquisada, tendem a não atender às necessidades quanto à linguagem clara e objetiva. Por fim, sugere que eles se tornem mais claros e fáceis de entender pelos seus usuários e que sejam disponibilizados outros mais simplificados como alternativa.

Souza (2014) estudou a utilidade das informações financeiras divulgadas no Brasil com a adoção das normas internacionais de contabilidade. Objetivou a analisar o nível de utilidade da informação financeira divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras das empresas brasileiras de capital aberto e listadas na BM&FBOVESPA, preparadas segundo as IFRS, para investidores e credores no mercado de capitais brasileiro. Ademais, a identificar a relação do processo de determinação de requerimentos de divulgação, incluídos nas normas pelo IASB, e a abordagem de *checklist* de divulgação adotada pelas grandes empresas de auditoria, sobre a divulgação de informações úteis em notas explicativas.

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, aplicou dois questionários eletrônicos, com questões fechadas, elaboradas a partir de seu referencial teórico. Ademais, para avaliação qualitativa, utilizou análises descritivas e testes de qui quadrado, com vistas a saber se haveria diferenças entre os dois questionários.

Como principais achados, Souza (2014) encontrou que boa parte dos investidores e credores, cerca de 90% da amostra, acredita que as informações contidas em notas explicativas fornecem dados importantes e influenciam seu processo decisório. Contudo, que somente 30% dos entrevistados acreditam que elas sejam apresentadas em redação clara,

concisa, sem repetições e em formato compreensível. Sugere que haja melhorias na sua redação.

Rodrigues e Silva (2015) identificaram fatores que têm influenciado a evolução das informações divulgadas em RAs de companhias abertas brasileiras, de 1997 a 2010, por meio de análise de conteúdo, análise do formato e análise da *understandability*. Para este trabalho, interessam os resultados da última análise, a de *understandability*. Foram analisados os RAs de 130 empresas. Em algumas delas, não foi possível a obtenção de resultados para a legibilidade, pois algumas apresentavam excertos em outra língua, que não a portuguesa.

Os resultados variaram de uma leitura *muito fácil a muito difícil* [grifos dos autores]. As empresas estudadas, em geral, têm aumentado o volume de suas informações e a quantidade de assuntos abordados, ocasionando aumento nos RAs. E esse aumento pode ter contribuído para uma maior dificuldade na leitura dos RA, além de outros fatores, como palavras em línguas estrangeiras, siglas de pouco conhecimento em geral, problemas na digitação, falta de acentuação e extensão dos trechos, de modo a dificultar a leitura.

As pesquisas anteriores foram revisadas, e como já mencionado na Introdução, este trabalho traz um olhar novo sobre o que já foi pesquisado, com base na linguística textual. A proposta de observação de mecanismos (des) favoráveis será aplicável para o idioma português.

A seguir, será apresentado o arcabouço teórico da ciência Linguística e, posteriormente, o da Linguística Textual.

2.4 A Linguística

Linguística é a ciência responsável pelo estudo de fenômenos que se relacionam à linguagem verbal humana, com o intuito de compreender os princípios e as características que governam a composição das línguas mundo afora. Ferdinand de Saussure, considerado o precursor da Linguística moderna, estudou essa ciência sob a ótica da língua e da fala (*langue et parole*). Saussure (2006) delimitou a linguística em diacrônica ou histórica, que engloba as modificações da linguagem durante determinado período, e sincrônica, que trata as modificações através dos tempos.

A linguagem, para Saussure (2006), envolve a soma da língua e da fala. Quanto à primeira, acredita que foi imposta ao indivíduo; e à segunda, afirma ser um ato particular de cada indivíduo.

Um dos maiores conceitos da Linguística é o signo, união do significado (conceito) mais o significante (forma gráfica e som). Saussure (2006) pontua que todas as palavras que apresentam sentido são consideradas signo linguístico. Por exemplo, uma cadeira é um signo linguístico, pois, ao se emitir o som da palavra cadeira (significante), automaticamente, pensa-se em um móvel feito dos mais diversos materiais (significado), como madeira, ferro, etc.

O signo linguístico tem algumas características, como:

- a) Arbitrariedade: tem a ver com seu caráter arbitrário; um significante não está associado apenas a um significado. Cada língua, em razão de sua cultura, tem diferentes significantes para um mesmo significado. Por exemplo, quando se fala a palavra cadeira, nem todos os indivíduos pensarão em um móvel feito de madeira. Pode-se pensar que seja feito de qualquer material que exista, e que apresente formas diferentes;
- b) Linearidade: um signo será linear, ou seja, seus componentes estarão dispostos, um após o outro, na fala e na escrita, em progressão.

De acordo com Saussure (2006), a Linguística apresenta algumas divisões:

- a) Fonética: Estudo dos sons da fala;
- b) Fonologia: Estudo de fonemas;
- c) Morfologia: Estudo da estrutura, da formação, das flexões e da classificação das palavras;
- d) Sintaxe: estudo das relações entre palavras ou as orações;
- e) Semântica: Estudo dos significados das palavras;
- f) Lexicologia: Estudo do conjunto de palavras de um idioma;
- g) Estilística: Estudo de como tornar o discurso (falados ou escritos) mais expressivos e elegantes, por exemplo, por meio de figuras de linguagem;
- h) Pragmática: Estudo de como usar a fala na comunicação do dia a dia;
- i) Filologia: Estuda da língua por meio de documentos escritos e antigos.

A Linguística, desde seu surgimento com Saussure, percorreu diversos caminhos e apresentou diversas correntes. Dentre elas, destacam-se (Bentes & Mussolini, 2001; Saussure, 2006):

- a) Gerativismo: preceitua que um sujeito é capaz de compreender uma frase com base em um número limitado de elementos combinados e regras;
- b) Pragmatismo: relata que o discurso do indivíduo e a situação comunicativa em que esse discurso é produzido estão relacionados;

- c) Estruturalismo (Saussure): preceitua que língua é um sistema articulado, no qual todos os seus elementos têm ligação.

Neste trabalho, escolheu-se como referencial a Linguística Textual, que deriva da corrente estruturalista de Saussure.

2.4.1 Linguística textual na contabilidade

Como demonstrado, há pesquisas brasileiras em Contabilidade relacionadas a áreas de estudo da linguagem e da sua comunicação, como a Teoria da Comunicação (Dias, 2000; 2001). De modo geral, são pesquisas teóricas, que fazem uma revisão crítica da *readability* em contabilidade. Dessas, uma pesquisa prática é a de Cotrim (2012), já citada, que construiu um instrumento de pesquisa que pode ser replicado em estudos futuros.

Neste trabalho, como já posto na Introdução, objetiva-se a verificar quais são os mecanismos linguísticos (des)favoráveis observáveis para a *readability* das demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro, no idioma português brasileiro. Como já há estudos em Teoria da Comunicação, optou-se por escolher uma teoria de base linguística para este trabalho, pois é por meio dessa ciência que é possível estudar com detalhes as características gramaticais, semânticas e pragmáticas da língua.

Dias (2001), Ijiri (1975) e Riahi-Belkaoui (1995) já haviam mencionado que a Contabilidade é considerada linguagem de negócios, e que, por isso, precisa observar regras sintáticas, pragmáticas e semânticas para ser significativa e influenciar o comportamento dos usuários na sua tomada de decisões. Dessa maneira, justifica-se a escolha da Linguística como teoria de base deste trabalho.

Há diversas vertentes dentro da Linguística, dentre elas, a Textual. Conforme Koch (2013), a Linguística Textual estuda as operações linguísticas e cognitivas que controlam e regulam a produção, o funcionamento, a recepção e a construção de textos escritos e orais. A autora relata que essa vertente enxerga o texto como um ato comunicativo unificado, dentro do complexo universo das ações humanas.

Segundo Antunes (2005) e Marcuschi (2006), a língua não está restrita às regras gramaticais. Trata-se de uma atividade social, de interação. Os autores defendem que não se escreve se não for para um destinatário. Neste caso, o destinatário das demonstrações financeiras é o usuário externo da informação contábil.

Cabe neste momento um paralelo com a literatura contábil (Dias, 2000; Riahi-Belkaoui, 1975). A informação contábil deve ser escrita em linguagem acessível, clara, objetiva e concisa, para que seu usuário não seja prejudicado e consiga entender aquilo que está sendo transmitido. Dessa forma, pode-se inferir que a informação contábil é produzida para esse usuário, sem o qual não haveria sentido isso ocorrer, do mesmo modo que a escrita, no geral, é de um autor para um leitor.

Para Marcuschi (2006), não somente as regras gramaticais ou a ortografia importam nesse processo de escrita, mas também o desenvolvimento das ideias, a distribuição dos tópicos, a seleção lexical e o contexto. A língua, conforme Antunes (2005), é muito mais do que um sistema de formas ou uma soma de palavras. Escrever, afirma a autora, é produzir textos que sejam compreensíveis para seus leitores. Nessa esteira, cabe a aplicação de conceitos da Linguística textual para auxiliar na *readability* de demonstrações financeiras, visto que o objeto da Linguística Textual é o texto.

As demonstrações financeiras são textos, veiculadores de informações aos seus usuários. A Linguística Textual, por sua vez, toma como objeto de estudo o texto como um todo, elucidando e exemplificando mecanismos para sua construção, utilizando a língua da melhor maneira possível, dependendo da situação e do seu grau de formalidade, visando à compreensão de seu interlocutor, como já relatado por Marcuschi (2006). Desse modo, a sua aplicação pode ser útil na proposição e análise do modelo a ser construído.

Como já mencionado, há vários fatores que podem ser utilizados para melhorar a *readability* dos textos. Esses vários fatores podem ser alcançados, dentre diversos procedimentos, pela coesão e coerência textuais (Antunes, 2005).

Conforme Antunes (2005), esses dois procedimentos não englobam apenas uma troca de conectivo ou palavra, uma paráfrase, uma melhora na concordância nominal ou verbal. É muito além disso. Koch (2013) informa que o texto deve, de um lado, manter a sua organização linear, ou seja, a coesão. De outro, a organização não linear, isto é, a coerência, os níveis de sentido e as intenções dentro da semântica e da pragmática.

Marcuschi (2006) relata que, nesse processo de produção de textos, coesão e coerência não são apenas uma arte de dominar as regras de uma língua, mas sim de saber utilizá-las das melhores maneiras possíveis e adequadas, dependendo da situação, e nos mais diversos graus de formalidade ou não. O mesmo autor informa que, por meio da coesão e coerência, o texto vai englobar tanto aspectos linguísticos quanto decisões voltadas ao contexto em que esse se insere, com foco sempre no seu interlocutor.

A seguir, esses dois mecanismos, coesão e coerência, serão tratados detalhadamente, para os fins propostos neste trabalho, ou seja, a observação de características linguísticas (des) favoráveis para a *readability* das demonstrações financeiras de empresas listadas em mercado brasileiro, no idioma português, conforme apontado na literatura nacional e estrangeira.

2.5 A coesão e a coerência: linhas gerais

Segundo Antunes (2005), a coesão e a coerência são mecanismos muito pouco explorados por quem escreve um texto; normalmente, por pouca exposição a esses conceitos na escola e no mundo do trabalho, o que acarreta falta de conhecimento específico acerca do que são e para que servem. Contudo, ela relata que, com algumas noções básicas, é possível que os autores de um texto tomem conhecimento desses mecanismos, visando a deixar seu texto mais articulado, encadeado, coeso e coerente.

A autora defende que, na língua portuguesa, há muitas questões as quais não é possível dar o rótulo de *certas* e *erradas*, pois envolvem um contexto muito maior do que o de erros e acertos [grifos nossos]. Como exemplos, ela cita “[...] defender um ponto de vista, um princípio teórico, orientar uma argumentação, fazer uma ressalva, apresentar uma justificativa, dar uma explicação, emitir um parecer [...]”, e “[...] coisas que supõem uma competência global, para perceber semelhanças e diferenças, para tomar decisões sobre o que é nuclear e periférico [...]” (p. 19).

Ela afirma que, por meio dessas competências globais, é possível trazer coesão e coerência em um texto, tanto escrito quanto verbal. Ela defende o bom uso da língua como característica fundamental do ser humano, que precisa dela para desempenhar seu papel na sociedade.

A autora postula que o problema da escrita de textos ocorre há muito tempo, desde a escola, em que os alunos são solicitados a escrever textos em pedaços, a partir de palavras soltas, e quando o fazem, normalmente é fora de um contexto e raramente é para um leitor específico, que não o próprio professor. Isso, em sua opinião, dificulta o aluno a entender o objetivo de realizar aquela tarefa e interagir com seu possível leitor.

Posteriormente, no mercado de trabalho, diz a autora, esse aluno, agora adulto, solicitado a escrever um texto mais formal, normalmente o faz sem o devido planejamento ou revisão. Isso, quando ocorre, ela afirma, geralmente engloba apenas sua superfície linguística,

como questões gramaticais e ortografia, quando, na verdade, deveria considerar diversos outros fatores, como a relevância e o sentido global da informação a ser transmitida.

Destarte, ela defende que, antes de começar a escrever um texto, o futuro autor entenda o processo da escrita de um texto. Para ela, seria, entre outras coisas, uma atividade de interação, contextualizada. Aponta que:

Não há sentido escrever sem um destinatário, sem alguém do outro lado da linha, sem uma interação particular. Como avaliar a qualidade dessa escrita? Com que parâmetros fazê-lo, se falta aquilo que essencialmente define o ato comunicativo? Desse modo, o parâmetro que resta é o da ortografia, da concordância e o de outras particularidades de realização superficial da escrita, os quais são importantes, é claro, mas não dispensam o concurso de outras regularidades. [...] Dessa forma, não se escreve da mesma maneira, com os mesmos padrões, em contextos diferentes. O que equivale a dizer que não há uma escrita uniforme, desvinculada de um propósito. (p. 29)

Em suma, a autora defende que, para os variados contextos, leitores/usuários dos textos, cabe uma escrita que englobe as características daquela situação. E que, apesar de essa escrita não ser estanque, ela tem algumas características constantes, que podem ser conseguidas por meio de alguns mecanismos linguísticos, como a coesão e a coerência.

Antunes (2005) aponta que escrever é “uma atividade que envolve, além das especificidades linguísticas” (sintáticas e semânticas), outras “pragmáticas – todas as particularidades que podem acontecer em um texto por conta das condições do contexto” (p. 33). E complementa que “tudo o que é peculiar ao contexto de circulação do texto vai se refletir nas escolhas a serem feitas” (p. 33).

A mesma autora relata que não há sentido aprender como utilizar pronomes e conjunções, por exemplo, sem saber qual o papel semântico ou a função coesiva de cada um dentro do texto. Por fim, sustenta que os mecanismos de coesão e coerência para uma fluidez melhor de um texto não são estanques, mas que podem, até certo ponto, demonstrar que “um conjunto de palavras deve ter algumas características para que possa funcionar e ser reconhecido como um texto” (p. 42).

2.5.1 A coesão do texto

Conforme Haliday e Hasan (1976), a coesão textual ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente de outro. Um pressupõe o outro, de modo que não pode ser efetivamente decodificado, a não ser por recurso um ao outro.

Os autores consideram a coesão como parte do sistema de uma língua, realizada por meio do sistema léxico-gramatical. Há, então, formas de coesão que se realizam pelo léxico e outras pela gramática. Eles entendem que a coesão é uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro importante para a sua interpretação. A coesão estabelece relações de sentido. Isso corrobora trabalhos na contabilidade que já trataram a questão de que a informação contábil precisa fazer sentido para o usuário que dela se utiliza. (Riahi-Belkaoui, 1995).

Como já relatado por Antunes (2005), o texto não é somente uma soma de palavras. Ela afirma que cada segmento textual se conecta a pelo menos outro. Nesse sentido, para essa autora, a coesão é a “propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática [...] criar, estabelecer e sinalizar laços que deixam os vários segmentos do texto ligados, articulados” (p. 47).

A autora sinaliza que a função coesiva do texto é dar continuidade a ele, de modo que seja garantida sua interpretabilidade. Ela complementa que essa interpretação do texto se dá com base nos outros segmentos, anteriores e posteriores, e por eles é afetada. Contudo, esse processo não ocorre apenas na superfície do texto, apenas a nível linguístico (gramatical). Ocorre também a nível semântico, ou seja, ela afirma que (2005, p. 48) “o que a gente diz precisa ter sentido [...] e para que isso ocorra, as palavras, os períodos e os parágrafos precisam estar encadeados. A compreensão que se consegue ter do que o outro diz resulta dessa relação”.

Ademais, ela aponta que não somente a nível linguístico e semântico é que ocorre a coesão textual, mas, também, a nível pragmático; ou seja, é necessário que se saiba estabelecer essas relações, com vistas a manter a continuidade do texto, sua utilidade de sentido e das intenções do autor na sua interação com seu interlocutor. Isso corrobora Dias (2001), Ijiri (1975) e Riahi-Belkaoui (1995) que também mencionaram essas características para uma linguagem compreensível.

Essa continuidade do texto, segundo Antunes (2005), ocorre por meio de algumas relações textuais: reiteração, associação e conexão. Adiante, segue um quadro informativo sobre essas relações, que serão explanadas em seguida:

Tabela 5

A coesão do texto: relações, procedimentos e recursos

Relações textuais	Procedimentos	Recursos
1. REITERAÇÃO	1.1 Repetição	1.1.1 Paráfrase 1.1.2 Paralelismo

		1.1.3 Repetição propriamente dita	a) de unidades do léxico; b) de unidades gramaticais;
	1.2 Substituição	1.2.1 Substituição gramatical	Retomada por: a) pronomes ou; b) advérbios;
		1.2.2 Substituição lexical	Retomada por: a) sinônimos; b) hiperônimos; c) características situacionais;
		1.2.3 Elipse	Retomada por: a) elipse.
2. ASSOCIAÇÃO	2.1 Seleção lexical	2.1.1 Seleção de palavras semanticamente próximas	a) por antônimos; b) por diferentes modos de relação parte/ todo.
3. CONEXÃO	3.1 Estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagrafícos.	3.1.1 Uso de diferentes conectores	Preposições, conjunções, advérbios e respectivas locuções.

Nota. Adaptado de “Lutar com palavras: coesão e coerência”, de I. Antunes, 2005.

Conforme a autora, esses procedimentos se interligam em uma cadeia, que se inicia nas relações, passando pelos procedimentos, aplicados por meio dos recursos. Essa cadeia, iniciada nas relações, tem a ver com o aspecto semântico da coesão, isto é, relaciona-se com o sentido do texto. Afirma Koch (2013) que esses mecanismos coesivos dão maior legibilidade ao texto, pois explicitam os tipos de relações que existem entre seus elementos linguísticos. Assim, relata que, em muitos tipos de texto, dentre eles, o científico, a coesão é um mecanismo altamente desejável.

A seguir, uma explanação de cada uma dessas relações:

Nesta seção, explica-se cada relação de coesão e exemplifica-se boa parte com sentenças extraídas das demonstrações financeiras analisadas e exemplos do contexto contábil. Ressalta-se que, para algumas relações, não foi possível exemplificar dessa maneira, visto que não faria sentido dentro da literatura. Essas relações envolvem mecanismos que não fizeram parte do instrumento pesquisado, fato que será explanado ao final deste capítulo.

As relações seguem adiante:

Reiteração: relação pela qual os elementos do texto são retomados, ligados um ao outro, para frente e para trás, garantindo sua continuidade. Antunes (2005) exemplifica ao dizer que isso ocorre pela substituição de uma expressão por um pronome, ou sinônimo. Ex: Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas

demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

A reiteração abarca os procedimentos de repetição e substituição, tratados adiante;

- a) associação: relação pela qual se cria uma ligação de sentido entre as palavras do texto, por meio de palavras de um mesmo campo semântico. Isso, conforme a autora, mantém sua temática. Ex: Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

A associação inclui o procedimento de seleção lexical, a ser tratado adiante;

- b) conexão: é um tipo de relação semântica entre orações, períodos, parágrafos ou blocos supraparagráficos. Ocorre via unidades de língua (conjunções, preposições, locuções e conectores). Quanto aos conectores, estabelecem relações de causalidade, temporalidade, oposição, finalidade, adição, etc., não exaustivamente. Antunes (2005) ressalta que muitos problemas de coerência ocorrem pelo mau uso desses conectores. A conexão engloba o procedimento de estabelecer relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagráficos, a ser tratado mais adiante. Ex: Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios.

Antunes (2005) reitera que os textos resultam de uma rede de conhecimentos, que são atividades interativas. Ademais, que as palavras não podem aparecer em qualquer ordem no texto, por risco de afetarem a coerência (a ser explanada mais adiante). Desse modo, defende, novamente, que um texto vai além daquilo que está em sua superfície linguística.

Sobre os procedimentos de coesão, repetição, substituição, seleção lexical e estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos, parágrafos e blocos supraparagráficos, a autora informa que pode ocorrer de todos estarem presentes em um texto, ou nem sempre. Contudo, salienta que pelo menos um sempre estará. Esses procedimentos são efetivados pelos recursos coesivos.

A seguir, serão tratados os procedimentos e recursos coesivos do primeiro bloco de relações, a Reiteração:

- c) procedimento de repetição: inclui os recursos de paráfrase, paralelismo e repetição propriamente dita de uma palavra ou expressão;
- d) procedimento de substituição: uma espécie de repetição, mas com variação dos termos do texto. Por exemplo, substituição por um sinônimo, um hiperônimo (nome genérico) ou uma descrição relevante.

A seguir, os recursos de repetição.

Segundo Antunes (2005), os recursos de repetição estão assim classificados:

Paráfrase – significa reescrever algo, mas com outras palavras, sem perder o sentido original. Muito comum em textos explicativos. Bastante útil, promove a clarificação de um conceito, uma informação, uma ideia, ou seja, a ligação entre segmentos. Algumas expressões de paráfrase são: em outras palavras, em outros termos, isto é, ou seja, quer dizer, em resumo, em suma, em síntese, etc. Ex: Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Na paráfrase, seria, por exemplo: Atuamos nas concessões rodoviárias e buscamos investir em outros negócios.

Paralelismo – significa adequar segmentos que apresentem valores sintáticos idênticos, ou seja, manter a mesma estrutura gramatical. Por exemplo: Os auditores podem dar o parecer sem problemas ou ressalvar. Percebe-se que os tempos verbais utilizados mantêm a mesma estrutura sintática, o que mantém o paralelismo.

Ocorre a quebra do paralelismo em um exemplo do tipo: Os auditores podem dar o parecer sem problemas ou poderão ressalvar. Isso sinaliza a repentina mudança de tempos verbais em uma estrutura na qual deveria ser mantida a harmonia. Esse tipo de quebra, em um texto do gênero científico, por exemplo, causa um estranhamento.

Antunes (2005) informa que, em alguns tipos de textos, como em poemas, pode ocorrer a quebra de paralelismo sem que haja estranhamento, por se tratar de um recurso próprio desse tipo. Contudo, ela afirma que, normalmente, a harmonia deve ser mantida. Algumas estruturas de paralelismo dessa função seriam: não só, mas também, não apenas, mas ainda, não tanto... quanto, etc.

Outro contexto em que deve prevalecer a harmonia de estruturas é quando se indica uma série de complementos, adjuntos ou uma série numérica/ enumerativa. Antunes (2005) afirma que há expressões, como: isto é, vale dizer, ou seja, quer dizer, para as quais o paralelismo sempre deve ser mantido, com vistas a evitar o estranhamento, e pelo fato de que essas expressões não podem correlacionar duas estruturas gramaticais distintas, pois não é essa sua função.

A repetição propriamente dita - significa voltar ao que já foi dito, por meio de uma palavra, uma frase inteira ou grupos de frases. Esse recurso é parte integrante da continuidade requerida pela coerência. Ex: Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo quando aplicável, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Antunes (2005) relata que o senso comum aconselha a evitar a repetição desnecessária de palavras, e que esse recurso, apesar de condenado se usado em demasia, é muito significativo, especialmente em certos tipos de texto.

Segundo a autora, é inevitável a repetição em alguns tipos de texto, especialmente os científicos, já que possuem terminologia específica, pois ela afirma que haveria artificialidade em tentar atribuir um sinônimo a determinadas classes de palavras. Uma maneira de tentar amenizar repetições de alguns verbos seria o uso de sua forma nominalizada, como em: instruir/ instrução, desenvolver/ desenvolvimento, ou o contrário; em vez das nominalizações, utilizar o verbo.

Ela relata que a repetição tem algumas funções: marcar ênfase e contraste; fazer correção, explícita ou sugerida; quantificar; fechar o primeiro e o último parágrafo, e a principal, marcar a continuidade do tema em foco.

Há pesquisas na área contábil que utilizam mecanismos da Linguística, mesmo com outro foco. Davison (2008) estudou a narrativa e as figuras de um documento chamado *Annual Reviews*, de uma empresa de telecomunicações inglesa. Sua análise envolveu como principal fundamentação a retórica, sob a ótica da repetição, um mecanismo linguístico de coesão.

O estudo englobou a elaboração de uma espécie de “estrutura conceitual” da repetição pela análise de palavras utilizadas no *Annual Reviews*, os significantes e seus significados (grifo nosso). O autor acredita que a repetição está presente nos significantes e na narrativa e nas figuras dos *Annual Reviews*, com evidência na era *dot.com* (boom de empresas na era digital).

Ademais, que a repetição, pode, conscientemente, ser utilizada como parte de uma estratégia de comunicação das empresas para enfatizar a existência de ativos intangíveis, cujo reconhecimento era, acreditavam, inadequado sob a estrutura conceitual tradicional; e de forma menos consciente, poderia ser utilizada para construir a identidade de uma empresa, por meio:

- a) de semelhança e diferença: pela repetição de conteúdos e figuras de formas, por meio de palavras e figuras variadas;
- b) de conexões (como já explanado anteriormente);
- c) de exuberância e compulsão: a repetição excessiva tende a ser algo irracional, tida como exuberante e compulsiva na era estudada, em que ocorria a demonstração do crescimento desenfreado dos ativos intangíveis;

- d) de diferenciação, rituais e reafirmação de identidade: as grandes organizações da época, imersas em novas tecnologias, queriam se diferenciar das pequenas empresas que se desenvolviam ao mesmo tempo;

Como resultado, na aplicação da estrutura proposta nos *Annual Reviews*, o autor encontrou que o recurso da repetição prevalecia no documento analisado, especialmente na era analisada; e que ela enfatiza, na amostra pesquisada, as características de semelhança e diferença, conexão, exuberância e compulsão, diferenciação, rituais e reafirmação de identidade.

A seguir, recursos de substituição.

Conforme Antunes (2005), a repetição não é o único recurso para marcar a relação de sentido nos textos, mas é uma importante característica. Ela define que, por meio desses recursos, é possível, por exemplo, substituir uma palavra por um pronome, advérbio ou outra palavra, com semântica equivalente, e manter o sentido original. Relata haver dois tipos de substituição: a gramatical e a lexical. A primeira é de ordem linguística, e a segunda, extralinguística; ou seja, além do conhecimento linguístico, há o de mundo de seu usuário.

A substituição gramatical ocorre ao substituir alguma palavra ou trecho por outros de classes gramaticais diferentes das originais, como pronomes. A autora afirma que os pronomes podem se referir a coisas e a pessoas, e sua função é assegurar a cadeia referencial do texto. São como *nós de ligação*, para manter a continuidade e garantir a coerência do texto [grifo da autora]. Outra função da substituição por pronomes é formar um nexos de coesão, mantendo a cadeia interligada. Os principais pronomes para esse tipo de finalidade são: pessoais, indefinidos, demonstrativos, relativos e possessivos (Antunes, 2005; Koch, 2013).

Antunes (2005) informa que esse procedimento é muito frequente, mas que saber como fazê-lo e avaliar suas consequências no texto é mais importante do que o próprio procedimento em si. Sobre isso, ela aponta que:

Com uma substituição, um texto pode ficar mais conciso, mais enxuto; ou ao contrário, pode ficar menos claro e mais sujeito a ambiguidades ou a interpretações dúbias [...] Fica evidente, assim, que significa muito pouco saber reconhecer as muitas subdivisões dos tipos de pronome, saber que nomes eles têm, por exemplo, se não sabemos que função eles desempenham na construção do texto e que restrições de uso eles impõem à sua sequência (pp. 92-93).

A autora complementa que, quando do uso desses pronomes, deve-se ter atenção para evitar essas ambiguidades, o que implica não apenas o conhecimento das regras gramaticais, mas também como se faz um texto. Ela afirma que não é em qualquer ponto do texto que cabe uma substituição por um pronome. Dessa forma, reitera o que já havia afirmado; ou seja, é

somente dentro do texto que é possível decidir pelo recurso mais adequado, visto que escrever, para ela, implica muitas tomadas de decisão.

Por fim, informa que:

[...] a clareza é fundamental, e o uso das substituições – gramaticais ou lexicais – interfere nessa clareza, pois afeta, entre outras coisas, a identificação dos referentes que constituem as cadeias referenciais [...] saber gramática implica muito mais do que saber classificações. Implica ir além de conhecer os nomes que as coisas da língua têm, para saber como usá-las nos textos [...] (pp. 94-95).

Há dois modos possíveis de substituição pronominal:

- a) Anáfora: quando o nome aparece antes da retomada pelo pronome. Ex: **Os documentos** foram enviados ao gestor. Ele os aprovou em seguida;
- b) Catáfora: quando o nome aparece após o pronome: Todos da área **o** conhecem. Estamos falando do **Relatório da Administração**;

A **substituição lexical** ocorre ao substituir uma palavra por outra, textualmente equivalente. A autora enfatiza que, assim como a substituição gramatical, a lexical também visa a manter a continuidade e o nexos do texto, além de tornar o texto mais informativo. Por meio dela, é possível adicionar informações novas sobre o mesmo referente, mantendo o sentido original do texto e agregando valor informativo.

Possíveis substituições lexicais:

- a) Sinônimo – quando a substituição é por outra palavra com o mesmo sentido ou um aproximado, como: os gastos - as despesas; o relatório - o memorando. A autora relata ser necessária atenção quando desse tipo de recurso, pois pode haver restrições de significado, dependendo do tipo de texto e contexto;
- b) Hiperônimo - quando a substituição é por uma palavra de sentido mais geral, chamada de *nome genérico* [grifo nosso]. Exemplo: caneta, cadeira, mesa – item. Ela relata que a frequência desse recurso em diversos tipos textuais é mais alta do que a da substituição por sinônimo, e que há grupos de palavras mais genéricas do que outras. A principal função desse tipo de recurso seria maior flexibilidade e economia linguística, e as principais classes gramaticais para tal são substantivos e verbos. Novamente, chama a atenção ao contexto para a melhor decisão a ser tomada. Isso porque ela afirma que a substituição por um nome genérico não significa que qualquer coisa pode designar qualquer palavra, pois as línguas, em sua essência, são coercitivas. Por exemplo, ela diz que não se chamaria um novilho de filhote de suíno, em razão das convenções da língua na sociedade;

- c) Expressão descritiva - quando a substituição é por uma caracterização da situação, ou seja, um nome ou uma expressão que seja uma descrição de determinado referente, dependendo do contexto em que está inserido. Ademais, essa expressão caracteriza seu referente, segundo cada situação. Antunes (2005) informa que, assim como a substituição por hiperônimos, este tipo também é frequente nos textos, por ser versátil e um tipo de equivalência. É necessário, além do conhecimento linguístico, o do dia-a-dia. Ex: O documento entregue ao Conselho Fiscal deverá ser encaminhado com antecedência de 15 dias. Caso tal feito não ocorra, haverá sanções. A autora relacionou algumas expressões consagradas no vocabulário brasileiro, as quais precisam do conhecimento do dia-a-dia para seu entendimento, lembrando que algumas ainda são usadas, mas outras já não mais, como: a terra – o planeta azul, o Governo – o planalto, Brasília, a Igreja Católica – o Vaticano, etc.
- d) A **retomada por elipse** é considerada um tipo particular de substituição, ou substituição por *zero*, isto é, um ocultamento de um termo facilmente retomado pelo contexto [**grifo nosso**]. Sua principal função é dar maior expressividade ao texto, com vistas a manter a continuidade, assim como todos os outros recursos já mencionados. Geralmente, ela vem acompanhada de um mesmo tempo verbal ou mesma função sintática, o que marca a continuidade do foco em questão. Em outras circunstâncias, ela se associa ao paralelismo. Ex: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e # é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Antunes (2005) afirma que, dependendo do ponto do texto, o uso da elipse pode, em vez de dar maior expressividade e continuidade ao texto, causar ambiguidades e confusão no leitor. E complementa que:

A competência maior que o recurso à elipse exige é que se saiba escolher onde usá-la, em que ponto do texto, alternando-se entre seu uso e o de outros recursos, de forma a não prejudicar a indicação de por onde vai a continuidade do texto. O fato de a elipse ser caracterizada por um apagamento, uma falta, faz ainda com que seu uso exija um cuidado especial para que, como disse, não se perca o fio que amarra o texto (p. 121).

Por fim, ela reitera que, da mesma forma que os outros recursos, a elipse não deve dificultar o entendimento daquilo que se quer dizer. Assim, ressalta que seu uso, para ser relevante, precisa sempre respeitar a continuidade do texto.

A seguir, a coesão pela associação semântica entre as palavras

Esse procedimento é formado pela coesão lexical, ou a coesão semântica entre as palavras, aquela que dá sentido ao texto, por meio de unidades lexicais, como substantivos,

adjetivos e verbos, especialmente. Trata-se de um dos recursos mais presentes nos textos dos mais variados tipos.

Antunes (2005) informa que todo texto tem um tema, o qual deve ser retomado e mantido em foco o tempo todo, por meio dos diversos recursos nele utilizados, e que essa é uma das condições para a sua coerência. Dessa forma, ela relata que um texto não é feito de palavras soltas, sem ligação; ao contrário. Elas sempre estarão conectadas a, pelo menos, mais uma palavra. Complementa que, na medida em que essa palavra adentra o núcleo temático dos textos, no seu sentido principal, mais ela formará uma cadeia com as outras; trata-se de uma ocorrência principal. Essa seria a manutenção do tema no decorrer do texto. E há ainda as ocorrências periféricas, aquelas palavras que se ligam a subtópicos ou subtemas.

A autora pontua que a escolha do vocabulário em um texto é o seu tema. Esse é o elemento que conecta todas as palavras e sentenças dentro de qualquer texto, aquele que o unifica, e que tem uma grande relevância.

Nesse cenário, conforme a autora, “a motivação para a escolha de palavras em um texto é, portanto, de ordem sociocognitiva, ou seja, está presa aos sentidos e aos propósitos partilhados em cada situação de interação” (p. 136). Desse modo, afirma-se que as palavras são selecionadas conforme a situação e sua adequação, e de acordo com a opção de cada um. Por exemplo, em um texto, uma escolha adequada de palavras já se manifestaria em um título informativo. Essas associações darão um sentido coesivo ao texto, de relevância, e aumentarão seu interesse.

Há diversas relações semânticas, manifestadas por pares ou séries de palavras, e todas se desdobram em relações complexas, dependendo de seu uso e da situação:

- a) relações de antonímia: antônimos em geral. Ex: maior/ menor, máximo/mínimo;
- b) relações de co-hiponímia: relação entre palavras de mesma classe de sentido, mas que, dentro dessa classe, expressam sentidos diferentes, como estações do ano: primavera, verão, outono, inverno;
- c) relações de paronímia: relação de parte/todo. Ex: balanço/ conta, chuva/gota.

Essas associações não são exaustivas, mas são as principais dentro de textos de vários tipos.

Antunes (2005) pontua que esses laços semânticos também podem ser hierarquizados e originados por motivações diversas da sociedade, como culturais e políticas. Ex: o imposto de renda e o leão; o débito bancário e a conta no vermelho. Novamente, ela chama a atenção para a importância do conhecimento de mundo, o que apenas é conseguido dentro da vivência em uma sociedade. Sobre isso, ela afirma que:

[...] o conhecimento de mundo constitui uma base bastante significativa para muitas das associações que se fazem relevantes em um texto [...] dessa forma, esse é o tipo de recurso mais disseminado num texto de maior extensão e aquele que mais evidencia as funções das unidades lexicais em um texto (p. 137).

Por fim, ela afirma que o fato de aparecer um conjunto de palavras associadas em um texto não garante que ele será coeso e tenha unidade. Pode ocorrer de haver relação semântica entre o texto, mas ele não fazer sentido, o que seria uma afronta à coerência textual.

A seguir, a coesão pela conexão.

Trata-se do recurso coesivo levado a cabo por meio de conectores, visando à sequencialização de diferentes partes do texto. Envolve um tipo específico de ligação: em pontos específicos do texto, especialmente entre orações e períodos, em determinadas condições sintáticas. Essa ligação é entre períodos, parágrafos e blocos maiores do texto.

A conexão ocorre por meio de conjunções, preposições, locuções, advérbios e locuções adverbiais. Antunes (2005) ressalta que, para a conexão, o que importa não é a classificação gramatical desses conectores, mas sim a relação de ligação que cada um estabelece dentro do texto. Segundo ela, eles indicam que:

[...] a orientação discursivo-argumentativa que o autor pretende emprestar ao seu texto [...] uma espécie de marca que vai orientando o interlocutor acerca da direção pretendida. Funcionam como marcadores, que sinalizam a relação semântica criada, o que é fundamental para que qualquer pessoa produza ou entenda um texto (p. 145).

A autora afirma que esses conectores podem tanto estar explícitos quanto implícitos no texto, pois o que importa é a ligação semântica que estabelecem no texto. Como exemplo, ela cita a relação expressa pelos diversos tipos de conjunções:

Tabela 6

Relações de coesão do texto

RELAÇÃO	EXPLANAÇÃO
Causalidade	quando um segmento mostra a causa da consequência de outro
Condicionalidade	quando um segmento mostra a condição para o outro ocorrer
Temporalidade	quando um segmento denota a sequência temporal em que ocorrem ações ou evento
Finalidade	quando um segmento denota o objetivo de outro
Alternância	quando um segmento ocorre ou o outro
Conformidade	quando algo ocorreu de acordo com alguma outra coisa
Complementação	quando um segmento é complemento de outro
Restrição	quando um segmento restringe o conteúdo de outro
Adição	quando segmentos são acrescentados a outros, visando a incrementar a conclusão
Oposição	quando um segmento se opõe ao outro em sentido
Explicação	quando um segmento justifica o conteúdo do outro
Conclusão	quando um segmento é a conclusão de um anterior
Comparação	quando dois segmentos diferentes são postos em confronto, de modo que sejam identificadas semelhanças e diferenças entre eles

Nota. Adaptado de “Lutar com palavras: coesão e coerência”, de I. Antunes, 2005.

Essas relações serão explicitadas adiante:

Relação de causalidade: quando um segmento mostra a causa da consequência de outro, por meio das expressões: porque, uma vez que, visto que, já que, como. Ex: Este argumento não se sustenta, visto que sua lógica está corrompida.

Relação de condicionalidade: quando um segmento mostra a condição para o outro ocorrer; isto é, se um ocorrer, o outro também ocorrerá. Por vezes, Antunes (2005) informa que essa relação se confunde com a anterior, de causalidade. Envolve a forma lógica *Se... então* e suas variações: se, caso, desde que, contanto que, a menos que, sem que, salvo se, exceto se. Ex: Os auditores vão ressaltar seu Parecer, a menos que a Administração corrija os erros materiais tempestivamente [grifo nosso].

Relação de temporalidade: quando um segmento denota a sequência temporal em que ocorrem ações ou eventos. Pode demonstrar a ordem temporal em que as coisas acontecem naturalmente (relacionada à coerência interna do texto - sequência textual) ou do ponto de vista do interlocutor (relação entre tempo e texto - sequência temporal). Normalmente, na sequência textual, há uma ordem dos segmentos. Ex: Em primeiro lugar, [...], em segundo lugar, etc. Na temporal, há a articulação de alguns blocos textuais, em que há um encadeamento de informações. Ex: Há muito tempo, os diários eram registrados em folhas de gelatina. Hoje, o processo é todo automatizado.

Esse tipo de relação envolve vários *tempos*: anterior, posterior, habitual, etc. Ocorre por meio dos conectores: quando, enquanto, apenas, mal, antes que, depois que, logo que, assim que, sempre que, até que, todas as vezes que, cada vez que, etc. Ex: Quando o novo diretor chegou no departamento, os funcionários se sentiram intimidados [grifo nosso].

Relação de finalidade: quando um segmento denota o objetivo de outro. Ocorre por meio dos conectores: para que, a fim de que, etc. Ex: Para que a reunião seja curta e objetiva, é necessário, antes de tudo, montar uma pauta.

Relação de alternância: quando um segmento ocorre ou o outro, de duas maneiras: exclusiva: quando apenas um ocorre, nunca ambos; ou inclusiva: quando um ou outro podem ocorrer. Seu principal representante é o *ou*. A relação de inclusão ou exclusão depende do contexto em que o segmento estiver inserido Ex: Os ativos obsoletos serão baixados ou vendidos [grifo nosso].

Relação de conformidade: quando algo ocorreu de acordo com alguma outra coisa. Ocorre por meio de: conforme, segundo, de acordo com, consoante, etc. Ex: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária.

Relação de complementação: quando um segmento é complemento de outro. Ocorre por meio de: *que, se, como, etc.* Ex: Diversos estudos mostram que a *readability* tem sido um tema muito estudado em contabilidade.

Relação de restrição: quando um segmento restringe o conteúdo de outro. Seu principal representante é o *que*. Ex: A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do País (Antunes, 2005, **grifo nosso**). Nesse caso, não é qualquer Lei, mas a nº 5.764.

Relação de adição: quando segmentos são acrescentados a outros, visando a incrementar a conclusão. Ocorrem por meio de: *ademais, adicionalmente, ainda, também, e, mas também, como também, além de, além do mais, etc.* Ex: Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios.

Relação de oposição: quando um segmento se opõe ao outro em sentido. Nesse caso, engloba dois tipos de conjunções: as concessivas (*embora, se bem que, ainda que, apesar de - em que* o sentido que prevalece é o positivo), e as adversativas (*mas, porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia - em que* o sentido que prevalece é o negativo). Por exemplo:

- a) Antônio é um excelente funcionário, mas sempre chega atrasado. Neste exemplo, ressalta-se o fator negativo, isto é, ele chegar sempre atrasado (adversativo);
- b) Embora chegue atrasado, Antônio é um excelente funcionário. Neste, o que se ressalta é que, mesmo chegando atrasado, ele é um bom funcionário; ou seja, ressalta-se o fator positivo do funcionário (concessivo).

Antunes (2005) atenta para o fato de que esses dois tipos de conjunção, concessiva e adversativa, apesar de expressarem relações diferentes, estão englobados nessa categoria porque mostram relações de oposição, tanto negativas quanto positivas.

Relação de explicação: quando um segmento justifica o conteúdo do outro. A autora relata que esse tipo de relação ocorre, com frequência, em textos explicativos, e normalmente são também paráfrases ou reformulações de outros segmentos. Ocorre por meio dos conectores: *isto é, ou seja, em outras palavras, quer dizer, etc.* Ex: O lucro deste mês irá despencar; isto é, irá cair em demasia.

Relação de conclusão: quando um segmento é a conclusão de um anterior. Sinalizada pelos conectores: *logo, pois, portanto, destarte, então, assim, por conseguinte, etc.* Ex: Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas.

Relação de comparação: quando dois segmentos diferentes são postos em confronto, de modo que sejam identificadas semelhanças e diferenças entre eles. Sinalizada pelos

conectores: mais do que, menos do que, tanto... quanto, etc. Ex: A *readability* da linguagem envolve tanto questões linguísticas superficiais quanto mais profundas.

Antunes (2005) ressalta novamente que a relação estabelecida por cada conector dentro do texto depende de cada situação, pois, algumas vezes, ela afirma que muitos desses conectores podem assumir outras funções dentro do texto. Desse modo, ela reitera que o que importa, neste caso, não é a classificação gramatical de cada um.

2.5.2 Coerência textual

Um texto será coerente quando, a partir dele, for possível recuperar uma unidade de sentido global, não isolada palavra por palavra. A coerência textual não está presa apenas à gramática; essa é necessária para um texto; contudo, há outros fatores além dela (Antunes, 2005).

A coerência é uma propriedade textual que se relaciona com o fato de o texto funcionar como uma peça comunicativa, meio de interação verbal. Desse modo, em primeiro lugar, ela será linguística. Dentro de um texto, é necessário avaliar a coerência de um texto considerando o modo como as palavras aparecem e a ordem de aparição de seus segmentos. O texto tem uma forma material, que pressupõe uma organização padronizada e definida (Antunes, 2005).

Nessa esteira, Antunes (2005, p. 185) informa que:

Só que o aparato linguístico que o texto assume vai depender também do que se pretende dizer e de como se pretende interagir com o interlocutor. Isso equivale a admitir que a coerência do texto é: linguística, mas, também, contextual, extralinguística, pragmática, enfim, pois depende de outros fatores que não aqueles puramente internos à língua. Isso significa que a decisão de quem vai dizer ou escrever algo são os interlocutores. Assim, não existe uma coerência pura e absoluta, mas depende de cada contexto, dos interlocutores, de suas intenções.

Com base no exposto, a autora afirma que há estreita relação entre coesão e coerência. As palavras, os períodos, tudo se interconecta no texto para que ele faça sentido e se torne interpretável. O agrupamento coeso de um texto vai garantir sua continuidade, dando assim sentido a ele.

A autora relata que, apesar de coesão e coerência se interligarem, assim como na coesão, há algumas normas válidas para a coerência existir. Essas normas estão baseadas nos estudos de um linguista europeu, Charolles (1978, apud Antunes, 2005). Segundo esse autor, todas as línguas têm uma ordem universal para a formação de frases e textos, implícita, que as

distingue das outras línguas, as quais todo falante capacitado para tal conhece intuitivamente. Trata-se de uma norma mínima de composição textual, considerada a competência de todos os falantes daquela sociedade.

Como relata Antunes (2005), o normal é que os falantes de uma determinada língua em uma sociedade digam e escrevam textos que tenham sentido. Ela afirma haver dois tipos de coerência: a global, que se refere ao texto como um todo, e a local, referente às frases que compõem o texto. Destarte, se um texto é considerado incoerente, é necessário delimitar se essa incoerência é local ou se afeta o texto todo.

De outro lado, pode ser que incoerências locais afetem a global. Dessa forma, essas regras regulariam a constituição da sequência de um texto, ou a forma como é organizada a cadeia textual. Isso significa que não se pode usar qualquer palavra em qualquer lugar da frase ou do texto, sob pena de afetar sua *readability*, mesmo sendo um artigo, uma conjunção ou uma frase toda. A autora defende que toda palavra tem seu peso dentro do texto (Antunes, 2005).

Essas regras também consideram parâmetros pragmáticos, que incluem os sujeitos de um evento comunicativo e outros fatores externos ao texto. Desse modo, não apenas os componentes linguísticos (gramaticais) devem fazer parte do texto.

Segundo Charolles (1978, apud Antunes, 2005), as regras da coerência são:

Tabela 7

As meta-regras de coerência

META-REGRA	DEFINIÇÃO
Repetição	Para que um texto seja coerente, interna e externamente, é preciso que ele comporte, em seu desenvolvimento linear, elementos de estrita recorrência.
Progressão	Para que um texto seja coerente, interna e externamente, é preciso que seu desenvolvimento contenha elementos semânticos constantemente renovados.
Não-contradição	Para que um texto seja coerente, interna e externamente, é preciso que, em seu desenvolvimento, não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto anteriormente.
Relação	Para que um texto seja coerente, interna e externamente, é preciso que os fatos que ele expressa estejam relacionados entre si no mundo representado.

Nota. Adaptado de “Lutar com palavras: coesão e coerência”, de I. Antunes, 2005.

A seguir, uma explanação de cada Meta-Regra:

- a) Repetição: esta regra está ligada à retomada da coesão, já tratada (recursos de repetição). Isso comprova mais uma vez a intersecção de coesão e coerência. Conforme o autor, esta regra significa a intuição que cada sujeito tem da ordem textual: sequenciação e ausência de ruptura;
- b) Progressão: complemento da primeira regra. Um texto, para ser coerente, não deve repetir sempre o mesmo conteúdo. Deve ter progressão semântica. Deve haver

equilíbrio entre continuidade temática e progressão semântica. A informação nova deve ser introduzida de variadas maneiras, e deve estar em associação com os elementos já postos anteriormente. Em suma, a informação deve complementar o texto, mas também deve poder retomar alguma outra informação já posta. Esta meta regra é um complemento da substituição e da associação em coesão;

- c) Não-contradição: tem a ver com a cultura de uma sociedade, o extralinguístico. Isso significa que é coerente aquele texto que não contradiz os padrões de normalidade do texto em uma sociedade. O texto é coerente em relação a algum outro elemento. Neste caso, esse outro elemento é a imagem do mundo representado sob as palavras e as intenções do texto. Tem a ver com o fato de que, “o indivíduo, dentro de um contexto na sua sociedade, em padrões normais, não sai por aí dizendo”, ou escrevendo, “coisas sem sentido” (Antunes, 2005, p. 185);
- d) Relação: esta meta regra é totalmente pragmática. Estabelece que os indivíduos, os fatos e os acontecimentos em um texto sejam compreendidos como congruentes, que tenham algum tipo de ligação. Tem a ver com a relação de paronímia da coesão, em que tudo está interligado e em continuidade.

As três primeiras meta-regras da coerência são equivalentes a microconstructos de coesão. Por isso, considerou-se que essas categorias estão englobadas pelas categorias de Repetição, Substituição e Conexão da Coesão.

A meta-regra da não contradição está subentendida no contexto das demonstrações financeiras selecionadas, pois ela diz respeito ao extralinguístico, ao fato de que as demonstrações são endereçadas a um usuário específico, ou seja, aquele que delas necessita para sua tomada de decisão. Ademais, todas são escritas em língua portuguesa, a qual tem um padrão conforme cada cultura. Como se trata de demonstrações financeiras em português brasileiro, e listadas no Brasil, essa meta regra, esse subentendimento se justifica.

Em resumo, “coesão e coerência são propriedades que conjugam elementos linguísticos e elementos pragmáticos. [...] um texto é coerente para determinado sujeito, numa determinada situação” (Antunes, 2005, p. 188).

De todas as relações apresentadas, aquelas que efetivamente foram consideradas para a construção do instrumento são: progressão (paráfrase, paralelismo e progressão gramatical); Substituição e seleção lexical (substituição e elipse); Conexão por conectores diversos e Estruturas gramaticais e lexicais.

Como não se encontrou pesquisas envolvendo mecanismos linguísticos específicos para as demonstrações financeiras listadas no mercado de capitais brasileiro, no idioma

português brasileiro, a base da construção do instrumento foram as diretrizes da SEC (SEC, 2008), ratificadas em Rentz e Lentz (2014). A partir daí, fez-se uma comparação com os mecanismos propostos por Antunes (2005) - evidenciados também em Mendes e Foster (2002), selecionou-se aqueles em comum, resultando no instrumento proposto. Mecanismos da literatura nacional que não fossem comuns à literatura internacional não foram analisados, como, por exemplo, hiperônimos.

A seguir, os mecanismos linguísticos e o instrumento, juntamente com a metodologia que norteou este trabalho.

3 Metodologia

A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa

3.1 Tipologia da pesquisa

Esta é uma pesquisa qualitativa e exploratória. Nesse tipo de pesquisa, conforme Martins e Theóphilo (2007), são necessárias interpretações, compreensões, descrições e análises de fatos, informações, evidências e ocorrências, as quais não podem ser mensuradas em dados e números, como na pesquisa quantitativa. Na pesquisa qualitativa, cabem técnicas qualitativas de análise, como a análise de conteúdo ou do discurso, por exemplo.

Em pesquisas qualitativas, os autores afirmam que o pesquisador precisa delimitar seu foco de estudo, robustecer sua revisão da literatura e testar as suas ideias para, porventura, esclarecer alguns pontos que necessitem de maiores explicações, tudo no decorrer do processo. Isso porque será a partir do referencial que ele vai construir categorias descritivas, e que esses dados, quando categorizados, serão utilizados para formar os constructos do trabalho.

Isso é o que ocorreu neste trabalho: como já relatado, os constructos coesão e coerência foram construídos por meio do referencial, e foi com base nesse mesmo referencial que foram categorizados no instrumento aqui proposto.

É a partir da análise qualitativa que foi possível identificar, no instrumento aqui proposto, se os mecanismos linguísticos (des)favoráveis para a *readability* das demonstrações financeiras selecionadas estavam ou não presentes.

Cooper e Schindler (2003) afirmam que é útil ao pesquisador explorar se a ideia acerca do problema a ser enfrentado em seu trabalho ainda não é clara. Pela exploração, é possível aperfeiçoar as definições operacionais e aprimorar o planejamento da pesquisa no decorrer do tempo. Esse tipo de pesquisa é útil ao pesquisador para que ele explore e tenha certeza de que o que pesquisa será viável em sua área.

Isso é o que ocorreu nesta pesquisa: no seu percurso, surgiram algumas questões, como se o tempo era suficiente para concluir o trabalho e definir o tamanho da amostra. Assim, o desenho operacional foi sendo adaptado e melhorado segundo essas condições, as

quais apenas surgiram no decurso do trabalho. Desse modo, definiu-se exatamente o que seria viável fazer no tempo do Mestrado.

3.2 Planejamento da pesquisa

O desenvolvimento deste trabalho englobou cinco etapas:

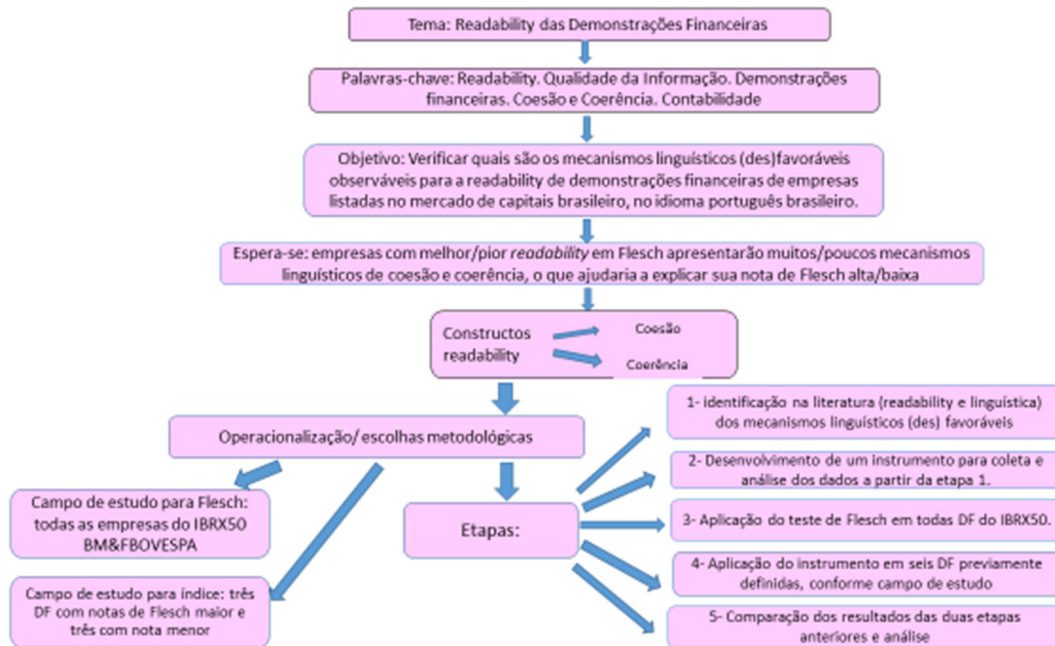


Figura 3. Esquema da pesquisa

3.3 Desenvolvimento da pesquisa e seleção das empresas

Esta pesquisa se desenvolveu conforme as etapas anteriormente mencionadas:

- a) a primeira envolveu a pesquisa bibliográfica sobre a *readability* da linguagem em contabilidade e a teoria linguística. Essa etapa foi relevante para reunir, pela literatura, os mecanismos linguísticos (des)favoráveis observados (ou não) nas demonstrações financeiras selecionadas;
- b) A segunda envolveu categorizar, em um instrumento, os mecanismos linguísticos observados (ou não) nas demonstrações financeiras selecionadas;
- c) A terceira envolveu aplicar o teste de Flesch (word versão 2007) em demonstrações financeiras (Notas Explicativas) das 50 empresas do IBRX50 da Bovespa, para categorizá-las em dois grupos: aquelas com melhor e pior *readability*;

- d) A quarta envolveu aplicar o instrumento aqui proposto em seis demonstrações do item “c” anterior, as três mais e menos pontuadas, para verificar se os mecanismos linguísticos elencados no instrumento aqui proposto eram observáveis (ou não) nessas demonstrações;
- e) A quinta envolveu comparar os resultados da métrica Flesh etapa “c” com a etapa “d” e fazer uma análise, para verificar similaridades ou diferenças entre as duas métricas.

Neste trabalho, o campo de estudo para as etapas “c” e “d” do item anterior envolveu as 50 empresas do IBRX50 da Bolsa de Mercados Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA), pois elas têm maior negociação na Bolsa. As informações foram extraídas dos sítios das empresas e da BMF&BOVESPA, exercício de 2015 pois, até a data do encerramento desta pesquisa, as informações de 2016 ainda não estavam disponíveis.

O instrumento foi operacionalizado com as demonstrações financeiras do IBRX50, que são aquelas que têm maior negociação na Bolsa. As notas explicativas dessas demonstrações selecionadas foram, primeiramente, submetidas à análise de *readability* pela fórmula de Flesch, do mesmo modo que em Cunha e Silva (2009) e Fernandes e Silva (2009).

O teste de Flesch é aceito e utilizado na literatura contábil, tanto nacional quanto internacional (Courtis, 1996; Cunha & Silva, 2009; Fernandes & Silva, 2009) para a análise de legibilidade. O teste utiliza uma escala que vai de 0 a 100. Quanto maior a nota, melhor a *readability*; ao passo que quanto menor a nota, pior é a *readability*. Muitos pesquisadores da área contábil têm utilizado essa métrica, pelo seu fácil acesso em computadores, por ser de fácil interpretação e comparação com outros trabalhos (Courtis, 1996). Por isso, escolheu-se essa métrica como parâmetro de comparação com o instrumento aqui proposto.

As demonstrações financeiras selecionadas precisaram passar por uma preparação antes de aplicar o teste de Flesch. Foram retirados de todas elementos que não eram texto narrativo: gráficos, tabelas, cabeçalhos, figuras, títulos, subtítulos, nomes de membros de conselhos, diretorias, vice-presidências e presidências, saudações, datas e locais de divulgação, visto que a métrica de Flesch não foi formulada para analisar esse tipo de dado (Courtis, 1996; Cunha & Silva, 2009; Li, 2008). Nenhuma alteração geral ou específica foi feita no texto das notas explicativas, isto é, caso houvesse erros de digitação, concordância, gramática ou palavras em língua estrangeira, esses permaneceriam, especialmente porque dois deles fizeram parte de um mecanismo linguístico (erros de concordância e gramática).

Em seguida, o teste foi aplicado para todas as demonstrações financeiras, com o objetivo de verificar aquelas com *readability* maior e menor. A análise foi feita pela ferramenta de revisão gramatical do software Microsoft Office Word 2007 - versão em

português. Essa função mostra a quantidade de caracteres, palavras, sentenças, parágrafos e a análise da legibilidade pela fórmula de Flesch, em classificação de nível de dificuldade de leitura e escore. Segue tabela com os resultados da análise de legibilidade para as demonstrações financeiras, com as informações do resultado do teste de Flesch, ativo total (porte), setor e empresa que auditou:

Tabela 8
Empresas do IBRX 50 e Métrica de Flesch

Empresa IBRX50	Flesch	Porte (ativo total) 2015		Setor	Empresa que auditou
		Controlador	Consolidado		
BB Seguridade	29	9.231.340	11.495.678	Financeiro e Outros	KPMG
Equatorial Energia	31	3.686.144	12.585.887	Utilidade Pública	EY
Petrobrás	32	698.646	900.135	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PWC
Bradesco	33		1.026.703.522	Financeiro e Outros	KPMG
BMF Bovespa	33	25.911.666	26.308.895	Financeiro e Outros	EY
CPFL Energia	33	8.948.469	40.532.471	Utilidade Pública	Deloitte
Vale	33		4.618.520.235	Materiais Básicos	CSS
Cielo	34	23.270.558	29.977.801	Financeiro e Outros	KPMG
Cetip	34	4.315.776	3.497.064	Financeiro e Outros	PWC
Embraer	34	40.450.959	45.566.910	Bens Industriais	KPMG
Natura	34	7.166.611	9.394.981	Consumo não Cíclico	EY
Qualicorp	34	2.401.202	3.434.432	Consumo não Cíclico	Deloitte
Itaú Unibanco	35	1.276.415		Financeiro e Outros	PWC
Klabin	35	19.982.605	21.173.855	Materiais Básicos	PWC
BR Malls Par	36	12.966.651	20.684.045	Financeiro e Outros	EY
Gerdaul	36	41.812.831	70.094.709	Materiais Básicos	PWC
MRV	36	9.620.393	11.392.309	Construção e Transporte	EY
Pão de Açúcar	36	21.399	47.241	Consumo não Cíclico	Deloitte
Ultrapar	36	9.193.442	20.966.049	Financeiro e Outros	Deloitte
Cemig	37	16.342.013	40.879.964	Utilidade Pública	Deloitte
CSN	37	523.460	856.658	Materiais Básicos	KPMG
Itaúsa	37	47.015	54.830	Financeiro e Outros	BDO RCS
JBS	37	64.813.130	121.752.954	Consumo não Cíclico	BDO RCS
Cosan	38	17.752.739	30.382.191	Alimentos Processados	KPMG
Telefônica	38	97.572.695	101.685.064	Telecomunicações	EY
WEG	38	6.215.117	14.261.541	Bens Industriais	KPMG
Bradespar	39	9.459.492	9.694.451	Financeiro e Outros	KPMG
Engie Brasil	39	12.836.037	15.300.673	Utilidade Pública	KPMG
Lojas Renner	39	4.799.679	5.863.719	Consumo Cíclico	KPMG
Banco do Brasil	40		1.401.128.757	Financeiro e Outros	KPMG
Estácio Participações	40	3.820.952	4.360.083	Consumo Cíclico	PWC
Fibria	40	33.789.321	29.433.978	Materiais Básicos	Baker Tilly
Hypermarcas	40	14.868.020	15.823.430	Consumo não Cíclico	KPMG
Lojas Americanas	40	12.329.151	20.528.253	Consumo não Cíclico	PWC
Raia Drogasil	40	4.636.460	9.119.093	Consumo não Cíclico	PWC
Tim	40	17.505.732	35.403.652	Telecomunicações	Baker Tilly
Usiminas	40	27.006.189	27.758.332	Materiais Básicos	KPMG
BRF	41	38.019.602	40.388.014	Alimentos Processados	EY
Kroton	41	13.651.618	16.638.854	Consumo Cíclico	PWC
Multiplan	41	11.392.309	7.014.259	Financeiro e Outros	KPMG
Sabesp	41		33.706.614	Utilidade Pública	Deloitte
Suzano Papel	41	3.381.211	28.621.930	Materiais Básicos	KPMG
Braskem	42	44.928.387	59.961.294	Materiais Básicos	KPMG
CCR	45	5.845.251	21.683.494	Construção e Transporte	Deloitte
Smiles	45	1.665.268	1.665.268	Consumo Cíclico	EY
AMBEV	48		90.176	Bebidas / Cervejas e Refrigerantes	Deloitte

** Data da Consulta: 12 08 2016, 15hs.

Nota. Adaptado de “Empresas listadas”, de BM&F Bovespa, 2015.

Pela tabela anterior, é possível notar que a pontuação no teste de Flesh para as 50 empresas teve pouca variação. Ressalta-se que nenhuma das empresas passou dos 50% no teste de Flesch. Como houve essa baixa variabilidade, para a análise adiante explanada, foram utilizadas três empresas com *readability* maior (Ambev, CCR e Smiles) e três com *readability* menor (Cetip, Qualicorp e Vale), conforme Figura 4, a seguir:

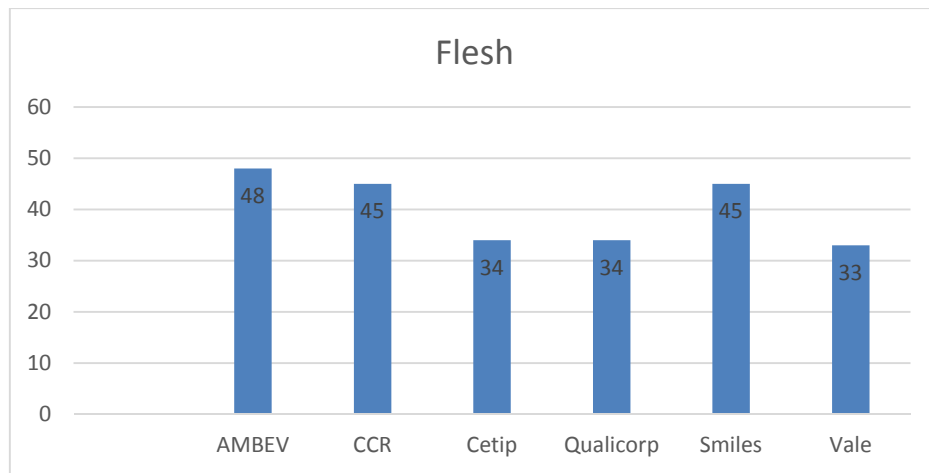


Figura 4. Seis empresas analisadas segundo a *readability*

3.4 Coleta de dados – o desenvolvimento do instrumento

A partir do referencial, com base na literatura de linguística e de contabilidade, nacional e estrangeira, foi construído um instrumento para coleta de dados, que é um *checklist* dos mecanismos linguísticos considerados (des)favoráveis para a *readability* das demonstrações financeiras.

O pré-teste desse instrumento envolveria observar os mecanismos linguísticos lá elencados em duas demonstrações financeiras premiadas pelo Troféu Transparência ANEFAC 2015. Contudo, isso não foi possível, pela inviabilidade de operacionalização dos mecanismos da maneira como o instrumento estava construído. Assim, após a qualificação, ele foi remodelado.

No instrumento efetivamente utilizado nesta pesquisa, os mecanismos linguísticos iniciais foram mantidos em sua essência, mas categorizados novamente, nos mesmos moldes do instrumento da pesquisa de Gonçalves (2011), tendo sido descartada somente a Paráfrase, a qual não foi possível observar. Isso porque se trata de um mecanismo linguístico que precisa

de interferência humana para ser observado – envolve uma sentença que deverá ser reescrita, o que não ocorre nas Demonstrações Financeiras. Segue o instrumento remodelado:

Tabela 9

Instrumento de pesquisa

	AUTOR	Definição	Objetivos
MECANISMOS FAVORÁVEIS	Progressão (Antunes, 2005)	a) Paráfrase	Esclarecer conceitos, informações e ideias, ao reescrever uma frase e/ou parágrafo, mantendo o sentido e deixando o texto mais objetivo.
		b) paralelismo	Manter a mesma estrutura gramatical em uma mesma frase e/ou parágrafo visando à harmonia do texto.
		c) progressão	Enfatizar, contrastar, corrigir, quantificar; fechar primeiro e último parágrafo; manter a continuidade do tema para facilitar a leitura ao usuário.
	Substituição e seleção lexical (Antunes, 2005)	Substituição	Variar vocábulos ao longo do texto, para não cansar o leitor.
		Elipse	Ocultar um termo facilmente retomado pelo contexto, para reduzir a frase ou parágrafo, mantendo o entendimento e facilitando a leitura.
	Conexão (Antunes, 2005; SEC, 2008)	Diferentes conectores	Relação semântica entre orações, períodos, parágrafos ou blocos de parágrafos, por meio de variados conectores, para melhor elucidar o texto.
MECANISMOS DESFAVORÁVEIS	Clareza e concisão (SEC, 2008)	Objetividade no texto, pontuação e pausas.	Clareza, concisão e ênfase em tópicos mais relevantes, com vistas a melhor objetividade.
	Estruturas gramaticais e lexicais simples (SEC, 2008)	Ex: usar sujeito, verbo, objeto; substantivos simples, tempo presente, voz ativa; sentenças curtas, com até duas linhas.	Estruturas gramaticais lexicais simples, para uma linguagem mais acessível.
	Vocabulário complexo (SEC, 2008)	Jargões e/ou muitas abreviações	Dificultam o entendimento do usuário, cansam e travam a leitura. Contribuem muito pouco para a <i>readability</i> e devem ser evitados.
	Estruturas gramaticais complexas (SEC, 2008)	Ex: voz passiva, adjetivos em demasia, locuções,	
	Vocabulário repetitivo (Antunes, 2005; SEC, 2008)	Repetição dos mesmos vocábulos nas frases.	
	Polissílabos (SEC, 2008)	Palavras muito extensas, cansativas para o leitor.	
Sentenças e/ou parágrafos muito longos (SEC, 2008)	Mais de duas linhas.	Dificultam o entendimento do usuário, que se perde na leitura e não sabe quem é o referencial.	
Texto confuso (falta de clareza, SEC, 2008)	Sentenças confusas, em que não se sabe de quem está falando.		
	Pouca ou nenhuma pausa (falta vírgulas e pontuação).		
Quebra na progressão (paralelismo)	Quebra na regência dos verbos, mistura de tempos verbais diferentes para tratar do mesmo referencial.		

Para a categorização de cada mecanismo em favoráveis ou desfavoráveis, partiu-se dos dois constructos envolvidos, coesão e coerência. A partir daí, do referencial e do primeiro instrumento, remodelou-se o atual, considerando como mecanismos favoráveis aqueles descritos pela literatura nacional e internacional; e como desfavoráveis, a falta dos favoráveis e outros descritos pela mesma literatura.

Cabe atentar-se para o uso da palavra *repetição* na análise feita [grifo nosso] A literatura linguística traz o conceito de Repetição como sendo favorável à *readability*, no sentido de que engloba a presença de progressão do texto, paralelismo, paráfrase e a retomada do vocábulo no decorrer do texto, e desfavorável, no sentido de que o uso repetitivo de vocábulos afetaria o entendimento do texto pelo usuário.

Para este trabalho, a palavra *repetição*, no instrumento proposto, foi usada como mecanismos desfavorável, unicamente pela falta de outra palavra com mesmo sentido. Assim, a *repetição* (sentido favorável) foi realocada para dentro de um mecanismo: paralelismo, considerado parte da *progressão*, como tratado no referencial [grifos nossos].

Com vistas a viabilizar a operacionalização do instrumento na análise, os passos adiante foram seguidos.

3.5 Métodos e técnicas para análise e interpretação dos dados

Para operacionalizar o instrumento, foram selecionadas as 50 demonstrações financeiras do IBRX50, aplicado o teste de Flesch sobre cada uma e posteriormente, analisadas as três mais e três menos pontuadas nesse teste. A análise recaiu apenas sobre as Notas Explicativas, em razão de todo o referencial já apresentado.

A operacionalização do instrumento se deu por meio do software Atlas Ti, versão demo, de análise qualitativa (análise de conteúdo), o que facilitou o processo de observação dos mecanismos nas demonstrações financeiras da amostra. O procedimento completo está adiante.

3.6 Limitações da pesquisa

Esta pesquisa apresentou algumas limitações. A principal é sua não generalização, pois não foram analisadas todas as empresas que apresentam Demonstrações Financeiras.

Justifica-se a seleção de uma amostra mais restrita em virtude do caráter qualitativo e extenso da análise. Conforme descrito nas seções anteriores do presente capítulo, o instrumento desenvolvido especialmente para esta pesquisa contém diversos mecanismos linguísticos que demandam observação em extensos textos de notas explicativas das demonstrações financeiras, trabalho que demanda tempo e esforço substancial do pesquisador.

Outra limitação foi a escolha da métrica de Flesch. Esse método foi escolhido mesmo ciente de outros utilizados na literatura (como *Flesch Kincaid*, *Lix* e *Fog*), pelo fato de ter sido esse o mais citado nas pesquisas anteriores (seção 2.3.4 – Pesquisas anteriores sobre *readability* das demonstrações financeiras). No caso, sua escolha foi relevante para a escolha da amostra. Ao selecionar três empresas com melhor nota de Flesch e três com notas menores, notou-se que não houve grande variabilidade entre as empresas, o que pode ser, em parte, atribuído à regulação a qual estão todas sujeitas e à influência das empresas de auditoria (Big 4) que auditam grande parte delas.

A seguir, o passo a passo da análise das demonstrações retro mencionadas.

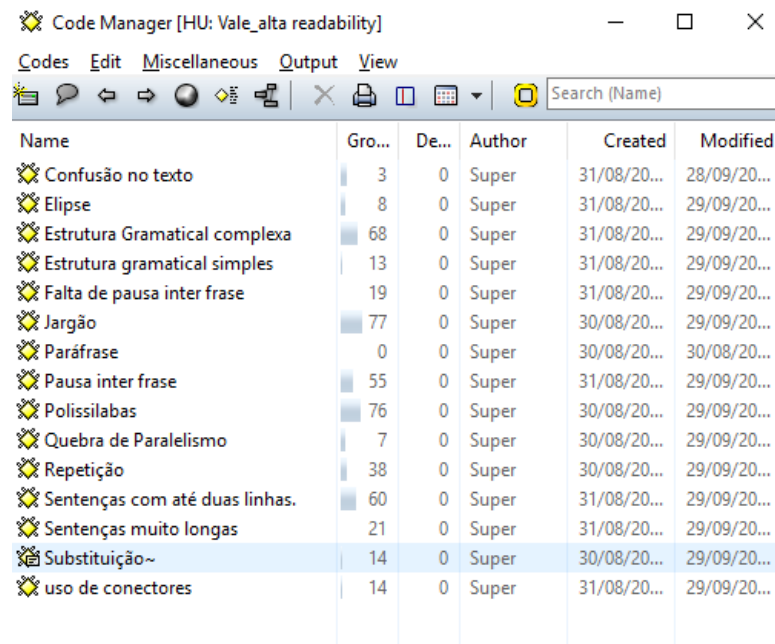
4 Análise e Interpretação dos Resultados

4.1 Análise do software Atlas TI

Após aferir os resultados do teste de Flesch, por questão de viabilidade (término do Mestrado), foram selecionadas as seis referidas demonstrações financeiras.

Essas demonstrações foram analisadas com o auxílio do Software de análise de conteúdo Atlas TI, pelo qual foi possível categorizar os mecanismos linguísticos do instrumento. O Software tem uma linguagem própria de categorização, e foi necessário aprender como utilizar as funções básicas, por meio de tutoriais disponíveis no sítio do software.

Os mecanismos linguísticos que fizeram parte do instrumento, como já ressaltado no Referencial, foram inseridos no Atlas TI. Para tal, primeiramente, foi necessário separar os favoráveis dos desfavoráveis. Em seguida, analisar a explicação de cada um com base no referencial, para verificar a viabilidade de sua operacionalização ou não dentro do software. Os mecanismos categorizados no Atlas TI foram:



Name	Gro...	De...	Author	Created	Modified
Confusão no texto	3	0	Super	31/08/20...	28/09/20...
Elipse	8	0	Super	31/08/20...	29/09/20...
Estrutura Gramatical complexa	68	0	Super	31/08/20...	29/09/20...
Estrutura gramatical simples	13	0	Super	31/08/20...	29/09/20...
Falta de pausa inter frase	19	0	Super	31/08/20...	29/09/20...
Jargão	77	0	Super	30/08/20...	29/09/20...
Paráfrase	0	0	Super	30/08/20...	30/08/20...
Pausa inter frase	55	0	Super	31/08/20...	29/09/20...
Polissílabas	76	0	Super	30/08/20...	29/09/20...
Quebra de Paralelismo	7	0	Super	30/08/20...	29/09/20...
Repetição	38	0	Super	30/08/20...	29/09/20...
Sentenças com até duas linhas.	60	0	Super	31/08/20...	29/09/20...
Sentenças muito longas	21	0	Super	31/08/20...	29/09/20...
Substituição~	14	0	Super	30/08/20...	29/09/20...
uso de conectores	14	0	Super	31/08/20...	29/09/20...

Figura 5. Códigos do Software ATLAS TI

A tela anterior é conhecida, dentro do Atlas TI, como Code Manager (Gerenciador de Código). Cada Code (Código - categorização dos mecanismos dentro do Atlas TI) é uma categoria, dentro da qual foi analisada e inserida determinada sentença que apresentava o item

que dá nome ao código. Por exemplo, quando a sentença analisada apresentava a característica do código *elipse*, ela foi ali dentro inserida. Cabe ressaltar que uma sentença foi inserida em mais de um código por vez [**grifo nosso**].

Como relatado, foram formulados códigos que representam os mecanismos linguísticos favoráveis e desfavoráveis para a *readability* de cada sentença analisada dentro da DF, conforme o instrumento e o referencial. Os favoráveis envolveram os seguintes mecanismos:

- a) Elipse: referente ao mecanismo favorável **Elipse**;
- b) Estrutura Gramatical Simples: referente ao mecanismo favorável **Estrutura Gramatical Simples**. A sentença ali inserida não apresenta várias locuções ou voz passiva, mas linguagem mais acessível ao leitor, como voz ativa e ordem direta (sujeito, verbo e predicado), ou no máximo uma locução;
- c) Sentenças com até duas linhas: referente ao mecanismo favorável **Estruturas Gramaticais e Lexicais Simples**;
- d) Substituição: referente ao mecanismo favorável **Substituição e Seleção lexical**. Quando uma palavra ou locução dentro da sentença, em vez de aparecer novamente com as mesmas palavras, foi trocada por outra, ou por uma explicação, de fácil recuperação, para variar o vocabulário e não cansar o leitor;
- e) Conectores: referente ao mecanismo favorável **Conexão**. A sentença ali inserida contém um conector, o que facilita a conexão das sentenças e, conseqüentemente, seu entendimento pelo leitor;
- f) Pausa inter frase: referente ao mecanismo favorável **Clareza e Concisão**. A sentença apresenta pausas suficientes para ajudar o leitor a compreender o conteúdo.

Conforme já explanado na Metodologia, o mecanismo Paráfrase, apesar de inserido no software, foi descartado, por não ter sido possível sua observação. O mecanismo Paralelismo, embora não tenha sido utilizado na análise, estava implícito; isto é, nas sentenças em que não houve quebra, o paralelismo estava presente. E os desfavoráveis:

- g) Jargão: referente a uma parte do mecanismo desfavorável **Vocabulário Complexo**. A sentença ali inserida contém muitas terminologias específicas, as quais são entendidas por pessoas da área profissional envolvida;
- h) Falta de pausa inter frase: referente a uma parte do mecanismo desfavorável **Texto confuso (falta de clareza)**. Sentenças em que não há pausa dentro uma frase (vírgula, ponto e vírgula), o que, por vezes, pode causar confusão no leitor quando da remissão de sujeito e ao que cada predicado se refere, por exemplo;

- i) Confusão no texto: referente a uma parte do mecanismo desfavorável **Texto confuso (falta de clareza)**. A sentença ali inserida apresenta algum trecho em que há uma confusão, o que dificulta seu entendimento. Por exemplo, a construção gramatical foi feita de forma que não se sabe a quem se refere dentro da sentença, ou contém ambiguidade (entendimento duplo);
- j) Estrutura Gramatical complexa: referente ao mecanismo favorável **Estrutura Gramatical complexa**. A sentença ali inserida contém muitas locuções ou voz passiva, estruturas consideradas gramaticalmente complexas pela literatura;
- k) Polissílabas: referente ao mecanismo desfavorável **Polissílabos**. A sentença ali inserida contém duas ou mais palavras que apresentam mais de três sílabas. Esta é uma métrica utilizada também no teste de Flesch (contagem de sílabas e caracteres);
- l) Quebra de Paralelismo: referente ao mecanismo desfavorável **Quebra na progressão**. A sentença ali inserida contém alguma quebra na harmonia na frase, por exemplo, falta plural no verbo de um sujeito com mais de duas pessoas, ou a regência verbal seguia por um tempo e, bruscamente, foi trocada por outro tempo, quando se falava do mesmo tópico;
- m) Repetição: referente ao mecanismo desfavorável **Vocabulário Repetitivo**. Muitas palavras repetidas dentro de uma mesma sentença;
- n) Sentenças muito longas: referente ao mecanismo desfavorável **Sentenças e/ou parágrafos muito longos**. Quando a sentença tem mais de duas linhas.

Para cada código, dentro de cada Demonstração Financeira, foram criados relatórios detalhados dentro do Atlas TI, os *queries*, os quais elencaram as sentenças analisadas, uma a uma, e mostraram os códigos dentro dos quais cada uma se insere [**grifo nosso**]. Desses relatórios, foram extraídas algumas sentenças, as quais foram para análise, mostrada mais adiante.

As análises das sentenças foram feitas de maneira individualizada, considerando que, em uma mesma sentença, mais de um código apareceu por vez, e porventura, mecanismos tanto favoráveis quanto desfavoráveis. Essa foi uma análise qualitativa, que envolveu a experiência da pesquisadora, razão pela qual não pode ser generalizada para todas as demonstrações publicadas. Para facilitar o entendimento, foram analisadas, primeiramente, aquelas com maior *readability*, e em seguida, aquelas com menor *readability*, com base em sua nota de Flesch.

Tabela 10

Itens avaliados do instrumento – valor inteiro

	itens avaliados (instrumento - Favoráveis e desfavoráveis)															Características da empresa				
	Conf.	Elipse	EGC	EGS	Sem pausa	Jargão	Pausa	Poli	Quebra	Rep.	Até 2	Longas	Subst.	Conec.	Paráfr.	nº pgs	nº palavras	nº caracteres	Flesh	Auditoria
Vale	5	21	133	48	41	159	120	171	23	79	132	49	31	36	0	8	5037	29132	33	CSS
Cetip	4	10	245	19	77	255	173	250	8	134	174	89	53	23	0	27	11936	64393	34	PWC
Qualicorp	2	92	460	64	125	516	332	484	27	238	316	214	231	103	0	33	17376	98880	34	Delloite
Smiles	11	26	120	119	74	187	107	192	26	132	198	36	26	76	0	16	6926	38050	45	EY
CCR	5	46	411	72	107	472	300	430	17	238	292	190	164	85	0	37	16615	91849	45	Delloite
Ambev	2	32	637	54	219	687	406	661	24	306	478	215	308	177	0	52	20782	117069	48	Delloite
Total	29	227	2006	376	643	2276	1438	2188	125	1127	1590	793	813	500	0					

Tabela 11

Itens avaliados do instrumento – valor ponderado

Ponderado	Confusão	Elipse	EGC	EGS	Sem pausa	Jargão	Pausa	Poli	Quebra	Repetição	Até 2	Longas	Subst.	Conectores
Vale	0,0009927	0,0041691	0,0264046	0,0095295	0,0081398	0,0315664	0,0238237	0,0339488	0,0045662	0,0156839	0,0262061	0,0097280	0,0061545	0,0071471
Cetip	0,0003351	0,0008378	0,0205261	0,0015918	0,0064511	0,0213639	0,0144940	0,0209450	0,0006702	0,0112265	0,0145777	0,0074564	0,0044403	0,0019269
Qualicorp	0,0001151	0,0052947	0,0264733	0,0036832	0,0071938	0,0296961	0,0191068	0,0278545	0,0015539	0,0136971	0,0181860	0,0123158	0,0132942	0,0059277
Smiles	0,0015882	0,0037540	0,0173260	0,0171816	0,0106844	0,0269997	0,0154490	0,0277216	0,0037540	0,0190586	0,0285879	0,0051978	0,0037540	0,0109731
CCR	0,0003009	0,0027686	0,0247367	0,0043334	0,0064400	0,0284081	0,0180560	0,0258802	0,0010232	0,0143244	0,0175745	0,0114354	0,0098706	0,0051159
Ambev	0,0000962	0,0015398	0,0306515	0,0025984	0,0105380	0,0330575	0,0195361	0,0318064	0,0011548	0,0147243	0,0230007	0,0103455	0,0148205	0,0085170
Total	0,0034283	0,0183640	0,1461183	0,0389180	0,0494470	0,1710917	0,1104656	0,1681566	0,0127223	0,0887148	0,1281329	0,0564790	0,0523341	0,0396078

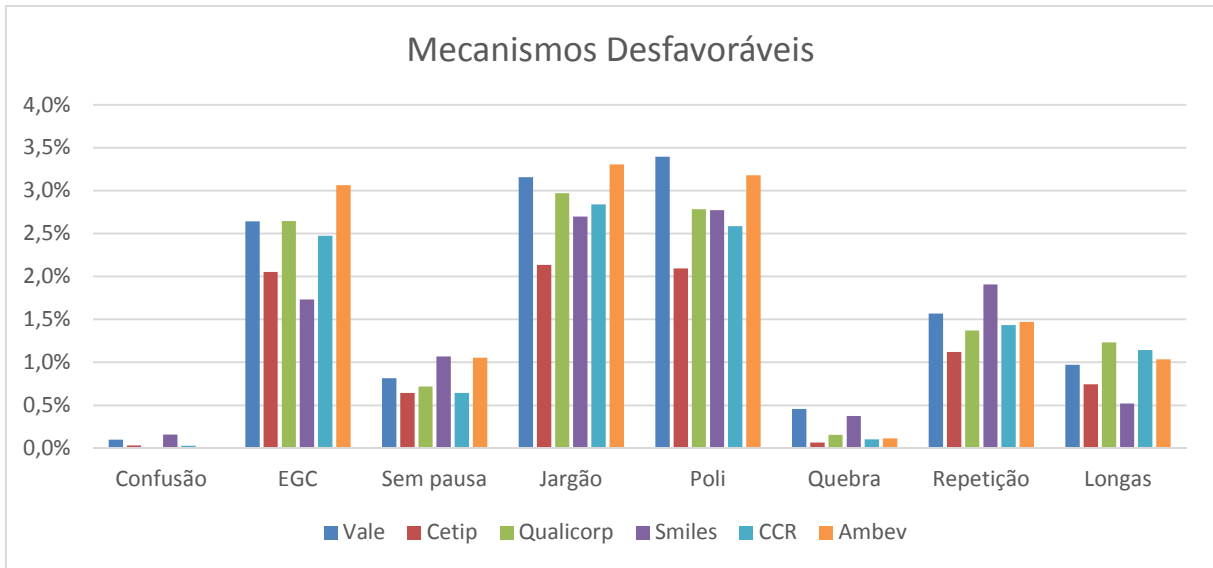


Figura 6. Mecanismos linguísticos desfavoráveis por empresa analisada

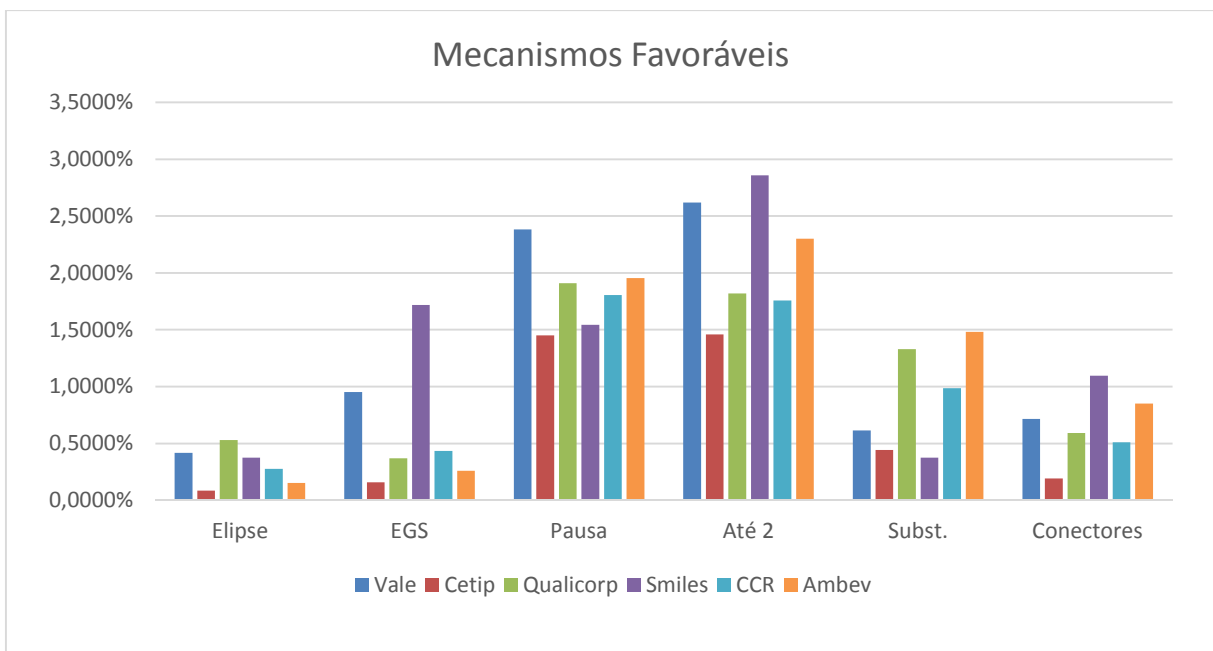


Figura 7. Mecanismos linguísticos favoráveis por empresa analisada

A título de exemplo, foram selecionados, aleatoriamente, alguns exemplos da análise, de forma detalhada. O restante se encontra nos apêndices A e B, ao final deste trabalho.

4.2.1 Análise das demonstrações com maior readability (maior Flesch)

Esta análise envolveu as três Demonstrações Financeiras com maior *readability* no teste de Flesch: Ambev, CCR e Smiles, com amostras dos *queries* [grifo nosso]. Os resultados estão apresentados em uma tabela-resumo, adiante. Envolveu a seleção aleatória de algumas sentenças, para mostrar a falta de proporcionalidade entre a nota de Flesch maior e a quantidade de mecanismos linguísticos observados.

a) Ambev:

Tabela 12
Exemplos de sentenças Ambev

Códigos observ.	Sentença e análise	Mecanismos Favoráveis	Mecanismos Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Falta de pausa Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas	1 - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2016.	- Até duas linhas	- Gram complexa e jargão: (demonstrações contábeis individuais; Cons. de Adm.); - não há pausas. - polissílabas: demonstrações, individuais, consolidadas, Administração.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- Juntamente com a Wirhpool iniciou a criação de uma joint venture, denominada B.Blend, sendo a primeira plataforma de bebidas em cápsulas all-in-one do mundo.	- Elipse: Juntamente com a Wirhpool # iniciou (alguma empresa iniciou) - Pausa: presença de vírgulas - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e jargão: criação de uma joint venture, primeira plataforma de bebidas em cápsulas all-in-one do mundo - Polissílabas: Juntamente, denominada, plataforma

A1- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2016.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que, dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

A2- Juntamente com a Wirhpool iniciou a criação de uma joint venture, denominada B.Blend, sendo a primeira plataforma de bebidas em cápsulas all-in-one do mundo.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

Segue a tabela-resumo com as sentenças aleatoriamente analisadas, referente à Ambev, cuja nota de Flesch foi 48, a mais alta de todas das empresas selecionadas:

Tabela 13
Mecanismos linguísticos nas sentenças da Ambev

SENTENÇA	MECANISMO LINGUÍSTICO	
	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
1	1	4
2	3	4
3	2	4
4	3	3
5	1	6
6	3	2
7	2	5
Total	15	28

Pela tabela anterior, nota-se que as sentenças selecionadas da Ambev, cuja nota de Flesch é a mais alta, apresentaram mais mecanismos desfavoráveis do que favoráveis.

b) CCR:

Tabela 14
Exemplos de sentenças CCR

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Falta de Pausa Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas Substituição	1- Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua	- Sent. até duas linhas - Substituição: Essa é a principal contribuição (a contribuição já havia sido definida, apenas se remeteu a ela, por “essa”)	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: principal contribuição, desenvolvimento socioeconômico e ambiental - Falta de Pausa - Polissílabas: contribuição, desenvolvimento, socioeconômico
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.	- Elipse: As diferenças de moedas... e # apresentadas - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: diferenças de moedas estrangeiras, outros resultados abrangentes, patrimônio líquido - Falta de Pausa - Polissílabas: diferenças, estrangeiras, reconhecidas, resultados, abrangentes, apresentadas, patrimônio.

B1- Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (substituição e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

B2- As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

Segue a tabela-resumo com as sentenças aleatoriamente analisadas, referente à CCR, cuja nota de Flesch foi 45:

Tabela 15

Mecanismos linguísticos nas sentenças da CCR

SENTENÇA	MECANISMO LINGUÍSTICO	
	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
1	2	4
2	2	4
3	0	7
4	2	2
5	4	2
Total	10	19

Pela tabela anterior, nota-se que as sentenças selecionadas da CCR, cuja nota de Flesch é uma das mais altas, apresentaram mais mecanismos desfavoráveis do que favoráveis.

c) Smiles:

Tabela 16

Exemplos de sentenças Smiles

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Falta de pausa Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas	1- A composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está identificada a seguir	- Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia, 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Falta de pausa - Polissílabas: composição, instrumentos, financeiros, registrados, patrimonial, Companhia, identificada
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dada sua natureza de curto prazo	- Elipse: # São mensuradas com base no custo... - Pausa: presença de vírgulas - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, valor justo - Polissílabas: mensuradas, liquidação, duvidosa, aproximam, natureza.

C1- A composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está identificada a seguir.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

C2 - São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (elipse, pausa e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, três desfavoráveis (gramática complexa, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

Segue a tabela-resumo com as sentenças aleatoriamente analisadas, referente à Smiles, cuja nota de Flesch foi 45:

Tabela 17

Mecanismos linguísticos nas sentenças da Smiles

SENTENÇA	MECANISMO LINGUÍSTICO	
	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
1	1	4
2	3	3
3	2	5
4	1	6
5	6	3
Total	13	21

Pela tabela anterior, nota-se que as sentenças selecionadas da Smiles, cuja nota de Flesch é uma das mais altas, apresentaram mais mecanismos desfavoráveis do que favoráveis.

4.2.2 Análise das demonstrações com menor readability (menor Flesch)

Esta análise envolveu as Demonstrações Financeiras com menor *readability* no teste de Flesch: Cetip, Qualicorp e Vale, nesta ordem. A análise envolveu a seleção aleatória de algumas sentenças, para mostrar a falta de proporcionalidade entre a nota de Flesch menor e a quantidade de mecanismos linguísticos observados:

a) Cetip:

Tabela 18

Exemplos de sentenças Cetip

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Pausa Jargão Polissílabas Repetição Sent. muito longa	1- A CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, resultante do processo de desmutualização da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP Associação”) ocorrido em 2008	- Pausa: presença de vírgulas e travessão.	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: Mercados Organizados, sociedade anônima de capital aberto, cidade do Rio de Janeiro, processo de desmutualização, Câmara de Custódia e Liquidação. - Polissílabas: Organizados, Companhia, sociedade, resultante, desmutualização, Liquidação, Associação. - Repetição: CETIP - Sent. muito longa.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Repetição Sent. até duas linhas	2- A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.	- Elipse: A classificação... e # é determinada - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: ativos financeiros, reconhecimento inicial dos ativos financeiros. - Falta de Pausa - Polissílabas: classificação, finalidade, financeiros, adquiridos, determinada, reconhecimento. - Repetição: financeiros

A1 - A CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, resultante do processo de desmutualização da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP Associação”) ocorrido em 2008.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (pausa), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta cinco desfavoráveis (gramática complexa, jargão, muitas polissílabas, repetição de palavras e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

A2 - A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta cinco desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas, repetição de palavras e muitas polissílabas) o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

Segue a tabela-resumo com as sentenças aleatoriamente analisadas, referente à Cetip, cuja nota de Flesch foi 34:

Tabela 19

Mecanismos linguísticos nas sentenças da Cetip

SENTENÇA	MECANISMO LINGUÍSTICO	
	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
1	1	5
2	2	5
3	1	5
4	3	3
5	2	6
6	2	1
Total	11	25

Pela tabela anterior, nota-se que as sentenças selecionadas da Cetip, cuja nota de Flesch é uma das mais baixas, apresentaram mais mecanismos desfavoráveis do que favoráveis.

b) Qualicorp:

Tabela 20.

Exemplos de sentenças Qualicorp

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Pausa Jargão Polissílabas Substituição Sent. até duas linhas	1- A Qualicorp S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída em 19 de maio de 2010, e iniciou suas atividades em 1º de julho de 2010, com sede no Estado de São Paulo.	- Pausa: presença de vírgulas; - Substituição: A Qualicorp S.A... suas atividades - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: sociedade por ações, 1º de julho de 2010, Estado de São Paulo. - Polissílabas: Companhia, sociedade, constituída, atividades.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.	- Elipse: # São ativos financeiros... - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: ativos financeiros não derivativos, pagamentos fixos ou determináveis, mercado ativo. - Falta de Pausa - Polissílabas: financeiros, derivativos, pagamentos, determináveis.

B1 - A Qualicorp S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída em 19 de maio de 2010, e iniciou suas atividades em 1º de julho de 2010, com sede no Estado de São Paulo.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (pausa, substituição e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda,

apresenta três desfavoráveis (gramática complexa, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

B2 - São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

Segue a tabela-resumo com as sentenças aleatoriamente analisadas, referente à Qualicorp, cuja nota de Flesch foi 34:

Tabela 21

Mecanismos linguísticos nas sentenças da Qualicorp

SENTENÇA	MECANISMO LINGUÍSTICO	
	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
1	3	3
2	2	4
3	4	3
4	1	6
5	2	4
6	2	2
Total	14	22

Pela tabela anterior, nota-se que as sentenças selecionadas da Qualicorp, cuja nota de Flesch é uma das mais baixas, apresentaram mais mecanismos desfavoráveis do que favoráveis.

c) Vale:

Tabela 22.

Exemplos de sentenças Vale

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Simpl. Pausa Polissílabas Substituição Sent. até duas linhas	1- A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do País	- Estr. Gram. Simpl. - Pausa: presença de vírgulas. - Substituição: A entidade é (em substituição a “Vale”). - Sent. até duas linhas	- Polissílabas: entidade, regulamenta, cooperativista.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- Estão avaliados pelo valor de compra praticado pela cooperativa em 31 de dezembro e a variação ajustada ao resultado.	- Elipse: # Estão avaliados - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: valor de compra praticado pela cooperativa, 31 de dezembro, variação ajustada ao resultado. - Falta de Pausa - Polissílabas: avaliados, praticado, cooperativa, variação, ajustada, resultado.

C1 - A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do País.

A sentença anterior contém quatro mecanismos favoráveis (gramática simples, pausa, substituição e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta um desfavorável (muitas polissílabas) o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

C2 - Estão avaliados pelo valor de compra praticado pela cooperativa em 31 de dezembro e a variação ajustada ao resultado.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (Antunes, 2005; SEC, 2008).

Segue a tabela-resumo com as sentenças aleatoriamente analisadas, referente à Vale, cuja nota de Flesch foi 33:

Tabela 23
Mecanismos linguísticos nas sentenças da Vale

SENTENÇA	MECANISMO LINGUÍSTICO	
	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
1	4	1
2	2	4
3	2	4
4	4	3
5	2	6
Total	14	18

Pela tabela anterior, nota-se que as sentenças selecionadas da Vale, cuja nota de Flesch é uma das mais baixas, apresentaram mais mecanismos desfavoráveis do que favoráveis.

4.3 Resultados X métrica de Flesch das empresas analisadas

Os resultados anteriormente apresentados, ao serem comparados com a nota de Flesch das empresas, elencada na Tabela 1, mostram que não houve um alinhamento entre eles. Houve pouca variabilidade na nota de Flesch das empresas, assim como não houve uma constância de mecanismos (des)favoráveis analisados por sentença.

Quanto às empresas que obtiveram nota maior de Flesch, segundo o referencial pesquisado (Cotrim, 2012; Cunha & Silva, 2009; Dias, 2000; 2001; 2009; Dias & Nakagawa, 2001, 2012; DuBay, 2004; FakhFakh, 2013; Fernandes & Silva, 2009; Jones & Shoemaker, 1994; Klare, 1963; McLaughlin, 2006; Rodrigues & Silva, 2015; Schroeder & Gibson, 1990; SEC, 2008; Silva, Costa & Rodrigues, 2005; Smith & Tafler, 1992), quanto maior a nota, melhor a *readability*, isto é, o usuário terá mais facilidade de entendimento do relatório. Nesse cenário, para a amostra selecionada, esperava-se que empresas com nota de Flesch maior apresentassem mais mecanismos favoráveis.

Contudo, isso não foi observado na amostra pesquisada. A análise das tabelas 13, 15, 17, 19 e 21 mostra que, no total, houve mais mecanismos desfavoráveis do que favoráveis, o que não se coaduna com o referencial pesquisado para notas de Flesch mais altas. Isso porque os mecanismos linguísticos favoráveis visam a melhorar a *readability*, ao passo que os desfavoráveis, pioram (Antunes, 2005; Koch, 2013; Marcuschi, 2006).

Quanto às empresas que obtiveram nota menor de Flesch, segundo o referencial pesquisado (Cotrim, 2012; Cunha & Silva, 2009; Dias, 2000; 2001; 2009; Dias & Nakagawa, 2001, 2012; DuBay, 2004; FakhFakh, 2013; Fernandes & Silva, 2009; Jones & Shoemaker, 1994; Klare, 1963; McLaughlin, 2006; Rodrigues & Silva, 2015; Schroeder & Gibson, 1990; SEC, 2008; Silva, Costa & Rodrigues, 2005; Smith & Tafler, 1992), quanto menor a nota, pior a *readability*, isto é, o usuário terá mais dificuldade de entendimento do relatório.

Nesse cenário, para a amostra selecionada, esperava-se que empresas com nota de Flesch menor apresentassem mais mecanismos desfavoráveis por sentença. Se analisadas as sentenças isoladamente, isso não ocorreu, pois, em algumas, apareceram mais favoráveis do que desfavoráveis, e vice-versa. Contudo, no total, houve mais mecanismos desfavoráveis, isto é, que pioram a *readability* e, conseqüentemente, o entendimento do usuário. (Antunes, 2005; Koch, 2013; Marcuschi, 2006).

4.4 Síntese do capítulo

Os resultados indicam que a métrica de Flesch não é suficiente para medir a *readability* das demonstrações financeiras. Essa métrica foi concebida para textos não técnicos, que não são da área contábil. Apesar de muitos estudos anteriores na área contábil a terem utilizado como *proxy readability*, se considerados os resultados aqui apresentados,

deve-se também olhar com mais cuidado outros indicadores qualitativos para a melhoria da qualidade da informação no que concerne à *readability*.

Ressalta-se que a amostra foi não censo, isto é, o instrumento não foi testado em todas as empresas do IBRX50 e, por isso, os resultados não podem ser generalizados. Ainda assim, nas seis analisadas, não houve grande variabilidade na nota de Flesch das empresas. Isso talvez possa ser explicado pela presença do regulador, já que elas estão sujeitas à CVM, e pelo fato de todas serem auditadas pelas grandes empresas de auditoria, tendendo a apresentar uma linguagem semelhante.

Por fim, dos mecanismos (des)favoráveis do instrumento aqui construído, aqueles observados na análise são:

Desfavoráveis: repetição de palavras, frases longas, estruturas complexas, quebra de paralelismo, falta de pausa, confusão no texto, polissílabas e jargão. Em síntese, todos elencados no instrumento foram observados, em maior ou menor número, dependendo da empresa.

Favoráveis, pausa, elipse, estruturas simples, sentenças de até duas linhas, uso de conectores e a substituição. Como já relatado, não foi possível observar a paráfrase. Em síntese, assim como os desfavoráveis, todos os favoráveis elencados no instrumento foram observados na análise, em maior ou menor número, dependendo da empresa.

Entretanto, a quantidade de mecanismos (des)favoráveis observados em cada empresa não guardou relação de proporcionalidade com a nota de Flesch dessas empresas, como demonstrado pelos resultados.

5 Conclusões

Neste trabalho, verificou-se quais são os mecanismos linguísticos (des)favoráveis para a *readability* das demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro, no idioma português brasileiro.

Para que isso fosse viável, partiu-se do problema da pesquisa, reiterado pelo referencial teórico e ratificado na análise. Averiguou-se que, a cada dia, há mais pressão de estudiosos, órgãos reguladores e diretrizes internacionais para que as demonstrações financeiras tenham facilidade de leitura pelo usuário; que elas façam a função delas, ou seja, sejam relevantes na tomada de decisão desse usuário.

Em geral, esses autores e instituições informam que o texto das demonstrações causa confusão e dificuldade de entendimento pelos seus usuários, pois, a cada dia, escreve-se mais, mas se informa menos. Percebeu-se que há campo para mais pesquisa.

O problema proposto envolveu analisar o cenário atual da *readability* das Demonstrações Financeiras. A métrica de Flesch, comum na literatura contábil para esse fim, foi utilizada como meio de comparação com os mecanismos do instrumento proposto.

Dentre as empresas do IBRX 50 da amostra, foram selecionadas três mais e três menos pontuadas na escala de Flesch pelo instrumento proposto, e quando foram comparados os resultados do teste de Flesch com os do instrumento, observou-se um descasamento entre eles. Não se encontrou um padrão de quantidade de mecanismos favoráveis ou desfavoráveis em demonstrações financeiras mais ou menos pontuadas no Flesch. Isso pode ser devido ao fato de que todas elas estão sujeitas à CVM e são auditadas sempre pelas mesmas empresas de auditoria, as quais tendem a ter um padrão de linguagem escrita.

Desse modo, este trabalho pode ser um auxílio para melhorar essa questão da qualidade da linguagem das demonstrações financeiras, conseqüentemente, da qualidade da informação contábil. Isso porque preenche uma lacuna, ao trazer um arcabouço conceitual não utilizado anteriormente, a Linguística Textual, para as Demonstrações Financeiras no idioma português brasileiro.

Cabe ressaltar que esta não é uma pesquisa censo, deste modo, não é possível generalizar seus resultados. Entretanto, este trabalho trouxe uma visão do problema por outro ângulo. A métrica de Flesch, como evidenciado pelos resultados, não foi concebida para esse tipo de material, isto é, Demonstrações Financeiras com jargão técnico.

A métrica de Flesch sozinha, nesse contexto e para a amostra pesquisada, parece não indicar efetivamente a qualidade da informação contábil. Isto é, quando da sua aplicação para aferir o grau de *readability* em demonstrações financeiras, sempre haverá alto grau de dificuldade de compreensão pelos usuários, devido a essa métrica não ser exclusiva de textos contábeis técnicos. Em resumo, aparentemente, a métrica de Flesch não é suficiente para medir a *readability* das demonstrações financeiras.

Quando se fala em qualidade da linguagem escrita e da informação, é preciso observar aspectos qualitativos e outros indicadores. Isso pode envolver um olhar mais a fundo para os mecanismos linguísticos do instrumento proposto, de modo a simplificar o texto e torná-lo mais informativo, como uma notícia de jornal. A demonstração financeira, mesmo sendo de cunho técnico, pode ser simplificada, para se aproximar de um texto jornalístico, por exemplo.

Esperava-se que, em demonstrações com pontuação de Flesch maior, haveria mais mecanismos favoráveis do que desfavoráveis. E em demonstrações com Flesch menor, mais desfavoráveis do que favoráveis. Contudo, isso não ocorreu na amostra pesquisada.

Quanto aos mecanismos linguísticos observados nas demonstrações financeiras, no que concerne aos desfavoráveis, os resultados da análise mostraram que seria possível ter um texto melhor se não houvesse tanta repetição de palavras, frases longas, estruturas complexas, quebra de paralelismo e falta de pausa, por exemplo. Quanto à repetição de palavras, os autores pesquisados condenam seu uso excessivo, pois isso pode cansar o leitor e deixar o texto menos inteligível. Frases longas, estruturas complexas e falta de pausa fazem o leitor se perder no texto e causam dificuldade de localizar, por exemplo, qual o sujeito da sentença ou a que ele se refere.

Quanto às polissílabas, uma forma de melhorar isso, visando a um melhor entendimento do usuário poderia ser o uso de um glossário ou do verbo em vez da nominalização, pois o primeiro apresenta menos caracteres.

O mecanismo jargão, por envolver diretamente terminologia específica, é mais subjetivo. Todas as demonstrações financeiras apresentam jargão, pois esse está relacionado à norma dos reguladores, como já ressaltado.

Por outro lado, os mecanismos favoráveis também poderiam ser úteis para a melhora e simplificação do texto, como a pausa, elipse, estruturas simples, sentenças de até duas linhas, uso de conectores e a substituição, os quais ajudam o leitor a se encontrar no texto, a não cansar e ter um entendimento melhor.

Pelo referencial teórico pesquisado, há campo para melhoria no relatório, e isso pode ser feito por meio dos mecanismos linguísticos observados nas demonstrações financeiras

analisadas. O instrumento aqui construído, consistente teoricamente e validado pode ser utilizado por reguladores e capacitadores daqueles que preparam esses documentos.

Este trabalho é uma contribuição acadêmica, haja vista que, até o momento, não havia pesquisas de mesma natureza para o idioma Português Brasileiro, fundadas no embasamento teórico escolhido. Contribui com a literatura acerca de *readability* das demonstrações financeiras, mas sob outra ótica, a da Linguística Textual. Isso porque preenche uma lacuna, ao trazer esse arcabouço conceitual não utilizado anteriormente.

Além disso, contribui com a prática profissional: há órgãos reguladores nacionais e internacionais e outras entidades de apoio que se preocupam com a *readability* das demonstrações financeiras, porque isso afeta a qualidade, relevância e manutenção da confiabilidade. Conseqüentemente, impactam o funcionamento do mercado.

Nesse sentido, pode ser útil para analistas, investidores e profissionais contábeis que se utilizam das demonstrações financeiras para sua tomada de decisão, visando a melhorar a qualidade da linguagem das demonstrações financeiras; conseqüentemente, da qualidade da informação contábil.

Uma contribuição bastante relevante é que, por meio deste trabalho, foi possível unir duas áreas do conhecimento, a Linguística Textual e a Contabilidade, o que até então foi muito pouco ou quase não realizado em pesquisas anteriores. É um trabalho interdisciplinar.

Para pesquisas futuras, sugere-se que outras métricas de readability sejam utilizadas, que não a de Flesch, para comparação com o instrumento aqui proposto. Além disso, o instrumento pode ser replicado com outras bases que não a linguística, ou mesmo essa base, mas com amostra maior. Ainda, em outras empresas, que não as do IBRX50.

Por fim, sugere-se que os mecanismos sejam utilizados como material de apoio a preparadores e usuários das demonstrações financeiras, como um guia de escolhas linguísticas, para simplificar esses relatórios. Os mecanismos emanados da Linguística Textual podem ser úteis em um universo em que uma métrica como o Flesch, em textos contábeis, não se mostra suficiente para contribuir para a *readability* das demonstrações contábeis e conseqüente melhoria na qualidade da informação contábil.

Referências

- American Accounting Association. (1986). Committee on the Future Structure, Content and Scope of Accounting Education, (Bedford Committee). Future accounting education: Preparing for the expanding profession. *Issues in Accounting Education*, 1(1) 168-195.
- Antunes, I. (2005). *Lutar com palavras: Coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. (2015). *Troféu Transparência 2015*. Recuperado de http://www.anefac.com.br/TrofeuTransparencia_internas.aspx?ID=38
- Basis for conclusions on conceptual framework for financial reporting. (2015). *Exposure draft*. Recuperado de http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Conceptual-Framework/Documents/May%202015/Basis-to-ED_CF_MAY%202015.pdf
- Bloomfield, R. J. (2008). Accounting as the language of business. *Accounting Horizons*, 22(4), 433-436.
- Bolsa de Mercados Futuros & Bolsa de Valores de São Paulo. (2015). *Empresas listadas*. Recuperado de <http://www.bmfbovespa.com.br/ciaslistadas/empresaslistadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>
- Cooper, D. R., & Schindler, P. (2003). *Métodos de pesquisa em administração* (7a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Cotrim, C. H. P. (2012). *Compreensibilidade dos relatórios contábeis e financeiros de companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA: Uma análise das percepções dos usuários investidores* (Dissertação de Mestrado). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, SP, Brasil.
- Courtis, J. (1996). Readability of annual reports: Western versus asian evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 4-17.
- Cruz, C. V. O. A., & Lima, G. A. S. F. (2010). Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 85-101.
- Cunha, R. K. C., & Silva, C. A. T. (2009, julho). Análise da facilidade de leitura das demonstrações contábeis das empresas brasileiras: Uma investigação do gerenciamento de impressões nas narrativas contábeis. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 9.
- Dias J. M., Fº. (2000). A linguagem utilizada na evidenciação contábil: Uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. *Cadernos de estudos*, São Paulo, Fipecafi, 13(24), 38-49. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92512000000200003
- Dias J. M., Fº. (2001). *As Características qualitativas da informação contábil: O problema da compreensibilidade à luz da teoria da comunicação* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Dias J. M., Fº. (2009). Dimensões semióticas da contabilidade: Uma abordagem da teoria da contabilidade. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 3(1), 3-4. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1375/1/3814-9181-1-PB.pdf>
- Dias J. M., Fº., & Nakagawa, M. (2001). Análise do processo da comunicação contábil: Uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. *Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI*, 15(26), 42-57. Recuperado de <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6194/4656>
- Dias J. M., Fº., & Nakagawa, M. (2012). Reflexões sobre a dimensão semiótica da análise de balanços: Uma contribuição à otimização de decisões de crédito. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 6(1), 33-47. Recuperado de <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6194>
- DuBay, W. H. (2004). *The Principles of Readability*. Costa Mesa, CA: Impact Information. Recuperado de <http://www.impact-information.com/impactinfo/readability02.pdf>
- FakhFakh, M. (2013). The readability of standardized reports by the International Federation of Accountants. *Journal of Commerce & Accounting Research*, 2(1), 10-28.
- Fernandes, J. L. T., & Silva, C. A. T. (2009). Análise da legibilidade dos textos narrativos dos fatos relevantes divulgados pelas empresas brasileiras de capital aberto nos anos de 2002 a 2006. *RAC-Eletrônica*, 3(1), 142-158. Recuperado de http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_818.pdf
- Gibson, C., & Schroeder, N. (1990). Readability of management's discussion and analysis. *Accounting Horizons*, 78-87. Recuperado de <https://www.questia.com/library/journal/1G1-166935385/readability-of-management-s-discussion-and-analysis>
- Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade. (2015, março). *Notas explicativas: Responsabilidade pelas informações financeiras*, São Paulo.
- Gouveia, F. H. C. (2010). *Uma incursão pela abordagem de pesquisa em contabilidade no Brasil fundamentada em teorias semióticas e da comunicação* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Hallyday, M. A. K., & Hasan, R. (1976). *Cohesion in english*. London: Longman.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Accounting theory*. São Paulo, Atlas.
- International Federation of Accountants. (1998). International Education Guideline, *IT in Accounting Curriculum, 11*, New York: IFAC.
- Ijiri, Y. (1975) *Theory of accounting measurement*. Sarasota, FL: American Accounting Association.
- Jakobson, R. (2001). *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Jones, M. J., & Shoemaker, P. A. (1994). Accounting narratives: A review of empirical studies of content and readability. *Journal of accounting literature*, 13, 142-184.

- Klare, G. R. (1963). *The Measurement of readability*. Ames, Iowa: Iowa State University Press. Recuperado de <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015004229558;view=1up;seq=66>
- Koch, I. V. (2013). *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.
- Leuz, C., & Verrechia, R. (2000). The economic consequences of increased disclosure. *Journal of Accounting Research*, 38, 91-124, EUA. Recuperado de http://faculty.chicagobooth.edu/christian.leuz/research/papers/economic_consequences_of_increased_disclosure.pdf
- Li, F. (2008). Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 45(2-3), 221-247. Recuperado de www.elsevier.com/locate/jae
- McLaughlin, G. H. (1969). SMOG grading - A new readability formula. *Journal of Reading*, 22, 639-646. Recuperado de ogg.osu.edu/.../WRRSMOG_Readability_Formula
- Marcuschi, L. A. (2006). Tudo o que você queria saber sobre como construir um bom texto sem se estressar. Resenha do livro “Lutar com palavras: coesão e coerência”, de Irandé Antunes. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, 4(6), 1-5. Recuperado de http://www.revel.inf.br/files/resenhas/revel_6_lutar_com_palavras.pdf
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Martins, T. B. F., Ghiraldelo, C. M., Nunes, M. G. V., & Oliveira, O. N, Jr. Readability formulas applied to textbooks in brazilian portuguese. *Notas do ICMSC-USP, Série Computação*, n. 28, 1996. Recuperado de <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/download/Reltec28.pdf>
- Mendes, G. F., & Foster, N. J, Jr. (2002). *Manual de redação da presidência da república* (2a ed. rev.). Brasília. Recuperado de www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
- Michaelis. (2016). Dicionário Michaelis online. Recuperado de <http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/>
- Most, K. S. (1977). *Accounting theory*. Ohio: Grind, Inc.
- Mussalim, F., & Bentes, A. C. (Orgs.). (2001). *Introdução à linguística: Domínios e fronteiras* (2a ed., Vol. 2). São Paulo: Cortez.
- Nakagawa, M., & Dias J. M., Fº. (2002). A contabilidade sob o enfoque sociológico: Uma abordagem das teorias semióticas e da comunicação. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*, (5), 13-22. Recuperado de http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/109
- Orientação técnica OCPC 07, de 11 de novembro de 2014*. Evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Recuperado de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf

- Plainlanguage. (2008). *The story of Plainlanguage*. Recuperado de <http://www.plainlanguage.gov/whatisPL/>
- Plainlanguage. (2015). *What is Plainlanguage?* Recuperado de <http://www.plainlanguage.gov/whatisPL/>
- Pronunciamento conceitual básico (R1) do CPC (2011). *Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro*. Recuperado de <http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/Estrutura%20Conceitual.pdf>
- Pronunciamento de Orientação CODIM n. 19, de março de 2016*. Melhores práticas de divulgação de informações em notas explicativas. Recuperado de www.codim.org.br/.../PO_CODIM_n_19_Melhores_Praticas_Divulgacao
- Pronunciamento de Orientação CODIM n. 13, de junho de 2012*. Melhores práticas para a elaboração e divulgação do relatório anual. Recuperado de http://www.codim.org.br/downloads/Melhores_Praticas_para_a_elaboracao_e_divulgacao_do_relatorio_anual.pdf
- Pronunciamento de Orientação CODIM n. 08, de 17 de fevereiro de 2011*. Melhores práticas para a elaboração e divulgação de resultados periódicos. Recuperado de http://www.codim.org.br/downloads/Pronunciamento_de_Orientacao_CODIM_n08_Melhores_Praticas_de_Divulgacao_de_Resultados_Periodicos_20110217.pdf
- Pronunciamento de Orientação CODIM n. 05, de 27 de novembro de 2008*. Ato ou fato relevante. Abrangência. Esclarecimentos de conceitos e procedimentos. Transparência e boas práticas de governança corporativa. Adoção de regras prudenciais. Cumprimento da instrução da CVM. Recuperado de http://www.codim.org.br/downloads/Pronunciamento_Orientacao_05.pdf
- Rentz, K., & Lentz, P. (2014). *Lesikar's business communication: Connecting in a digital word*. Wiscounsin: McGrawHill.
- Riahi-Belkaoui, A. (1995). *The linguistic shaping of accounting*. London: Quorum Books.
- Rodrigues, F. F., & Silva, C. A. T. (2015). Fatores determinantes das informações divulgadas no relatório da administração das empresas brasileiras de capital aberto. *Business and Management*, 4(10), 282-298. Recuperado de [www.businessjournalz.org/Brazil Special Edition/SI April, 2015/BMR\(00256\)-V4-N10-April-2015-SI-VI-23.pdf](http://www.businessjournalz.org/Brazil%20Special%20Edition/SI%20April,%202015/BMR(00256)-V4-N10-April-2015-SI-VI-23.pdf)
- Santos, E. S., Ponte, R. M. V., & Mapurunga, R. V. P. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. *Revista de Contabilidade e Finanças – USP*, 25(65), 161-176.
- Sausurre, F. (2006). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Securities Exchange Commission (2008). *A Plain English handbook (2008): How to create clear SEC disclosure*. Recuperado de www.sec.gov/pdf/handbook.pdf

- Securities Exchange Commission. (2010). *Federal Plain Language Guidelines*. Recuperado de www.sec.gov/plainwriting.shtml
- Silva, C. A. T., Costa, P. S., & Rodrigues, F. F. (2005). Análise da compreensibilidade e da legibilidade dos relatórios de administração em empresas brasileiras de capital aberto do setor de energia elétrica. *Anais do Congresso Enanpad*, Brasília, Brasil, 29. Recuperado de www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/.../enanpad.../2005_FICA1487.pdf
- Smith, M., & Taffler, R. (1992). The chairman's statement and corporate financial performance. *Accounting and Finance*, 32(2), 75-90.
- Statement of financial Accounting Concepts FASB, 2010, chapter 1. Conceptual Framework for Financial reporting.* Recuperado de http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1176157498129&acceptedDisclaimer=true
- Statement of financial Accounting Concepts FASB 1, 1978. Objectives of financial reporting by business enterprises.* Recuperado de http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132541&acceptedDisclaimer=true
- Statement of financial Accounting Concepts FASB 2, May 1980. Qualitative characteristics of accounting information.* Recuperado de http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132599&acceptedDisclaimer=true
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos da teoria e pesquisa da comunicação dos media* (2a ed., rev. e ampl.). Porto. Recuperado de <http://www.infocambiouniversitario.com.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>
- Souza, E. M. (2014). *Notas explicativas: Utilidade das informações financeiras divulgadas no Brasil com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS)* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Teixeira, M. M. (2012). Da comunicação humana à comunicação em rede: Uma pluralidade de convergências. *Revista Temática*, 8(2), 1-29.
- The Conceptual Framework for Financial Reporting. (2010). *Exposure draft*. Recuperado de eifrs.ifrs.org/eifrs/Go/conceptual-framework

Apêndices

Apêndice A - Análise das demonstrações com maior readability (maior Flesch)

Ambev:

Tabela 9

Exemplos de sentenças Ambev

Códigos observ.	Sentença e análise	Mecanismos Favoráveis	Mecanismos Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Falta de pausa Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas	1 - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2016.	- Até duas linhas	- Gram. complexa e jargão: (demonstrações contábeis individuais; Cons. de Adm.); - não há pausas. - polissílabas: demonstrações, individuais, consolidadas, Administração.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- Juntamente com a Wirhpool iniciou a criação de uma joint venture, denominada B.Blend, sendo a primeira plataforma de bebidas em cápsulas all-in-one do mundo.	- Elipse: Juntamente com a Wirhpool # iniciou (alguma empresa iniciou) - Pausa: presença de vírgulas - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e jargão: criação de uma joint venture, primeira plataforma de bebidas em cápsulas all-in-one do mundo - Polissílabas: Juntamente, denominada, plataforma.
Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Repetição Sent. até duas linhas	3- Na Assembleia Geral Extraordinária da Ambev S.A. ocorrida em 1º de outubro de 2014 foi aprovada a incorporação da Londrina Bebidas Ltda. (“Londrina Bebidas”), pela Ambev S.A..	- Pausa: presença de vírgulas. - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: Assembleia Geral Extraordinária da Ambev, incorporação da Londrina Bebidas Ltda. - Polissílabas: Assembleia, Extraordinária, incorporação - Repetição: Ambev, Londrina Bebidas
Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	4- Adicionalmente, introduz um novo modelo de hedge accounting e teste de impairment de instrumentos financeiros.	- Pausa: presença de vírgulas. - Conectores: e - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: Novo modelo de hedge accounting e teste de impairment.. - Polissílabas: Adicionalmente, instrumentos financeiros.
Confusão no texto Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Repetição Quebra de Paral. Sent. muito longas	5- A amortização relacionada aos ativos intangíveis e desenvolvimento está incluída nos custos de vendas, se estes estiverem relacionados à produção, e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais.	- Pausa: presença de vírgulas	- Confusão no texto e Quebra de Paral.: e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais (a que se refere? Aos custos de vendas ou às despesas de marketing?) - Estr. Gram. Compl. e Jargão: ativos intangíveis, custos de vendas, despesas de vendas, atividades comerciais. - Polissílabas: amortização, relacionada, intangíveis, desenvolvimento, relacionados, atividades - Repetição: relacionados, vendas - Sent. muito longas
Elipse Estr. gram. simples Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas	6- Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo	- Elipse: Subsequentemente # são contabilizados - Estr. gram. Simples: não se localizou locuções/ voz passiva - Sent. até duas linhas	- Jargão: contabilizados, valor justo - Polissílabas: Subsequentemente, contabilizados
Estr. Gram. Compl. Sem pausa Jargão Polissílabas Sent. muito longas Substituição Uso de conectores	7- A análise de <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.	- Substituição: do <i>goodwill...</i> ele foi alocado - Uso de conectores: e	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: análise de <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> , ativos intangíveis de vida útil indefinida, redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa; - Sem pausa - Polissílabas: intangíveis, indefinida, anualmente, recuperação, geradora. - Sent. muito longas

A1- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2016.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática

complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que, dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A2- Juntamente com a Wirhpool iniciou a criação de uma joint venture, denominada B.Blend, sendo a primeira plataforma de bebidas em cápsulas all-in-one do mundo.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A3- Na Assembleia Geral Extraordinária da Ambev S.A. ocorrida em 1º de outubro de 2014 foi aprovada a incorporação da Londrina Bebidas Ltda. (“Londrina Bebidas”), pela Ambev S.A.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (pausa e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, repetição de palavras e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A4- Adicionalmente, introduz um novo modelo de hedge accounting e teste de impairment de instrumentos financeiros.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (pausa, tem até duas linhas na DF original e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta três desfavoráveis (gramática complexa, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A5- A amortização relacionada aos ativos intangíveis e desenvolvimento está incluída nos custos de vendas, se estes estiverem relacionados à produção, e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (pausa), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta seis desfavoráveis (confusão no texto, gramática complexa, jargão, muitas polissílabas, repetição de palavras e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A6- Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (elipse, gramática simples e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, dois desfavoráveis (jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A7- A análise de *impairment do goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (substituição e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta cinco desfavoráveis (gramática complexa,

jargão, sem pausas, muitas polissílabas e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

CCR:

Tabela 10

Exemplos de sentenças CCR

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Falta de Pausa Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas Substituição	1- Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua	- Sent. até duas linhas - Substituição: Essa é a principal contribuição (a contribuição já havia sido definida, apenas se remeteu a ela, por “essa”)	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: principal contribuição, desenvolvimento socioeconômico e ambiental - Falta de Pausa - Polissílabas: contribuição, desenvolvimento, socioeconômico
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.	- Elipse: As diferenças de moedas... e # apresentadas - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: diferenças de moedas estrangeiras, outros resultados abrangentes, patrimônio líquido - Falta de Pausa - Polissílabas: diferenças, estrangeiras, reconhecidas, resultados, abrangentes, apresentadas, patrimônio.
Confusão no texto Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Quebra paralel. Repetição Sent. muito longas	3- Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.		- Confusão no texto e Quebra paralel.: Todos os outros passivos... na data de negociação na qual se torna uma parte (a que se refere, se o sujeito anterior é plural?) - Estr. Gram. Compl. e Jargão: passivos financeiros, passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, data de negociação, disposições contratuais do instrumento. - Falta de Pausa - Polissílabas: financeiros, reconhecidos, inicialmente, negociação, disposições contratuais, instrumento - Repetição: passivos - Sent. muito longas
Elipse Estr. gram. Compl. Jargão Sent. até duas linhas	4- Veja a seguir mais detalhes das concessões do Grupo CCR:	- Elipse: Veja # a seguir - Sent. até duas linhas	- Estr. gram. Compl. e Jargão: detalhes das concessões do Grupo CCR.
Estr. Gram. Simpl. Pausa Jargão Polissílabas Sent. Até duas linhas Uso de conectores	5- Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios.	- Estr. Gram. Simpl.: não há presença de locuções e voz passiva. - Pausa: presença de vírgulas - Sent. Até duas linhas - Uso de conectores: Além da...	- Jargão: concessões rodoviárias - Polissílabas: rodoviárias, investimentos, concessões.

B1- Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (substituição e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B2- As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B3- Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A sentença anterior não contém mecanismos favoráveis. Em contrapartida, apresenta sete desfavoráveis (confusão no texto, gramática complexa, jargão, sem pausas, muitas polissílabas, repetição de palavras e sentença muito longa), o que, conforme o referencial, dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B4 - Veja a seguir mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, dois desfavoráveis (gramática complexa e jargão), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B5 - Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios.

A sentença anterior contém quatro mecanismos favoráveis (gramática simples, pausa, tem até duas linhas na DF original e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, dois desfavoráveis (jargão e muitas polissílabas e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

Smiles:

Tabela 11

Exemplos de sentenças Smiles

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Falta de pausa Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas	1- A composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está identificada a seguir	- Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia, 31 de dezembro de 2015 e 2014 - Falta de pausa - Polissílabas: composição, instrumentos, financeiros, registrados, patrimonial, Companhia, identificada
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo	- Elipse: # São mensuradas com base no custo... - Pausa: presença de vírgulas - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, valor justo - Polissílabas: mensuradas, estimadas, liquidação, duvidosa, aproximam, natureza.
Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Repetição Sent. até duas linhas	3- Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo quando aplicável, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial	- Pausa: presença de vírgula - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: demonstrações financeiras, custo histórico, ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial - Polissílabas: demonstrações, financeiras, preparadas, histórico, determinados, mensurados, aplicável, investimentos, equivalência, patrimonial - Repetição: mensurados
Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Repetição Sent. muito longas Uso de conectores	4- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”),	- Uso de conectores: de acordo com.	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, práticas contábeis adotadas no Brasil, normas internacionais de relatório financeiro - Falta de Pausa - Polissílabas: demonstrações, financeiras, individuais, consolidadas, Companhia, adotada, internacionais, emitidas. - Repetição: <i>International, Standards</i>

	emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”)		- Sent. muito longas
Confusão no texto	5- Assim , a Administração confirma que todas as informações relevantes	- Elipse: e que #correspondem às # utilizadas...	- Confusão no texto: ... às utilizadas por ela em sua gestão (a quem se referem os negritos ? As DF ou às informações?)
Elipse		- Estr. Gram. Simpl: não há presença de locuções e voz passiva.	- Jargão: demonstrações financeiras;
Estr. Gram. Simpl.	apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e que	- Pausa: presença de vírgulas	- Polissílabas: Administração, informações relevantes apresentadas, evidenciadas, correspondem, utilizadas.
Jargão	correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.	- Sent. até duas linhas	
Pausa		-Substituição: demonstrações financeiras e, somente elas;	
Polissílabas		Administração... por ela	
Sent. até duas linhas		- Uso de Conectores: e	
Substituição			
Uso de Conectores			

C1- A composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está identificada a seguir.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C2 - São mensuradas com base no custo (líquidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) e se aproximam do valor justo, dado sua natureza de curto prazo.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (elipse, pausa e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, três desfavoráveis (gramática complexa, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C3- Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo quando aplicável, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (substituição e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta cinco desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas, muitas polissílabas e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C4 - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta seis desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas, muitas polissílabas, repetição de palavras e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C5 - Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

A sentença anterior contém seis mecanismos favoráveis (elipse, gramática simples, pausa, tem até duas linhas na DF original, substituição e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, três desfavoráveis (confusão no texto, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

Apêndice B - Análise das demonstrações com menor readability (menor Flesch)

Cetip:

Tabela 12

Exemplos de sentenças Cetip

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Pausa Jargão Polissílabas Repetição Sent. muito longa	1- A CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, resultante do processo de desmutualização da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP Associação”) ocorrido em 2008	- Pausa: presença de vírgulas e travessão.	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: Mercados Organizados, sociedade anônima de capital aberto, cidade do Rio de Janeiro, processo de desmutualização, Câmara de Custódia e Liquidação. - Polissílabas: Organizados, Companhia, sociedade, resultante, desmutualização, Liquidação, Associação. - Repetição: CETIP - Sent. muito longa.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Repetição Sent. até duas linhas	2- A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.	- Elipse: A classificação... e # é determinada - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: ativos financeiros, reconhecimento inicial dos ativos financeiros. - Falta de Pausa - Polissílabas: classificação, finalidade, financeiros, adquiridos, determinada, reconhecimento. - Repetição: financeiros
Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Repetição Sent. até duas linhas	3- A Companhia é a maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina e a maior câmara de ativos privados do mercado financeiro brasileiro.	- Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: títulos privados de renda fixa, América Latina, ativos privados do mercado financeiro brasileiro. - Polissílabas: Companhia, depositária, financeiro, brasileiro. - falta de Pausa - Repetição: privados
Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas Uso de conectores	4- A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária	- Pausa: presença de vírgulas - Sent. até duas linhas - Uso de conectores: de acordo com.	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: reserva legal, lucro líquido do exercício, capital social, legislação societária. - Polissílabas: constituída, anualmente, destinação, legislação, societária.
Confusão no texto Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Repetição Substituição Sent. muito longas	5- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras	- Pausa - Substituição	- Confusão no texto: alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem (a que se refere? As alíquotas ou às diferenças?) - Estr. Gram. Compl. e Jargão: imposto diferido, diferenças temporárias, data de apresentação das demonstrações financeiras. - Polissílabas: diferido, mensurado, alíquotas, diferenças, temporárias, decretadas, substantivamente, apresentação, demonstrações financeiras. - Repetição: decretadas - Sent. muito longas
Estr. Gram. Simples Polissílabas Sem. até duas linhas	6- A classificação das aplicações financeiras está divulgada na Nota 5.	- Gram. Simpl; - Até duas linhas	- Polissílabas: classificação, Aplicações, financeira, divulgada.

A1 - A CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, resultante do processo de desmutualização da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP Associação”) ocorrido em 2008.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (pausa), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta cinco desfavoráveis (gramática complexa, jargão, muitas polissílabas, repetição de palavras e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A2 - A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (eclipse e até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta cinco desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas, repetição de palavras e muitas polissílabas) o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A3 - A Companhia é a maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina e a maior câmara de ativos privados do mercado financeiro brasileiro.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta cinco desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas, muitas polissílabas e repetição de palavras), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A4 - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (pausa, tem até duas linhas na DF original e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, três desfavoráveis (gramática complexa, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A5 - O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (pausa e substituição), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta seis desfavoráveis (confusão no texto, gramática complexa, jargão, muitas polissílabas, repetição de palavras e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

A6 - A classificação das aplicações financeiras está divulgada na Nota 5.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (gramática simples e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta um desfavorável (muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

Qualicorp:

Tabela 13

Exemplos de sentenças Qualicorp

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Compl. Pausa Jargão Polissílabas Substituição Sent. até duas linhas	1- A Qualicorp S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em 19 de maio de 2010, e iniciou suas atividades em 1º de julho de 2010, com sede no Estado de São Paulo.	- Pausa: presença de vírgulas; - Substituição: A Qualicorp S.A... suas atividades - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: sociedade por ações, 1º de julho de 2010, Estado de São Paulo. - Polissílabas: Companhia, sociedade, constituída, atividades.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão	2- São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são	- Elipse: # São ativos financeiros... - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: ativos financeiros não derivativos, pagamentos fixos ou determináveis, mercado ativo.

Falta de Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	cotados em um mercado ativo.		- Falta de Pausa - Polissílabas: financeiros, derivativos, pagamentos, determináveis.
Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas Substituição Uso de conectores	3- Em 28 de julho de 2014, a Companhia informou ao mercado o início da negociação de American Depositary Receipt (“ADRs”) Nível I, conforme programa aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	- Pausa: presença de vírgulas. - Sent. até duas linhas - Substituição: a Companhia informou (no lugar de Smiles). - Uso de conectores: conforme	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: 28 de julho de 2014, início da negociação de American Depositary Receipt, Comissão de Valores Mobiliários. - Polissílabas: Companhia, negociação, Mobiliários.
Confusão no texto Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Repetição Sent. muito longas	4- Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.	- Pausa: presença de vírgulas.	- Confusão no texto: tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a (a qual sujeito se refere?) - Estr. Gram. Compl. e Jargão: avaliação do valor em uso, fluxos de caixa futuros estimados, valor presente, taxa de desconto, avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo, riscos específicos do ativo, a estimativa de fluxos de caixa futuros. - Polissílabas: avaliação, estimados, descontados, avaliação, específicos, estimativa, ajustada. - Repetição: fluxos de caixa futuros, valor - Sent. muito longas
Elipse Estr. gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Sent. muito longas	5- Representadas por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.	- Elipse: # Representadas por [...] - Pausa: presença de vírgulas.	- Estr. gram. Compl. e Jargão: emissão de debêntures, valor atualizado dos encargos financeiros, taxas de juros acrescidas dos custos de transação. - Polissílabas: Representadas, debêntures, demonstrados, atualizado, financeiros, calculados, acrescidas. - Sent. muito longas
Estr. Gram. Simpl. Jargão Polissílabas Sent. até duas linhas	6- Os saldos incorporados são demonstrados a seguir:	- Estr. Gram. Simpl. - Sent. até duas linhas	- Jargão: saldos, incorporados. - Polissílabas: incorporados, demonstrados.

B1 - A Qualicorp S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída em 19 de maio de 2010, e iniciou suas atividades em 1º de julho de 2010, com sede no Estado de São Paulo.

A sentença anterior contém três mecanismos favoráveis (pausa, substituição e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta três desfavoráveis (gramática complexa, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B2 - São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B3 - Em 28 de julho de 2014, a Companhia informou ao mercado o início da negociação de American Depositary Receipt (“ADRs”) Nível I, conforme programa aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A sentença anterior contém quatro mecanismos favoráveis (pausa, tem até duas linhas na DF original, substituição e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta três

desfavoráveis (gramática complexa, jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B4 - Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

A sentença anterior contém um mecanismo favorável (pausa), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta seis desfavoráveis (confusão no texto, gramática complexa, jargão, repetição de palavras, muitas polissílabas e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B5 - Representadas por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e pausa), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, muitas polissílabas e sentença muito longa), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

B6 - Os saldos incorporados são demonstrados a seguir:

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (gramática simples e tem até duas linhas, na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta dois desfavoráveis (jargão e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

Vale:

Tabela 14

Exemplos de sentenças Vale

Códigos observ.	Sentença e análise	Favoráveis	Desfavoráveis
Estr. Gram. Simpl. Pausa Polissílabas Substituição Sent. até duas linhas	1- A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do País	- Estr. Gram. Simpl. - Pausa: presença de vírgulas. - Substituição: A entidade é (em substituição a “Vale”). - Sent. até duas linhas	- Polissílabas: entidade, regulamenta, cooperativista.
Elipse Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Sent. até duas linhas	2- Estão avaliados pelo valor de compra praticado pela cooperativa em 31 de dezembro e a variação ajustada ao resultado.	- Elipse: # Estão avaliados - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: valor de compra praticado pela cooperativa, 31 de dezembro, variação ajustada ao resultado. - Falta de Pausa - Polissílabas: avaliados, praticado, cooperativa, variação, ajustada, resultado.
Estr. Gram. Compl. Jargão Pausa Polissílabas Repetição Sent. até duas linhas	3- Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor	- Pausa: presença de vírgulas. - Sent. até duas linhas	- Estr. Gram. Compl. e Jargão: Caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, insignificante risco de mudança de valor. - Polissílabas: equivalentes, depósitos, bancários, investimentos, insignificante. - Repetição: caixa.
Estr. Gram. Simpl. Pausa Polissílabas Quebra paralel.	4- Além disso, a cooperativa mantém uma rede de supermercados e hipermercado, localizadas nos Estados do	- Estr. Gram. Simpl. - Pausa: presença de vírgulas. - Sent. até duas linhas	- Polissílabas: cooperativa, supermercados e hipermercado, localizadas. - Quebra paralel.: rede de... localizadas (era singular, quebrou para plural).

Repetição Sent. até duas linhas Uso de conectores	Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.	- Uso de conectores: Além disso.	- Repetição: Mato Grosso. Sufixo “-mercado”.
Confusão no texto Estr. Gram. Compl. Jargão Falta de Pausa Polissílabas Quebra de Paral. Sent. até duas linhas Uso de Conectores	5- A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços sendo reconhecidas conforme prevê o CPC 30	- Sent. até duas linhas - Uso de conectores: conforme.	- Confusão no texto e Quebra de Paral: o valor.. venda de mercadorias e serviços sendo reconhecidas (a qual sujeito se refere? Era singular, virou plural) - Estr. Gram. Compl. e Jargão: valor faturado, venda de mercadorias e serviços. - Falta de Pausa - Polissílabas: compreende, faturado, mercadorias, reconhecidas.

C1 - A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do País.

A sentença anterior contém quatro mecanismos favoráveis (gramática simples, pausa, substituição e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta um desfavorável (muitas polissílabas) o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C2 - Estão avaliados pelo valor de compra praticado pela cooperativa em 31 de dezembro e a variação ajustada ao resultado.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (elipse e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, sem pausas e muitas polissílabas), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C3 - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (pausa e tem até duas linhas na DF original), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta quatro desfavoráveis (gramática complexa, jargão, muitas polissílabas e repetição de palavras), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C4 - Além disso, a cooperativa mantém uma rede de supermercados e hipermercado, localizadas nos Estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A sentença anterior contém quatro mecanismos favoráveis (gramática simples, pausa, tem até duas linhas na DF original e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico; ainda, apresenta três desfavoráveis (muitas polissílabas, quebra de paralelismo e repetição de palavras), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).

C5 - A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços sendo reconhecidas conforme prevê o CPC 30.

A sentença anterior contém dois mecanismos favoráveis (tem até duas linhas na DF original e conectores), o que está em conformidade com o referencial teórico. Em contrapartida, apresenta seis desfavoráveis (confusão no texto, gramática complexa, jargão, sem pausas, muitas polissílabas e quebra de paralelismo), o que dificulta o entendimento do texto pelo leitor (ANTUNES, 2005; SEC, 2008).